

## ATA DEGRAVADA DA 164ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho  
3 Estadual da Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima sexagésima quarta  
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de  
5 Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: José Fernando  
6 Antunes Millane – CMAS/Cataguases, Júlio César de Oliveira Brum/IMSNS, Ana Paula  
7 Simões Hilário/CMAS-BH, Mario Alves/Aconequistac, Edir Petruceli/ SEE-MG,  
8 Guilhermina Torga/SEF, Maria Juanita Godinho/SEDESE, Marcelo Armando/CRESS,  
9 Márcio Caldeira/ASSPROM, Nívia Soares/SEDESE, Fernando Rezende/Seplag;  
10 conselheiros suplentes: M<sup>a</sup> de Fátima Bergamin/Sind-Saúde, André Luís de  
11 Oliveira/CMAS-Ituiutaba, Volney Lopes/Psind, M<sup>a</sup> de Lourdes Damasceno/SEAPA,  
12 Gilvânia F. de Paula/SEDESE; os convidados: Fabiana Patrícia Natividade –  
13 DGSUAS/SEDESE, Eduardo Horta, Geraldo A. Santos – Atingido Candonga, Leonardo  
14 P. – Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, José Antônio dos Santos –  
15 Representante de Atingidos, Cláudia Iacomini Cabral – Ministério Público, Alissandra  
16 Iede – Limiar Engenharia, Cabral Campos – Limiar Engenharia, Ana Gab. Dep. André  
17 Quintão, Sirlene de Moraes – SEDESE-Divisom, Sandro M. F Horta – Consórcio  
18 Candonga, Glauco Gonçalves - Consórcio Candonga, Rafael - Omega Energia, Luciano  
19 Viana – Omega Energia, Cláudia Falabella – Sedese-SUBAS; membros da Secretaria  
20 Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos, Rosalice  
21 Tassar, Maria Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz. O presidente inicia a plenária: ... os  
22 conselheiros que já justificaram, não vão estar agora na manhã ou mais tarde. A outra é a  
23 prestação de contas do terceiro trimestre. Que também, por questões até de  
24 encaminhamento, no dia de ontem, em questões de comissões e até, de possibilidade de  
25 presença de quem de direito, pra dar algumas justificativas, não pode estar agora na parte  
26 da manhã. A gente espera que esteja às 14 horas. E a terceira é um ponto de inclusão, que  
27 eu gostaria de estar socializando com este colegiado, a respeito de autorização de recesso  
28 de ponto de atendimento de algumas hidroelétricas. Brejaúba, Monjolo, QuimQuim e  
29 Sumidouro. Algum outro conselheiro quer propor alguma outra alteração? Versão de  
30 pauta? Se não, eu respeito essas três colocações que eu faço. Estão de acordo? OK. Nós  
31 temos algumas justificativas de ausências. É a Edma, nossa Conselheira Edma Marinho,  
32 da SEDESE, que está gozando as suas merecidas férias. Nós temos a Guilhermina Torgan,  
33 da Secretaria de Estado da Fazenda, que no período da tarde... taí a Guilhermina? Ta. Que  
34 no período da tarde não estará conosco. Por outros motivos mais prioritários. A Cristiane,  
35 da Inspeção São João Bosco, que não estará conosco ao longo do dia. Fernando Henrique  
36 da SEPLAG. Que a gente espera que esteja conosco na parte da tarde. Mas está já  
37 justificada, a sua ausência. Nós ainda não temos, no nosso e-mail, a presença do  
38 Conselheiro Nivaldo de Márcio Vicente, que é primeiro suplente do Conselho Municipal  
39 de Assistência Social em Varginha. E do Márcio Caldeira que é o titular da ASSPROM,  
40 que até então não chegou, não temos justificativas. Sendo assim, é o ponto de pauta de dar  
41 posse aos conselheiros, não é? Pela categoria governamental na composição deste  
42 colegiado. Nós então temos a presença da nossa Conselheira Estadual Ana Paula Simões  
43 Hilário, que é a Conselheira Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, trás no  
44 seu bojo, uma trajetória aí, bastante conhecida. Com afinco, com dedicação e  
45 comprometimento naquele conselho. Não é Ana Paula? Seja bem vinda. Nós esperamos  
46 que, também se desempenhe da mesma forma, como comprometimento na presença deste  
47 colegiado estadual. Sabemos que a sua responsabilidade agora é maior ainda. Que além de  
48 ver o seu município de Belo Horizonte, nosso, não é? Nós vamos estar com um olhar para  
49 os outros municípios do Estado. Então, em nome do colegiado, você toma posse neste  
50 momento. Então, a partir de agora, a Ana Paula é Conselheira Estadual, empossada por

51 este colegiado, através de seu presidente. Assim que tivermos a presença dos outros dois,  
52 então a gente promove a posse dos dois. Eu acho que, pra maioria de nós, é importante  
53 que a gente tenha a convicção, o comprometimento e principalmente a disponibilidade de  
54 tempo. Que faz parte e é inerente ao desempenho da função de um conselheiro. Não é?  
55 Nós enquanto conselheiros temos uma responsabilidade que deve ser assumida. Mesmo  
56 porque, a gente tem por fundamentação legal, o dever de ofício, do desempenho da função  
57 de Conselheiro Estadual. Dar a, ter o olhar para o controle social no que diz respeito à  
58 aplicabilidade e a operacionalização da normativa da política. E trazer a compreensão, de  
59 onde que existe e possa existir divergência na normativa, que avança a cada dia, no que  
60 diz respeito à aplicabilidade. Mas saber também de que forma que a gente pode tornar  
61 mais fácil esse acesso aos municípios. Mais especificamente aos Conselhos de  
62 Municípios. Porque é lá que se desenvolvem as ações, e é lá nos municípios que as coisas  
63 acontecem. Então o nosso olhar, enquanto conselheiro estadual deve ser este. E eu penso  
64 que, pra desenvolver principalmente esta política, é um ar com muita nobreza. Eu acho  
65 que a gente tem que ter um olhar com muita nobreza. Porque é uma política que visa  
66 exatamente promover a redução da desigualdade social. Então, penso eu, que a gente deve  
67 evitar o máximo possível, de não deixar que os atropelos, que as divergências nossas do  
68 dia a dia, que a competitividade, tão inerente a este mundo contemporâneo, e excesso de  
69 individualidade, sobreponha o nosso foco principal. Que é tirar as pessoas, enquanto  
70 beneficiários e usuários dessa política pública, da situação que se encontram de  
71 desigualdade. Dentro das nossas divergências, nós vamos fazer tratativas no colegiado. E  
72 a vontade do colegiado sempre prevalecerá com certeza, porque, inclusive a presidência e  
73 a mesa diretora está subordinada a decisão da assembléia. Eu aproveito que o nosso  
74 querido Conselheiro Márcio Caldeira chegou, está presente conosco. E também, quero  
75 ressaltar aqui a importância, no desempenho da função de Conselheiro de Estado da  
76 Assistência Social, aqui durante o mandato, até então. Ele foi reconduzido como  
77 conselheiro efetivo. Tem prestado serviços de relevância pública. Tem prestado um  
78 serviço de muito interesse. Um serviço que faz parte do desempenho da própria função  
79 dele, do próprio desempenho profissional dele. Que é muito nobre. Uma vez que trabalha  
80 exatamente com adolescentes. Na qualificação, na educação profissional para o mercado  
81 de empregabilidade. Eu falo isso, porque, no detrimento de outras situações, mas é porque  
82 nós temos um problema sério, na situação que a gente vive hoje neste país. Que é  
83 exatamente a situação de uma violência generalizada. Mais específica eu diria, até que,  
84 tem origem na questão da drogatição. E isso está muito inerente a nossa adolescência e  
85 juventude, em função da ociosidade de tempo. Em função da não empregabilidade e  
86 mercado de trabalho para este público alvo. E é um público que muitas das vezes, na  
87 seleção, desses adolescentes e jovens. A gente vê que são cabeças de casais. Ou seja, são  
88 pessoas que assumem a responsabilidade, até por cuidar da sobrevivência da própria  
89 família. E outras situações que, talvez tenham um pouquinho de privilégio, que é na não  
90 responsabilidade sobre a família, mas tem o processo de educação profissional. Então  
91 Márcio, tenho por delegação desse coletivo, desse colegiado. Enquanto Presidente do  
92 Conselho, a obrigação de te dar posse. E é um prazer muito grande. De te dar posse como  
93 Conselheiro de Estado. Então seja bem vindo, ao meio. Aninha, que me permita chamá-la  
94 assim. É a tratativa que a gente dá pros companheiros mais próximos. A Aninha está aqui  
95 presente conosco. Seja bem vinda. Bom dia. E assessora do nosso deputado André  
96 Quintão, é parlamentar na Assembléia Legislativa. E é bom ressaltar que a Ana está  
97 sempre presente conosco nas várias tratativas que temos de ordem, não só da CCJ como  
98 na também na comissão de participação popular, dentro da Assembléia Legislativa, cuja  
99 presidência está sob a ordenação do Deputado André Quintão. Seja bem vinda Aninha.  
100 Aninha, você tem informe pra dar? OK. Então está bom. Quem mais tem informe pra dar?

101 Aninha. Juanita, Conselheira Juanita. Conselheiro Márcio. OK. **Conselheiro Márcio:**  
102 Bom dia a todos. Eu queria me desculpar pelo meu atraso, em relação a este caos que está  
103 em Belo Horizonte, mas estamos aqui. Eu queria me desculpe, até já passou a inicial da  
104 abertura da nossa plenária. Eu gostaria de, se é possível ainda, a gente fazer uma pequena  
105 inclusão de um ponto. Que eu gostaria de estar compartilhando com este plenário. Em  
106 relação a visitas de usinas. **Presidente:** OK. Nós temos a solicitação do Conselheiro  
107 Márcio. Eu penso que é perfeitamente cabível aí no item D da nossa pauta. Isso D de  
108 dado. Alguém contra? OK. Então está incluído o ponto de pauta, a pedido do Conselheiro  
109 Márcio. E aí a Conselheira Juanita, nossa vice-presidente, quer manifestar a respeito do  
110 informe, por favor. **Conselheira Juanita:** Bom dia a todos. Sejam todos bem vindo. Os  
111 visitantes. Parabéns aos novos conselheiros e colegas, para essa função de zelar pelo  
112 SUAS no Estado. Bom. Eu gostaria de informar a esta plenária, que eu estive em três  
113 reuniões este mês, representando o nosso presidente. Uma que foi uma reunião de trabalho  
114 com o Conselho de Segurança Elementar, o CONSEAS. Onde o presidente estava em  
115 viagem. O CONSEAS está precisando do apoio do CEAS, no sentido de, divulgar as suas  
116 ações no interior do Estado, considerando que, a configuração do CONSEAS é diferente  
117 do Conselho Estadual e demais conselhos. Eles têm 25 conselhos regionais, que compõem  
118 o CONSEAS. Então são conselhos regionais, que compõem o CONSEAS. E ele queria  
119 ouvir desse CEAS, a experiência das URCMAS. Pra ver de que forma que as URCMAS  
120 podem apoiar o CONSEAS em levar a questão da ampliação da discussão da segurança  
121 elementar, em todo o Estado. Foi agendado. Presidente. Uma nova reunião pro dia 31 de  
122 janeiro. Onde nessa reunião do dia 31 de janeiro, o CEAS, a EMATER e o Conselho Pró-  
123 Pequi, ficou de fazer uma apresentação sucinta. Como que o CEAS articula as URCMAS,  
124 no interior do Estado, pra fazer o controle social da política de assistência. O outro  
125 encontro que eu estive representando o nosso presidente. Foi no Encontro Estadual dos  
126 Conselhos Estaduais, feito pela CMAIS. Nesse encontro que aconteceu com todos os  
127 conselhos estaduais, vinculados e subordinados e/ou subordinados a SEDESE. O  
128 CONSEAS e o CEAS, foram fazer a demonstração para os 15 conselhos lá presentes. Da  
129 experiência êxitosa da descentralização do controle social. No nosso caso, da URCMAS.  
130 Então nós fizemos. Estava conosco a Professora Eleonora. É o Dom Mauro e eu, que  
131 fizemos uma explanação para os demais conselhos. Como é que se dá essa  
132 descentralização. Entre aspas do controle social. Que no momento, eu esclareci que é uma  
133 forma, de mobilização e de articulação de todos os conselhos. A secretaria executiva fez a  
134 fala desse Conselho. Onde os demais conselheiros ficaram. Inclusive a Professora  
135 Eleonora que já foi conselheira, nesse conselho. Ficaram extremamente impressionados  
136 com a dinâmica de funcionamento deste Conselho. Com todos os temas que afetam a  
137 nossa discussão. E o quinto e última representação que eu fui representando o nosso  
138 presidente. Foi no seminário que foi feito pela SEDESE e pela CNBB, por meio da  
139 pastoral de rua. Onde foram divulgados os dados da pesquisa, sobre a situação sócio-  
140 econômica das pessoas em situação de rua. Essa pesquisa foi realizada por meio, de uma  
141 emenda parlamentar da comissão de participação popular. Essa pesquisa foi realizada no  
142 final do ano de 2010. Foi divulgada agora. Ela foi divulgada de uma forma singela, para  
143 os municípios da região central que participaram da pesquisa. Foram convidados 23  
144 municípios. Além da população de rua. Além desse conselho e do Ministério Público,  
145 estava presente. O Ministério Público sobre direitos humanos. Então eu penso que essa  
146 pesquisa, é de extrema importância e relevância para o executivo local formular as suas  
147 propostas de trabalho. Eu sugiro que essa pesquisa seja solicitada para ser apresentada  
148 aqui neste Conselho. E para posterior debates entre as comissões. Eu penso inclusive, que  
149 como a população em situação de rua, ela perpassa em várias políticas. Não só a  
150 assistência vai dar conta desse fenômeno que está crescendo muito no Estado. Eu acho

151 que a gente podia. Aí é uma proposta de mim como conselheira. Da gente articular com os  
152 demais conselhos. Pra ver de que forma que a gente vai com os gestores, fazer propostas,  
153 para incluir a população em Situação de rua nas demais políticas. Entendendo que na  
154 assistência, já está claro qual que é o papel da assistência, para essa população na proteção  
155 especial de alta e média complexidade. É só. **Presidente:** Algum comentário a respeito da  
156 fala da Conselheira Juanita? **Conselheira Juanita:** Bom, o presidente está me lembrando  
157 aqui, só que não foi este mês. O CEAS também participa de uma comissão técnica, para a  
158 realização da conferência sobre transparência social, com a CGE. Com a Controladoria  
159 Geral do Estado, onde a assembléia também faz parte dessa comissão de trabalho. Esse  
160 mês nós não tivemos nenhuma reunião. Agora está acontecendo as conferências em  
161 âmbito municipal e regional. Essa conferência vai acontecer no ano de 2012, no âmbito  
162 estadual. Então está a disposição pra todo mundo que quiser ter conhecimento, no site da  
163 Controladoria Geral do Estado. Todas as informações com relação a CONSOCIAL. Que é  
164 a conferência sobre transparência social. **Presidente:** Obrigado, Conselheira Juanita.  
165 Dentro da fala que a conselheira nos traz. Eu só gostaria de fazer um comentário. Da  
166 solicitação que ela faz aqui. Até por conhecimento de causa. Da necessidade que tem de  
167 inclusão das outras políticas setoriais. Mais especificamente as políticas de cunho de  
168 proteção básica. As sociais básicas. Na população de rua. Então é bom a gente lembrar da  
169 população de rua, a gente tem uma total adversidade. Inclusive crianças e adolescentes, na  
170 Situação de prioridade absoluta, pensando inclusive nesta criança e adolescente, como  
171 sujeito de direito, no sentido de transversalizar de todas as políticas sociais básicas. A  
172 gente tem na população de rua, os idosos. Que hoje têm um estatuto. Portanto, vive uma  
173 faixa etária que é cuidado especial. Então a gente tem que ter essa visão pra pop rua. Não  
174 é? Pra política. E eu só queria fazer essas recomendações. E mais uma vez é porque eu  
175 ando muito preocupado com as percas que a gente anda tendo com as discussões NO e  
176 esquecendo da atividade fim. Que é o nosso foco. Mas eu gostaria de passar para nossa  
177 querida e companheira Aninha. Ela está manifestando a respeito dos informes. Aninha as  
178 últimas vezes que você tem vindo, Aninha, têm sido bem melhores, viu. Não só porque  
179 você traz esse sorriso elegante da assembléia não, mas é porque você tem trazido notícias  
180 boas pra nós. Eu só gostaria de lembrar mais uma vez, antes até Aninha da sua  
181 manifestação. É que cada um de nós a medida que for manifestar, por favor, queira se  
182 identificar, tá. Porque nós já fizemos isso aqui como um direcionamento do colegiado, pra  
183 facilitar a tradução da tela. **Ana –Assessora do Dep. André Quintão:** Bom dia a todos.  
184 Primeiro eu gostaria de agradecer o Geraldo aí pelas palavras elogiosas aí. Parabenizar aos  
185 novos conselheiros que estão tomando posse hoje. E também parabenizar ao Conselho  
186 pela realização da conferência. Porque desde a conferência eu não tive a oportunidade de  
187 encontrar com vocês. Eu acho que foi muito bem organizada. Eu acho que ocorreu da  
188 melhor forma possível. Mas eu vim de fato hoje aqui pra dar boas notícias. Inclusive eu  
189 vou falar e vou sair, porque hoje é o ultimo dia lá da assembléia, no plenário. E inclusive a  
190 notícia que eu vou dar pra vocês aqui, não é nem de primeira mão. Porque ela vai ser  
191 votada agora lá na assembléia, no plenário. Mas já passou pelas comissões. Então eu já  
192 posso estar anunciando isso aqui. Então eu vou falar e vou me retirar porque eu tenho que  
193 estar retornando pra assembléia. A primeira boa notícia é que nós de fato conseguimos  
194 antecipar, o piso mineiro de assistência social. Então o ano que vem, 820 municípios vão  
195 estar recebendo o piso. O restante dos municípios vai ficar pra 2013, então são trinta e  
196 poucos municípios que iriam receber em 2014, vão estar recebendo em 2013. E o restante,  
197 os 820, o ano que vem vão estar recebendo o piso mineiro de assistência social. Eu acho  
198 que essa é a grande conquista, isso equivale a quase 12 milhões de reais, que a gente está  
199 crescendo ao orçamento da assistência social, quase 12 milhões de reais. Uma segunda  
200 notícia boa, é que nós. Acho que é de conhecimento de todos vocês. Que o governo do

201 estado este ano, ele modificou a organização dos programas estruturadores. E o que diz  
202 respeito a assistência social a única ação existente no programa estruturador, era  
203 exatamente a ação que pagava o piso. E tinha mais algumas coisas dentro desta ação, que  
204 compunham essa ação. Então a gente fez uma discussão junto com a SEPLAG, no sentido  
205 de sensibilizá-los que era importante pelo menos a gente trazer mais duas ações para o  
206 programa estruturador. Que é as duas, a proteção básica, a ação da proteção básica e da  
207 proteção especial. Então essas duas ações estão retornando, a partir do próximo ano, no  
208 PPAG, pra o programa estruturador. Então na verdade nós vamos ficar com três ações no  
209 programa estruturador: assistência social e direitos humanos. A do piso, a da proteção  
210 básica e a da proteção especial. A do piso, também numa conversa, negociação com a  
211 SEPLAG, nós deixamos só o que diz respeito ao piso. As outras coisas eram um recurso  
212 residual que estavam junto com o piso, nós passamos pra de fato aonde que deveria estar  
213 que é na proteção especial. Então a ação do piso, vai ser só pagamento do piso. A ação da  
214 proteção básica e a ação da proteção especial. Então todas as três passam, a fazer integrar,  
215 voltar a ser integrantes do projeto estruturador. Qual que é a importância disso? Como  
216 vocês sabem os programas estruturadores do governo do estado, eles recebem por parte da  
217 SEPLAG, um monitoramento sistemático. Então, inclusive a sensibilização que nós  
218 fizemos com a SEPLAG, foi exatamente em função disso. Como o sistema é um sistema  
219 que ainda está em implantação, e que nós precisamos estar fortalecendo, pra poder daqui a  
220 uns anos a gente de fato, consolidar o sistema, o SUAS. Então nós sensibilizarmos um  
221 pouco a SEPLAG, foi em função disso. Que era fundamental, que essas duas ações  
222 também continuassem tendo um monitoramento. Que a gente sabe que a SEPLAG tem  
223 toda a competência pra fazer isso, o monitoramento sistemático que eles fazem. E a última  
224 coisa do que diz respeito ao orçamento, é o PPAG. Além disso, nós incluímos mais um  
225 milhão de reais, destinados, que vão estar locados na proteção básica. Destinados pra  
226 equipamentos dos CRAS. Pra veículos. Pros carros poderem efetivar a busca. Então  
227 nós estamos alocando mais um milhão de reais, na proteção básica, pra que os CRAS  
228 possam adquirir veículos. Principalmente aqueles municípios. Aí nós vamos ter que estar  
229 discutindo junto com a SEDESE, com o Conselho. Quais os critérios de atendimento  
230 desses municípios. Mas eu a princípio, imagino que, a gente deveria estar privilegiando  
231 aqueles municípios que têm uma extensão territorial maior, que têm muitas comunidades  
232 rurais. Municípios que vivenciam essa dificuldade no que diz respeito ao transporte. Mas  
233 essa é uma discussão pro próximo ano. Então nós estamos pondo mais um milhão. Então  
234 estas três questões que eu falei, estão sendo votadas agora lá na assembleia, já foram  
235 negociadas com o governo. Inclusive na próxima semana o André e o Diniz Pinheiro que  
236 é o presidente da assembleia, vão estar com o governador. E todas três, são frutos do  
237 seminário legislativo. Foram propostas que foram levantadas no seminário legislativo,  
238 desigualdade e pobreza. Que o conselho participou, efetivamente, inclusive a Consolação,  
239 o Geraldo, fizeram parte da comissão. A Juanita também esteve em algumas reuniões.  
240 Fizeram parte da comissão que levantou as propostas iniciais, pro seminário Pobreza e  
241 Desigualdade. Então são propostas que advém do. Ana Paula também participou. Não é  
242 Ana Paula? São propostas que advém também do seminário. A outra questão, que eu  
243 queria deixar o informe aqui. É do FEM que é o Fundo de Erradicação da Miséria. Esse  
244 foi um projeto de lei que também está sendo votado hoje. É de autoria do governo do  
245 estado. É um fundo, ô Geraldo. Esse fundo na verdade ele está colocado nas disposições  
246 transitórias da constituição federal. E hoje, no Brasil, 17 estados já têm esse conselho.  
247 Esse fundo. E é um fundo que pelas disposições transitórias, ele pode ter recursos  
248 oriundos de produtos supérfluos. Consideram-se produtos supérfluos: bebidas, cigarros e  
249 armas. Então vai ter uma taxa extra. Esse fundo ele vai ser destinado para as ações da  
250 erradicação da pobreza. Foi um projeto do Governo do Estado. E o André foi o relator. E

251 ao ser relator, nós fizemos um substitutivo. O André apresentou um substitutivo, que  
252 primeiro a gente incluiu os serviços como um dos mecanismos pra aplicar os recursos. Os  
253 serviços da assistência social. Então nós incluímos isso. E incluímos também. Ampliamos  
254 a participação do controle social no comitê gestor do Fundo. Então nós ampliamos pra  
255 vários conselhos estarem participando do comitê gestor do fundo. Que vão ter pessoas dos  
256 conselhos da sociedade civil. Mais os membros do governo. E a Assembléia também vai  
257 fazer parte deste comitê gestor do fundo. Inclusive o recurso do FEM, do piso, é  
258 importante eu falar isso. Vocês me desculpem gente, que eu estou tão cansada, que eu  
259 estou assim, estou me arrastando aqui. Então vocês me desculpem um pouco. Os recursos  
260 do piso, que eu falei, os 11 milhões. Ele inclusive, o que nós fizemos, ele está alocado no  
261 FEM e vai ser transferido pro FEAS. Por quê? Em agosto, o André esteve depois de uma  
262 reunião do COGEMAS. O André esteve numa audiência com o governador. E foi a  
263 primeira vez que foi dito, com o governador. Foi expressa a questão do piso mineiro, no  
264 sentido da gente antecipar. E o governador falou com o André o seguinte: se vocês  
265 conseguirem a fonte de recurso. Então o André foi o relator do FEM. E ao ser o relator do  
266 FEM, a gente já criou um.... hoje o FEM virou um programa. Está dentro da área de  
267 resultado, é desenvolvimento social. Da rede de desenvolvimento social. Virou um  
268 programa associado. E nós já criamos uma ação e dentro dessa ação já colocamos os 11  
269 milhões. Eu acho que é 11 milhões setecentos e poucos, que é o recurso do piso. Então a  
270 origem do recurso do piso vai vir do FEM. Então o recurso vai estar no FEM, mas ele vai  
271 ser transferido pro FEAS. Ele cai pro FEAS, pro FEAS e depois a SEDESE, poder fazer o  
272 repasse pros municípios, via fundo. Então o FEM, também vai ser. Eu acho que para o  
273 próximo ano, a perspectiva é que o FEM ele tenha uma arrecadação prevista para o ano  
274 que vem de 200 milhões de reais. Então vai ser um Fundo que vai financiar as ações de  
275 erradicação da miséria e da pobreza extrema do governo. Então acho que são ótimas  
276 notícias. Eu acho que pro próximo ano a gente vai. A gente caminha, no rumo aí de  
277 avançar pra consolidação do sistema. Eu acho que esses anos todos, a gente, foi um  
278 acúmulo de avanços, de iniciativas e de ampliação de recursos. E eu acho que assim.  
279 Primeiro eu gostaria de expressar aqui, que o Conselho, estes anos todos. Está de  
280 parabéns, porque assim, em todos os momentos o conselho sempre participou e esteve  
281 junto com a gente. Não só o Conselho, como o COGEMAS, como o Fórum Mineiro.  
282 Sempre esteve. A própria SEDESE, não é Juanita? Também em todos esses momentos a  
283 gente sempre conversando e negociando junto a SEDESE. Então eu acho que na verdade,  
284 é um esforço e um coletivo. E que eu acho que isso faz com que Minas. A gente possa de  
285 fato avançar, na política. Consolidar o sistema único. E inclusive ter a honra de ser um  
286 estado que, um dos estados que tem mais avançado, no que diz respeito a implantação do  
287 sistema único no Brasil. Então vim trazer essas notícias pra vocês. Quero desejar um feliz  
288 natal também, um abraço. Quero deixar um abraço no André. O André disse que inclusive  
289 Geraldo. Que hoje ele está lá na assembléia. Vai ficar lá o dia inteiro. Mas dependendo da  
290 hora que acabar lá. Ele disse que até gostaria de passar aqui. Vamos ver se lá não atrasa  
291 muito, e ele ainda consegue dar uma passada aqui e pegar vocês. Mas como a gente não  
292 sabia disso, eu falei: Não deixa eu ir lá, que eu já deixo os informes lá. Então um feliz  
293 natal pra vocês, um ano novo cheio de conquistas. E que a gente continue avançando  
294 nessa trajetória que todos nós estamos construindo. **Presidente:** OK. Muito obrigado  
295 Aninha. Aninha, só antes de você sair, eu gostaria de abrir pra algumas pessoas que  
296 querem fazer comentários em cima de sua fala. E eu já tenho a inscrição de Juanita e eu  
297 estou inscrito. **Conselheira Juanita:** Então presidente. Na verdade na inscrição, lá em  
298 cima da... Em cima da fala da Aninha. Mas só pra fazer uma pequena correção. Que na  
299 verdade, o que nós conseguimos antecipar do piso, com uma grande força da assembléia,  
300 por meio do Deputado André Quintão. Foi 186 municípios que, para o ano que vem,

301 seriam incluídos 420. Hoje nós temos 214. De acordo com o nosso cronograma que foi  
302 aprovado por este CEAS. O ano que vem ia entrar 420. Era o orçamento que nós tínhamos  
303 previsto. Então por meio do Deputado André Quintão, foi possível puxar para o ano que  
304 vem, mais 186 municípios, chegando no universo, em vez de 600. Chegando no universo  
305 de 820, que foi um grande avanço para nós. Eu gostaria... É por... isso... isso.... quatorze....  
306 foi antecipado. Isso... isso. Isso. E a questão do... do... do.... da localização do recurso pra  
307 fazer essa antecipação. Que eu acho que é o grande plus aí, ne. De ter identificado de onde  
308 podia sair esse recurso. Porque, quando o André teve, posterior aquela reunião do  
309 COGEMAS lá com o governador. Ele não se opôs a antecipação, porém não falou. Só  
310 falou que não tinha dinheiro. Se identificasse de onde saísse o dinheiro, que com relação a  
311 isso não teria nenhum problema. E aí o mérito, e levar o nosso mérito para o Deputado  
312 André Quintão, que conseguiu identificar no PPAG, dentro de uma ação, onde poderia ter  
313 feito. Porque na verdade o piso é uma dessas funções, inclusive de erradicar a miséria.  
314 Considerando que ele vai diretamente pros serviços. E é onde melhor ele faz a inclusão da  
315 pessoa, pra que ela saia dessa Situação de pobreza. **Ana:** Juanita nós não identificamos a  
316 ação não, porque ela não existia no PPAG. Nós criamos uma ação. E nessa ação já  
317 colocamos o recurso. Porque, como o FEM não existia. **Conselheira Juanita:** Vai ser  
318 aprovado hoje? Isso. Isso. **Ana:** Como o FEM não existia. Então não podia nem existir a  
319 ação. Então nós criamos. Como o André foi o relator do FEM. Nós criamos a ação. E  
320 nessa ação alocamos o recurso. **Conselheira Juanita:** Muito bacana. Agora é trabalhar  
321 para que os municípios gastem o recurso. Porque o que a gente tem, agora na realidade. É  
322 que os municípios têm um saldo muito em conta. E isso infelizmente é um problema.  
323 Obrigada. **Presidente:** Conselheira Ana Paula. **Conselheira Ana Paula:** Bom, primeiro  
324 bom dia. Obrigado pelas palavras do Geraldo. Como conselheira, é um prazer estar aqui  
325 integrar a equipe do CEAS. Eu acho que a Ana traz algumas informações que são  
326 fundamentais pro nosso trabalho e pra implantação do SUAS. Eu acho que a conquista,  
327 não só, no repasse do piso mineiro. Mas a inscrição no PPAG, que é uma ação de caráter  
328 contínuo. E principalmente a criação do Fundo de erradicação da extrema pobreza. Que é  
329 uma demanda. Foi uma demanda da conferência nacional também. O financiamento pras  
330 ações de combate a extrema pobreza. Que é isso que os municípios requer. Eles têm as  
331 ações. Eu acho que agora tem uma tarefa nossa que é construir essas diretrizes. Não é?  
332 Quais são as ações de combate a extrema pobreza. Aí junto com o governo federal. Com o  
333 foco na buscativa. Então eu acho que tem um mérito aí que é fundamental, eu acho que  
334 vale a pena ressaltar. Do deputado André Quintão através do seminário de erradicação da  
335 extrema pobreza, a desigualdade e miséria. Que teve a participação da sociedade civil e  
336 governamental. Que trouxe e levantou essa discussão e possibilitou. Com a criação do  
337 Fundo. A possibilidade concreta de arrecadação de recursos pro exercício seguinte. Pra  
338 2012, pra 2013, pra 2014. Eu acho que isso é fundamental, eu queria só ressaltar, do  
339 trabalho coletivo. Aí encabeçado pelo deputado e transmitir os parabéns e que continue  
340 contando com a gente nessa grande tarefa que é consolidar o SUAS aqui em Minas  
341 Gerais. **Presidente:** Eu gostaria de manifestar Aninha, sobre a sua primeira fala. Dizer  
342 que, há uma avaliação OFF, não oficial desse Conselho sobre a conferência estadual. O  
343 entendimento foi de que nós tivemos, como uma palestra magna. A mesa de composição  
344 da abertura. Porque foi uma mesa muito qualificada. E aí eu quero, por favor, eu gostaria  
345 que você levasse à assembléia legislativa, lá na pessoa do nosso presidente, Diniz  
346 Pinheiro. Mas através da comissão de participação popular, cujo presidente é o André.  
347 Nós vamos estar manifestando isso de forma escrita. Mas é muito importante que você  
348 leve isso pro Deputado André Quintão. Ressaltando inclusive, a importância que foi a  
349 participação do Deputado Fabiano, Deputado Rômulo, Deputado André Quintão e do  
350 nosso secretário de estado também, Deputado Wander Borges. Então foi uma mesa, que

351 foi muito, qualificada, inclusive nas falas. Aquilo pra nós foi uma riqueza muito grande. A  
352 segunda Situação que você traz. As notícias todas elas muito boas. Seja sempre bem vinda  
353 com essas notícias. Tomara que elas se repetem ano a ano. Mas é, aí ressaltar inclusive pro  
354 colegiado. A importância que tem. Porque isso foi aprovado por este colegiado. Aquela  
355 questão do cronograma de desembolso. Minas Gerais, aí pros conselheiros novos que  
356 estão chegando. Minas Gerais foi o estado pioneiro em implementar o piso mineiro de  
357 assistência social. É óbvio que. E lá na época foi trazido a este colegiado, tem um  
358 cronograma. Conversamos com os municípios da série histórica que eles têm. Que  
359 existiria um avanço. 2013 seria um quantitativo maior de municípios. Mas essa  
360 antecipação, pra nós ela foi muito bem vinda. E é ótimo que isso aconteça. Porque quem  
361 precisa realmente do maior aporte de recursos do tesouro, são os municípios. Onde as  
362 coisas acontecem. E nos dá muito mais prazer ainda, saber que isso vem de origem de  
363 recurso que é de emenda parlamentar. Então quando um parlamentar procede a sua  
364 emenda, e traz pra um fundo que existe um repasse por força de lei. Fundo a Fundo. Isso é  
365 muito bom. Porque na realidade isto existe uma distribuição mais equânime. E ainda, a  
366 outra Situação que você traz que eu acho que é de primordial importância, Aninha. É que  
367 é o FEM. Eu penso que é de muita importância as duas situações. A primeira, a origem do  
368 recurso. Que ele vem exatamente de uma imposição maior de impostos, onde realmente  
369 precisa acontecer. Não é? Porque é no cigarro e na bebida. Tomara que aconteça isso cada  
370 vez mais. Porque aqueles que fumam. Além de não contribuir com os companheiros do  
371 lado, que são fumantes passivos. Ainda traz a doença. E depois quando adquirir a doença  
372 se sente no direito de usar os recursos do SUS. Que sai da previdência social. Que sai da  
373 seguridade social, que é o tripé da nossa política. A mesma coisa eu repito, pra bebida  
374 alcoólica. Que além de promover por excelência, a violência generalizada e mais  
375 especificamente a violência doméstica. Ela também se sente no direito quando adquire a  
376 doença através da cirrose hepática, de também aproveitar o recurso da seguridade social,  
377 através da saúde, que é o SUS. Então é muito bem vinda essa origem. E a outra é a  
378 aplicabilidade, que é exatamente de quem é tratado como desigual por esta sociedade. Eu  
379 diria que, salvo raríssimas exceções, muito hipócrita. E altamente desigual. Então que a  
380 gente consiga realmente, através do FEM, fazer isso. Que com certeza vai ser um recurso  
381 polpudo que vai estar lá dentro. E aí quando você traz também a notícia que ele será  
382 administrado por um colegiado, isso pra nós é muito importante, porque é uma  
383 democracia participativa que eu diria, lá dentro inferindo na gestão desse Fundo. Isso é  
384 muito importante. E por fim, Aninha, obrigado pelas notícias. Agradeço a todos aqueles  
385 que participaram. A assembléia como um todo. Porque são os parlamentares. Lá é a casa  
386 do povo. Lá estão as pessoas que nós elegemos pra nos representar. Mas a gente sabe que  
387 essa representação hoje, em pouquíssimos quantitativos. É de parlamentares, faz de fato, a  
388 representatividade de quem os elege. Mas na pessoa do Deputado André Quintão, eu  
389 quero reconhecer, que ele sempre teve conosco. Ele sempre teve favorecendo e em favor  
390 do colegiado. Ele sempre lutou pra o combate da desigualdade social. E sempre estar a  
391 favor, de que este colegiado, realmente esteja presente nas decisões sobre as políticas  
392 públicas. Obrigado pela sua presença. E, por favor, transmita isso a assembléia legislativa.  
393 Obrigado. Uma salva de palmas então para a Aninha pela presença. Obrigado Aninha. E  
394 eu desejo um feliz natal pra você também. E com toda certeza, considere-se abraçada por  
395 todos. Consolação vai te acompanhar até a porta. Por favor, Aninha. É ta vendo. Ela  
396 merece, com estas notícias. Pessoal, eu acho muito bacana, sabe. Na verdade o que é  
397 trazido aqui pela assembléia legislativa. E aqui é fruto de um acompanhamento mesmo,  
398 desse colegiado. Muitas das vezes, a gente tem problema aqui, viu Ana Paula. De pessoas,  
399 de conselheiros, que vai poder disponibilizar tempo, para estar acompanhando. Porque é  
400 difícil acompanhar todas elas. Mas este acompanhamento se traduz nesta resposta. E isso,



401 essa experiência que está aqui, com muita riqueza, a gente tem levado isso, inclusive pro  
402 Fórum Nacional. E isso é importante porque, a coisa quando é boa, ela erradia pro outros  
403 estados. Exatamente é. É muito importante ter dentro dos parlamentares. E aí pra aqueles  
404 conselheiros estaduais que estão hoje representando os municípios. É preciso também,  
405 pegar isso como um exemplo, de estar inferindo na câmara de vereadores, que são os  
406 parlamentares municipais. Pra constituir, as comissões em favor da criança e do  
407 adolescente e da assistência social. Então isso funciona. Isso tem trazido um retorno muito  
408 grande para nós. Nós passamos então ao item C. Que tem algumas deliberações, algumas  
409 por solicitação minha, já foi passado para a parte da tarde. Eu queria comunicar a este  
410 colegiado, que o Conselho Estadual, além de várias outras incursões eventuais. Nós temos  
411 algumas representações que esse colegiado se faz presente através de conselheiros. Então  
412 nós temos o Interfóruns. Esse Interfóruns é onde se reúnem alguns fóruns, constituídos  
413 fora da assistência social, onde estão a maior parte das entidades que fazem parte da rede  
414 sócio-assistencial. Entidades são conveniadas ao poder público, nas três esferas de  
415 governo. Entidades que não são conveniadas, mas que desenvolvem ações da política de  
416 assistência social. Onde está o fórum de erradicação do trabalho infantil e proteção do  
417 trabalhador adolescente que é a FECTIPA. Onde está o fórum do ministério público em  
418 defesa da assistência. O Ministério Público acompanha com muita presença, com muito  
419 comprometimento, esse Interfóruns. E algumas outras comissões que se fazem presentes  
420 neste Interfóruns. Então ele tem uma importância fundamental. Para que nós, através de  
421 um dos conselheiros, busquemos essa, essa... eu diria que são as informações com muito  
422 mais conhecimento de causa, do que quem está realmente na base. Então trazer essas  
423 informações aqui pra dentro e a gente fazer a discussão nesse colegiado, é de muito  
424 importância pra nós. O outro que está ai enumerado é o ProJovem. O ProJovem quem tem  
425 feito esse acompanhamento até então é o nosso companheiro Márcio Caldeira. Não é isso  
426 Márcio? Acabou. OK. A outra Situação é a CIB, que é a comissão intergestora bipartite.  
427 Ela tem uma importância fundamental. Eu tenho acompanhado à medida do possível, essa  
428 comissão. Eu penso que a gente tem que se fazer presente, necessariamente, nessa  
429 comissão. E eu diria até que, na minha ausência, eu acho que nós vamos nomear até um  
430 suplente para estar com ela. Eu não diria nem suplente. Eu diria dois conselheiros, eu e  
431 mais um. Porque tamanha importância que se tem, porque nela que existe a pactuação  
432 com os municípios. Ela tem uma presença maciça da gestão através do COGEMAS. Então  
433 tem uma importância fundamental esse acompanhamento. O COGEMAS, que é o  
434 colegiado de gestores. Também eu acho que nós somos pioneiros aqui no Estado. Quando  
435 o COGEMAS que é só colegiado de gestores. Convidou esse colegiado através da minha  
436 pessoa, para participar. Na reunião deles. Eu acho que, ela é aberta e é importante que a  
437 gente conheça. Mesmo porque a gente tem uma diretriz nacional, que é exatamente  
438 qualificar e fortalecer a gestão. E sendo assim, é importante que a gente participe. O Bolsa  
439 Família, que a gente sabe que é um programa de governo hoje, que tem o maior recurso  
440 federal destinado para um programa. É o Bolsa Família. Não é? O poupança jovem e a  
441 FECTIPA. Que já citei na reunião interfóruns. O FECTIPA é especificamente da  
442 erradicação do trabalho infantil e da proteção do adolescente trabalhador. E sendo assim,  
443 eu quero abrir para nós, para que a gente possa, de repente, não sei se nesse colegiado, ou  
444 se preferem levar para as comissões. A gente possa tirar uma posição deste Conselho,  
445 inclusive de manifestação, de quem é que pode estar acompanhando cada uma dessas  
446 comissões. É importante que o colegiado tenha representação lá dentro. E que quem  
447 assumir a representação possa, de fato estar colhendo a informações que servem de  
448 importância para o colegiado, e estar manifestando isso aqui a cada plenária. Está aberta a  
449 discussão. O Conselheiro Marcelo está inscrito. E os outros por favor vai se manifestando  
450 à medida que ele estiver falando. O Conselheiro Márcio em seguida. **Conselheiro**

451 **Marcelo:** Presidente, demais conselheiros, visitantes, bom dia. Meu nome é Marcelo.  
452 Presidente, já que o senhor coloca a disposição, a participação de dois conselheiros, tanto  
453 na CIB quanto no COGEMAS. Meu me coloco a disposição para ser um desses  
454 conselheiros. **Presidente:** OK. Conselheiro Márcio. **Conselheiro Márcio:** É, eu já estou  
455 fazendo o acompanhamento. Bom dia, novamente, Márcio. Do Poupança Jovem. Na  
456 gestão passada, então, eu gostaria de estar permanecendo. OK? Do Poupança Jovem. Eu já  
457 estava fazendo esse acompanhamento na gestão anterior. Continuo. **Conselheiro José**  
458 **Fernando:** Sou Fernando. Também no COGEMAS. Eu me coloco a disposição pra estar  
459 nesse colegiado. E se o presidente me permite. Eu esqueci no momento oportuno. A  
460 questão dos informes. E me lembrei agora. Que Cataguases também hoje, na terça-feira,  
461 com unanimidade, a câmara legislativa aprovou a lei do SUAS municipal. **Conselheiro**  
462 **Júlio:** Júlio. Sr. Presidente, conselheiros, demais visitantes, bom dia. Eu me disponho  
463 também no Interfóruns. Só que, como as demais comissões aqui, são dois representantes.  
464 Não poderia ser dois em todas elas? Não? **Presidente:** Eu penso, não é proibido. Mas eu  
465 penso que uma representação é suficiente, é exequível. Mesmo porque, em função até das  
466 representações. Porque a gente do interior, a gente tem um curso. Um custo. Para  
467 operacionalizar essa Situação. Não é? Mas de qualquer maneira, aqueles que forem daqui  
468 que quiserem participar, fica em aberto. Mas é interessante a sua manifestação,  
469 companheiro Julio. Conselheira Ana Paula. **Conselheira Ana Paula:** Presidente, eu me  
470 disponho. Ana Paula. Conselho de Belo Horizonte. Eu me disponho a integrar o  
471 acompanhamento do FECTIPA. **Presidente:** Mais alguém aí se manifesta? Nós temos o  
472 Bolsa Família. OK. Então Juanita está falando em nome da Edma, que não está presente.  
473 Mas está de férias. Tem mais alguém? OK. Ta. **Conselheiro Marcelo:** Porque o Júlio  
474 disse a respeito de dois componentes. A CIB que o Geraldo disse que seriam dois  
475 representantes. Então estaria o Geraldo e eu me coloquei a disposição. No COGEMAS eu  
476 também falei que eu estava à disposição. Isso porque presidente? Porque a reunião da CIB  
477 é no mesmo dia da reunião do COGEMAS. Então já que eu vim pra reunião da CIB, então  
478 eu participo também da reunião do COGEMAS. Se não houver problema. E aí então, só  
479 pra fechar aqui. CIB, Marcelo e Geraldo. COGEMAS, Fernando e Marcelo. Interfóruns, o  
480 Júlio. Poupança Jovem, o Mário Caldeira. FECTIPA, Ana Paula. Bolsa Família, Edma.  
481 **Presidente:** OK. Alguma manifestação contrária a essa participação? Alguma  
482 manifestação contrária a esse encaminhamento? A essas pessoas? Não. OK. Então esse  
483 Conselho já tem todos os conselheiros que estarão representando cada uma dessas  
484 instâncias. Não é? E eu os parableno pela disponibilização. E a importância que tem  
485 dessa representação. Não é? O próximo ponto é a definição da ocorrência da plenária em  
486 janeiro. Cada um dos senhores e das senhoras tem um calendário em mãos. Não é? E esse  
487 calendário de reuniões ordinárias do Conselho Estadual, para o ano de 2012. Ele já está  
488 previamente definido. O que não quer dizer que pode haver alguma exceção em algum  
489 mês, em alguma outra Situação de ordem maior. O calendário está claro. No que diz  
490 respeito à plenária do mês de janeiro. Ontem, na reunião de comissões, nós tivemos um  
491 encaminhamento que está sendo trazido a esta plenária. Que foi a antecipação da plenária,  
492 para as comissões ocorrerem no dia 12. A plenária no dia 13 e a mesa diretora se reuniria  
493 no dia 9. Alguma posição contrária a essa deliberação? A esse encaminhamento? Não? Eu  
494 gostaria ainda de solicitar ainda sobre esse quesito. Se algum conselheiro não poderá estar  
495 presente na de janeiro por motivo de férias e/ou outra Situação já manifestada ontem na  
496 reunião das comissões. Por favor, Conselheira Guilhermina. **Conselheira Guilhermina:**  
497 Guilhermina. Secretaria de Fazenda. Neste período eu estarei de férias regulamentares.  
498 Então eu não poderei comparecer nessas reuniões, nos dias. **Presidente:** OK. De forma  
499 antecipada, está justificada a ausência, Conselheira Guilhermina. OK. Por favor, nós só  
500 pediríamos que quem não estiver, por favor manifeste depois por fax ou e-mail, pra gente

501 ter aqui formalmente justificado a ausência. OK Guilhermina? **Conselheira**  
502 **Guilhermina:** OK. **Presidente:** Conselheira Fátima, por favor. **Conselheira Fátima:**  
503 Bom dia a todos. Maria de Fátima. Eu estou justificando a minha ausência de janeiro, por  
504 estar de férias. Depois tem que mandar por escrito. Não é Geraldo? Não é assim que vai se  
505 proceder? Obrigada. **Presidente:** OK. Então alguma manifestação contrária a essa  
506 Situação? Conselheiro José Fernando. **Conselheiro José Fernando:** José Fernando.  
507 Justificando também, que eu vou estar em período de férias. Nesse. **Presidente:** ... de  
508 forma antecipada justificada. Sim, Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Só pra  
509 lembrar aos conselheiros. Que virão para a plenária de janeiro. Que no mês de janeiro não  
510 haverá pagamento de diárias. Considerando que o orçamento do estado somente em  
511 fevereiro. Não é isso? E aí depois será feito esse pagamento posteriormente. Só pra  
512 esclarecer aqueles que vem por meio de diárias. **Presidente:** Está claro isso pessoal? É só  
513 questão de regime de caixa em função de início de período, de ano, mas haverá reposição  
514 tão logo for aberta a Situação de execução orçamentária. OK? Pois não? OK. Aqueles  
515 conselheiros que não tiver a condição de ter a disponibilidade para estar presente. Por  
516 favor, eu gostaria que manifestasse com antecedência, pra que a gente pensasse em  
517 alternativa de solução. Ainda ontem também, sobre esse quesito das reuniões, sobre o  
518 calendário. Nós tiramos dois encaminhamentos. Que seria proceder a uma plenária  
519 descentralizada, é no mês de abril. E outra no mês de julho. Fazendo cumprir uma  
520 deliberação desse colegiado. Que nós tínhamos a cada ano, quatro plenárias ampliadas e  
521 descentralizadas. Assim sendo, ontem nas comissões, nós trouxemos um encaminhamento  
522 de que, no mês de abril, nós estaremos realizando uma descentralizada e ampliada, no  
523 leste mineiro. Ficamos por deliberar sobre qual a cidade abarcaria melhor essa Situação.  
524 Pensamos talvez em Carangola. É isso? Caratinga. Pensamos talvez em Caratinga. E aí,  
525 temos um estudo técnico que a secretaria está fazendo, que é observar a quantidade de  
526 URCMAS, no leste mineiro. Além de empreendimentos hídricos. Para que a gente possa  
527 favorecer a qualificação e capacitação sobre esses quesitos. A segunda seria no mês sete.  
528 E essa do mês sete, foi tirada a região norte do estado. Mais especificamente Montes  
529 Claros. Eu abro para os conselheiros, se tiver alguma manifestação sobre cidades, sobre  
530 regiões. E/ou sobre a descentralizada e ampliada, que é o cumprimento de uma decisão  
531 antecipada de quatro plenárias durante o ano. Conselheira Fátima. **Conselheira Fátima:**  
532 Ô Geraldo. Estou pensando aqui, porque que a gente não investe primeiro em Montes  
533 Claros. Porque devido à região maior. Maior. E as dificuldades, que eu vejo assim,  
534 período de chuva. Chuvoso, então é difícil as pessoas, as pessoas terem acesso. Então.  
535 Chuva não. Período chuvoso. Aí fica o meu questionamento. **Presidente:** OK. A  
536 Conselheira manifesta um encaminhamento de ontem. O Conselheiro Marcelo quer fazer  
537 a defesa. **Conselheiro Marcelo:** Bom. Conselheiros. O que foi discutido ontem na  
538 reunião. É, além de nós pensarmos a descentralizada, nós fizemos a junção da  
539 descentralizada com municípios onde tem usinas. E como lá nessa região ela tem mais  
540 usinas. Então a gente trabalho no sentido de privilegiar esses municípios que tem essas  
541 dificuldades lá com as usinas. Até mesmo pra poder fazer um trabalho melhor com esses  
542 atingidos. **Presidente:** A plenária considera devidamente esclarecida? OK. Aí eu  
543 pergunto. Vamos colocar em regime de votação, porque tem duas situações. Embora teve  
544 uma defesa. Mas quem for a favor que a gente continue com o encaminhamento de ontem.  
545 De proceder no leste mineiro. E aí só fica por deliberar, sobre a cidade que provavelmente  
546 será Caratinga. Por favor, manifeste através do levantamento do crachá. OK. Pode  
547 abaixar, por favor. Quem for a favor da posição defendida pela Conselheira Fátima? Que  
548 seja. A Fátima então entendeu, recuou também do processo. Então por unanimidade está  
549 decidido, que a descentralizada e ampliada será no leste mineiro. Em seguida no mês de  
550 julho, na região norte, em Montes Claros. O próximo ponto de pauta. Por alteração do

551 artigo oitavo do regimento interno. Fala sobre a disposição da pauta. OK. Nesse quesito, é  
552 uma alteração de resolução. OK. Esse próximo ponto de pauta, a gente depende de  
553 quorum qualificado e como ainda não o temos, vamos postergar para o período da tarde.  
554 Isso aí, quem quiser tomar conhecimento, diz respeito a... Nós temos uma resolução que  
555 estabelece que a tratativa das plenárias deste Conselho, deixa em um segundo momento a  
556 apresentação do encaminhamento feito pelas comissões, do conselho. E nós queremos... já  
557 é quase que um consenso, nas discussões oficiosas deste Conselho. De que deve haver  
558 uma inversão de pauta. E é muito importante que as comissões possam trazer ao  
559 colegiado, para deliberação e encaminhamento, em primeiro momento. Privilegiando os  
560 trabalhos que são desenvolvidos nas comissões. Mesmo porque, os encaminhamentos são  
561 trazidos pelas comissões a este plenário, a este colegiado. Pra deliberação. Ela já vem  
562 devidamente acertada, tratada de forma mais detalhada. E já vem com um conhecimento  
563 maior e inclusive com sugestão de encaminhamento. E normalmente o plenário, muito  
564 embora tenha o direito de pedir vistas ao processo. Tem o direito de inferir, tem direito de  
565 questionar, ainda assim existe uma demanda grande por aprovação e por consequência  
566 decidir o voto do encaminhamento da comissão. E sendo assim, a idéia é de trazer as  
567 primeiras apresentações que seriam feitas pelas comissões. Então é a alteração desse  
568 artigo da nossa resolução. Então só pra conhecimento. O Marcelo quer manifestar a  
569 respeito, em questão de ordem. Então fica postergado para após as 14 horas, em seguida a  
570 gente vai fazer essa tratativa. Obrigado. Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:**  
571 Presidente. Eu apresento uma questão de ordem, no tocando ao item D do nosso, da nossa  
572 pauta. Porque até a nossa vice-presidente, Juanita. Falou a respeito da participação do  
573 Conselheiro Nivaldo, do possível Conselheiro Nivaldo estar aqui presente hoje. Mas a  
574 gente tem que deixar claro que se o Conselho Municipal de Varginha não comparecer hoje  
575 nesta plenária. A vacância não vai ser do conselheiro e sim do conselho municipal de  
576 Varginha. Eu coloco isso porque a partir. Porque nós estamos num processo de  
577 composição das vacâncias que houveram durante a conferência estadual. E se Varginha  
578 não comparecer hoje para tomar posse. Nós vamos ter que trabalhar no processo que já  
579 está deflagrado para fevereiro. Pra composição em fevereiro. O Conselho Municipal de  
580 Varginha é composição governamental. **Presidente:** A colocação do conselheiro Marcelo  
581 é de ordem regimental. Não é? Então a gente não tem que submeter a votação. É  
582 simplesmente submeter ao cumprimento. Eu só gostaria que a secretaria executiva,  
583 Consolação. Pedisse a alguém lá para fazer um comunicado por telefone, nesse momento.  
584 Para Varginha, explicar essa Situação. Passando ao ponto de pauta, nós vamos para o item  
585 D de dado. Da nossa pauta, e que diz respeito a usinas. Nós temos uma apresentação UHE  
586 de Candonga. Não, não é apresentação não. Nós estamos com a presença do Glauco e do  
587 Sandro, que representam o empreendimento lá de Candonga. Está aqui conosco.  
588 Chegaram pós os nossos cumprimentos. Perdoem a falha, e desejamos um bom dia a  
589 vocês. Esse ponto de pauta que a gente traz é exatamente por que. Candaonga é um dos  
590 empreendimentos hídricos que a gente tem no estado. E foi construído com a geração de  
591 energia, pensado de forma sustentável. E muitos problemas, advindos desse processo. E  
592 em função da tratativa desses problemas, ao longo do tempo. Este Conselho se debruçou  
593 sobre a Situação. E já tivemos algumas reuniões dos representantes dos empreendedores,  
594 junto com, inclusive a nossa secretaria de estado. Tivemos reuniões com a comissão dos  
595 atingidos. Que representam os atingidos nesse empreendimento. Procedemos algumas  
596 reuniões conjuntas. E este Conselho também, deliberou sobre a não eficácia de uma  
597 resolução, que cassava o plano de assistência social, por alguns quesitos que não foram  
598 cumpridos. Mais especificamente, alguns terrenos que não foram passados. E a não  
599 reativação econômica. Em função de uma plenária específica. Específica não, porque teve  
600 como prioridade a tratativa dessa questão. Houve, mesmo depois de manifestação do

601 empreendedor. Esse conselho também, numa plenária, deliberou, de forma colegiada, que  
602 deveria cassar. Suspende. Os efeitos da cassação do plano. Em função de existir uma  
603 perspectiva de tratativa numa negociação. E assim sendo, este colegiado apresentou, em  
604 função de várias situações de enfrentamento, de questões ligadas a este empreendimento.  
605 Nós reivindicamos ao governo do estado, através da nossa Secretaria de Estado de  
606 Desenvolvimento Social, que é o nosso órgão gestor. E foi fornecido, foi dado, foi  
607 propiciado, a nós conselheiros, um curso de mediação de conflito. Um curso de extensão  
608 junto à Fundação Nacional de Mediação de Conflito. Então nós procuramos, corremos  
609 atrás pra fazer uma capacitação e/ou qualificação, para que a gente pudesse ter uma  
610 tratativa com mais conhecimento de causa nesses quesitos. E sendo assim, nós  
611 apresentamos a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos. Apresentamos como sendo  
612 uma entidade, uma empresa, que poderia contribuir neste processo. Uma vez que já são  
613 vários anos nessa pendência e que não foi possível, caminhar para uma conciliação  
614 atendendo as duas partes. Tivemos presentes, após várias denúncias. Tivemos presentes na  
615 cidade. Fizemos reunião com todos os atingidos, onde todos puderam manifestar. Fizemos  
616 reunião com. Observamos alguns projetos de reativação econômica. Tivemos juntos ao  
617 gestor municipal da cidade, com a prefeitura. Tivemos juntos ao colegiado que estabelece  
618 o controle social municipal, que é o Conselho Municipal daquela cidade. Então tivemos  
619 todos os conhecimentos que eram necessários, para que a gente pudesse dar uma tratativa  
620 com absoluta transparência e verdade. E assim sendo, nessa reunião conjunta, entre  
621 atingidos, entre os empreendedores e a Fundação Nacional Mediação de Conflitos. Nós  
622 deliberamos por suspender o efeito da cassação do plano de assistência social. E  
623 determinamos um prazo de um ano, para que essa tratativa, essa negociação fosse feita.  
624 Com vistas a atender os atingidos. Que é o nosso objetivo principal, enquanto órgão de  
625 controle social, estabelecer a proteção social básica para os atingidos. E sendo assim,  
626 houve concordância por parte dos representantes dos empreendedores, que estão aqui  
627 conosco. De que a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos, faria esse trabalho.  
628 Visando a mediação de conflitos, visando um processo de ativação, enfim, a resolução das  
629 problemáticas até então manifestadas. Houve aquiescência por parte dos representantes da  
630 comissão de atingidos, que também estão aqui presentes conosco. Inclusive com sugestão  
631 por parte da comissão de atingidos, de que retirariam todos os processos que já estavam  
632 ajuizados. Na tentativa de facilitar essa mediação e essa concordância. No mesmo  
633 momento, houve manifestação também da Fundação Nacional de Mediação de Conflitos,  
634 através de seus advogados, da presidente da entidade. Da empresa. Que manifestou e deu  
635 a filosofia de trabalho que eles desempenham, com muita clareza, com muita  
636 transparência. Dentro da nossa visão, num princípio ético e de retidão absolutamente  
637 plausível. No momento que ela manifestou inclusive que, mesmo tendo um cliente na  
638 possibilidade de contratá-la, de que ela não abriria mão de estar estabelecendo aquilo que  
639 a empresa entende como mediação de conflito. E assim sendo, houve a concordância das  
640 três partes. E a partir dessa concordância, nos foi feita uma iniciativa, por parte dos  
641 empreendedores, junto a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos. E logo em seguida  
642 nós tivemos uma manifestação, por parte dos empreendedores, através de um ofício que  
643 foi trazido. Só um minutinho que eu quero ver esses ofícios aqui. E que não existiria. Tava  
644 numa possibilidade de uma tratativa que não fosse aquela via Fundação Nacional de  
645 Mediação de Conflitos. Vencendo dois meses pós essa reunião de concordância, das três  
646 partes. A gente recebeu esta carta. E fizemos uma outra reunião, onde os empreendedores  
647 deram as suas justificativas. E nós solicitamos a eles que colocasse formalmente para o  
648 colegiado. E essa carta foi trazida para o colegiado. Um problema inicial que eu vejo que  
649 era socializar com todos aqui presentes. Inclusive com os empreendedores e a comissão  
650 dos atingidos. É que a nossa resolução que cassou os efeitos. Que suspende, que adia os

651 efeitos da cassação do plano de assistência social. Ela cita, nominalmente, a Fundação  
652 Nacional de Mediação de Conflitos, por aquiescência e concordância das três partes.  
653 Assim sendo, existe um prejuízo maior na demanda de deliberação desse colegiado. Nós  
654 tivemos essa manifestação. Eu penso que faz sentido aqui, eu fazer a leitura dessa carta  
655 que nos foi encaminhada. Por parte dos empreendedores. Que ela diz o seguinte: Que em  
656 resposta ao ofício 661 deste Conselho, encaminhado no dia 05/12/2011, relativo a  
657 contratação da Fundação Nacional de Mediação de Conflitos, para atuar no  
658 desenvolvimento dos trabalhos da comissão de referência criada pela resolução do CEAS  
659 378/2011. Vem pela presente prestar esclarecimentos a respeito das tratativas, recentes,  
660 entre os representantes do Consórcio Candonga e daquela instituição mediadora. Neste  
661 contexto, após o encaminhamento da proposta elaborada, pela Fundação Nacional de  
662 Mediação de Conflitos, ao consórcio Candonga. No dia 13/10/2011, foi realizada a  
663 primeira reunião, para debater os itens dispostos, no escopo dessa proposta no dia  
664 17/10/2011. A pedido da Fundação, uma nova reunião foi marcada para o dia primeiro de  
665 novembro, aguardando a presença da sua presidente, para dar prosseguimento à  
666 contratação daquela instituição. Considerando a análise da metodologia de trabalho,  
667 apresentada na proposta da Fundação. Além de experiências êxitosas de diálogo, com as  
668 partes interessadas no âmbito da atuação de outros empreendimentos do setor elétrico.  
669 Sugerimos inicialmente, a adequação da referida proposta de trabalho da Fundação,  
670 buscando melhor andamento dos trabalhos realizados pela comissão e para avançar  
671 objetivamente na discussão sobre o cumprimento das condicionantes estabelecidas na  
672 resolução 039/2003, do CEAS. E referenciadas na resolução CEAS 355/2011, com as  
673 seguintes medidas: Criar e implementar programa de reativação econômica, para os  
674 atingidos pelo empreendimento. Concessão de terreno em área produtiva de 200 m<sup>2</sup>, para  
675 cada família titular, de um imóvel na área urbanizada de Nova Soberbo. Próximo às  
676 residências, cercado, com água disponível, com fornecimento de suporte técnico para  
677 produção. Bem como, de insumos e implementos agrícolas. De modo a recompor os  
678 pomares e hortas inundadas. Sendo que este terreno deveria ser transmitido devidamente  
679 registrado e com o gravame da inalienabilidade e o encargo de servir exclusivamente para  
680 plantação e uso, para criação de aves e animais de pequeno porte. Para subsidiar uma  
681 melhor análise e revisão da proposta por parte da Fundação Nacional, o Consórcio  
682 ofereceu reunir os levantamentos e diagnósticos já realizados em Nova Soberbo e nas  
683 áreas rurais contempladas pelo plano de assistência social para a população impactada  
684 pela construção da usina hidroelétrica de Candonga. Elaboradas por instituições  
685 renomadas e validadas pelos órgãos responsáveis, inclusive o CEAS. E se disponibilizou a  
686 contratar outros serviços, que se fizerem necessários para melhor andamento das  
687 discussões sobre os itens citados na resolução CEAS nº 039/2003. Por outro lado,  
688 considerando a necessidade de buscar o bem estar coletivo e a sustentabilidade, das  
689 alternativas de geração de renda, estruturadas junto à comunidade. Bem como para manter  
690 o nosso propósito de alinhamento crescente e o diálogo com as partes interessadas. De  
691 acordo com os preceitos da ética e da transparência, argumentamos sobre a necessidade de  
692 a Fundação Nacional, revisar a sua proposta de trabalho apresentada. Adequando-a de  
693 modo a atuar, como facilitadora do diálogo sobre os temas que são focos da comissão.  
694 Registramos ainda que vários temas atendidos no período da implantação da Usina  
695 Hidroelétrica Risoleta Neves, não estão na pauta do fórum estabelecidos pela resolução  
696 CEAS 378. Bem assim, que a interlocução necessária e o compromisso do consórcio, para  
697 a resolução das demais questões de suas responsabilidades, atinentes aos reagentamentos,  
698 não estão restritas ao período previsto para os trabalhos da comissão. É oportuno registrar  
699 que o Consórcio Candonga é regido por normas e procedimentos que visam atender as  
700 boas praticas de governança corporativa, visando a efetivação dos princípios da isonomia

701 e transparência. Nesse sentido, o consórcio como de praxe, em suas contratações e  
702 visando cumprir as regras previstas em seus atos constitutivos. Realizou consultas a outras  
703 entidades no sentido de equalizar as propostas e cumprir aquelas formalidades. Assim, no  
704 momento em que passamos a analisar a metodologia e escopo proposto, percebemos um  
705 desalinhamento entre a proposta da Fundação Nacional e as das outras entidades  
706 consultadas. Não obstante as discussões de cunho técnico a respeito do escopo do trabalho  
707 e apesar dos argumentos de tentativa de acordo para viabilizar a contratação da Fundação  
708 Nacional. Inclusive a negociação, para adequar aos valores praticados no mercado. Ou  
709 utilizar a estrutura administrativa do consórcio, para reduzir os custos com o apoio  
710 logístico. A Fundação Nacional manteve-se irredutível em seu posicionamento inicial,  
711 inviabilizando a sua contratação. Neste contexto, buscamos alternativas com outras  
712 renomadas instituições, cujas propostas colocamos desde já à disposição deste Conselho.  
713 Como alternativa para a continuidade dos trabalhos. São elas: AMS Consultoria, empresa  
714 com 30 anos de atuação na mediação de conflitos sociais, e credenciada como moderadora  
715 e facilitadora pela Delti Technique Suzan Mernardeth Giz, no método Zope. E o Instituto  
716 de Mediação e Arbitragem do Brasil – IMAB, que atua na mediação de conflitos sociais  
717 deste 94, e possui convênios de cooperação técnica e científica e parcerias com  
718 instituições nacionais e internacionais. Como o programa das nações unidas para o  
719 desenvolvimento – PNUD. À vista do exposto, ratificamos nossa plena disposição de  
720 continuar com os trabalhos e tratativas elencadas, na resolução CEAS 378/2011. Nossa  
721 expectativa e objetivo são no sentido de seguirmos com outra instituição mediadora,  
722 visando facilitar o diálogo na comissão de referência. Podendo ser referendadas as  
723 entidades ora nominadas, ou outras indicadas pelo CEAS-MG. Caso este Conselho assim  
724 julgue necessário, sem prejuízo para a efetividade da mediação e dos trabalhos da  
725 comissão. Assinado pelo Consórcio Candonga na pessoa do seu diretor de implantação e  
726 seu diretor presidente. Junto a mesa diretora, nós fizemos uma reunião extraordinária, na  
727 mesa diretora, para proceder esta tratativa. E a idéia era que a gente pudesse ter um  
728 encaminhamento de forma mais clara, para trazer a este colegiado. O nosso entendimento,  
729 enquanto mesa diretora, é que é de suma importância que a gente proceda a uma nova  
730 reunião, com as três partes e ouvi-los. É de chamar os representantes do Consórcio  
731 Candonga os representantes dos atingidos, a Fundação Nacional de Mediação de  
732 Conflitos. E que a gente possa dar a tratativa conjunta. E em função de tempo, não foi  
733 possível. Essa reunião antes dessa plenária. São dois meses que já se esvaíram. Desde o  
734 início, o prazo é de um ano. Nós entendemos que essa Situação não pode perdurar por  
735 mais tempo, é o entendimento deste colegiado, antecipado. É o entendimento da mesa  
736 diretora. E, por isso, a idéia... quero aproveitar a participação dos dois. E é bom que o  
737 ministério público esteja presente nessa reunião. Porque a nossa idéia é de articular o mais  
738 rápido possível. E nós tiramos uma data já conciliando uma agenda com a mesa diretora e  
739 a Fundação Nacional. E estamos socializando hoje, já que as duas partes estão presentes,  
740 que é os atingidos e os representantes dos empreendedores. Para que a gente possa  
741 proceder essa reunião, na terça-feira, na parte da manhã. Como as duas partes estão  
742 presentes. Eu gostaria que houvesse manifestação, preferencialmente que houvesse  
743 concordância nessa reunião. Esse colegiado, embora na sua maioria já conhece a Situação  
744 desse empreendimento. E a Situação que nos aflige na tratativa dessa Situação. Mas nós  
745 temos conselheiros novos que chegaram. Embora já tivemos ontem, um dia inteiro de  
746 reuniões a respeito das várias comissões e dessas tratativas. Tendo esses vários  
747 considerandos. E principalmente levando em consideração que o tempo urge. E que já não  
748 é mais admissível que os atingidos continuem na Situação que estão. Nós gostaríamos  
749 muito, que houvesse uma deliberação, aqui por parte deste colegiado. Que essa tratativa  
750 seja dada pela mesa diretora, nessa reunião de terça-feira, com as três partes. E que fosse a

751 decisão da mesa diretora, ad-referendum desse colegiado. Só que é uma responsabilidade  
752 grande para o colegiado, mas maior ainda para a mesa diretora. Assim sendo, eu abro para  
753 os conselheiros se manifestarem a respeito deste encaminhamento da mesa diretora. E  
754 logo em seguida, eu posso até abrir a respeito deste encaminhamento, para os atingidos e  
755 para os empreendedores. E não mais para detalhamento de qualquer outro tipo de ação. O  
756 que eu quero aqui me permitir, deixar para estas manifestações, pelas duas partes, na  
757 reunião que eu espero que seja entre as três partes envolvidas e o colegiado. Pois não,  
758 Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Sr. Presidente. É importante que, inclusive  
759 que os conselheiros que chegam agora, saibam da importância deste Conselho, em face  
760 dessas questões que são colocadas para os atingidos. A gente vivência ao longo dos anos  
761 aqui que a gente vem trabalhando. Situações em que os atingidos se sentem realmente  
762 numa Situação em que o Conselho Estadual deve fazer o seu papel e fazer prevalecer.  
763 Desde o primeiro momento que a gente começou a trabalhar com este empreendimento, a  
764 gente vem tentando mitigar esses problemas. E por último tivemos um início de uma boa  
765 vontade por parte do empreendedor de querer sanar essas situações. Nós chegamos num  
766 ponto, que agora, com esta Fundação de Mediação, ela vai buscar resolver questões, muito  
767 além daquilo que... esses dois pontos são colocados. Porque, se na época não foi  
768 discutidos esses itens. Outras questões de violações surgiram. Então essa Fundação de  
769 Mediação, ela vai traduzir e vai buscar sanar estas questões que foram colocadas  
770 anteriormente. Essa mobilização de trabalho dos conflitos, aparentes, e o que estão por  
771 trás destes trabalhos. É que a Fundação de Mediação é que vai buscar resolver essas  
772 questões. Então não é somente para estes dois itens. Por isso que a gente pensa que a  
773 Fundação, a mediação ela vai para além daquilo que já foi posto e pra aquilo que foi  
774 colocado até então. Houve uma reunião em que todos os itens questionados foram  
775 expostos pela Fundação e houve concordância por parte dos envolvidos. Não é? Agora,  
776 após dois meses, é que a gente vai tentar. Eu digo, agora vem o empreendimento, o  
777 empreendedor quer modificar todo o processo. Acho que isso é sério, é grave. Nós não  
778 podemos aceitar situações desse tipo. A gente busca a todo instante fazer com que a ...  
779 Não só através da Fundação de Mediação, mas também esse CEAS, de fazer com que a  
780 gente busque o consenso por parte do empreendimento quanto dos atingidos. Nós tivemos  
781 um sucesso enorme, na última plenária, quando o empreendimento e os atingidos  
782 estiveram aqui e demonstraram, o empreendedor demonstrou a boa vontade em querer  
783 resolver essa questão. Vejo por parte do empreendimento Candonga, uma dificuldade  
784 enorme em querer resolver o problema dos atingidos. Isso pra nós é constrangedor. Eu  
785 acho que um empreendimento que chega ao ponto, de fazer, o que faz, ele deve pensar nas  
786 questões sociais. É lógico que a gente sabe, que os empreendimentos eles preocupam com  
787 o capital, mas eles têm que pensar também nas pessoas que ali residem e que ali foram  
788 atingidas. Eu fico. Quando ouço por parte do senhor presidente, uma correspondência da  
789 forma como veio, eu fico realmente muito constrangido, e acho que se não chegarmos ao  
790 consenso nós temos que buscar o consenso o máximo possível. Nós temos que buscar  
791 nessa reunião de terça-feira, que se chegue ao entendimento. Mas se não chegar, penso  
792 que nós não temos outra alternativa senão a de que o ministério público estando presente  
793 aqui, já tome conhecimento e a partir então, tome as providências que devem ser tomadas.  
794 **Presidente:** Conselheiro Márcio Caldeira. **Conselheiro Márcio:** Márcio. Representante  
795 da ASSPROM. É importante a gente lembrar que o histórico da discussão do  
796 empreendimento da discussão do empreendimento de Candonga aqui neste Conselho.  
797 Elevou a nossa capacidade de compreensão, de articulação, de compreensão em relação ao  
798 papel que este Conselho, tem em relação ao acompanhamento dos empreendimentos.  
799 Acho que foi uma trajetória e uma evolução gigantesca que nós alcançamos, onde nós,  
800 inclusive, como já foi colocado pelo presidente. Nos levou até a indicação do curso de



801 capacitação de mediação de conflitos. Onde nós tivemos, alargado o nosso olhar, em  
802 relação aos empreendimentos. Eu me sinto muito incomodado e faço as palavras do  
803 Marcelo também. Referendo as palavras do Conselheiro Marcelo, e coloco também com  
804 muita tranquilidade. Que eu sinto muita tranquilidade que a mesa diretora esteja  
805 totalmente qualificada para o encaminhamento necessário na terça-feira. Porque eu acho  
806 que já é fruto de um amadurecimento que nós temos aqui, em relação a este  
807 empreendimento. Então eu me sinto muito tranquilo em dar o meu referendo neste  
808 aspecto. **Presidente:** Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Bom. Eu gostaria só de  
809 fazer uma reflexão em cima da fala do Marcelo. No seguinte item: a questão agravante do  
810 empreendimento de Candonga é fato pra todo mundo. Isso não é obscuro pra ninguém. Já  
811 está a dez anos neste Conselho. O problema é que a gente tem que resolver. Da melhor  
812 forma possível. Porque os maiores prejudicados são as pessoas que esse Conselho tem a  
813 responsabilidade de zelar e manter e não condizer com a violação de direitos desses  
814 atingidos. Porém também, sabe Marcelo? Aqui eu comungo e concordo, por fazer parte da  
815 mesa diretora. E ainda de não poder adiar mais esta resolução. Essa resolutividade dessa  
816 Situação. Considerando que nós estamos entrando num final de ano, num início de ano,  
817 que as coisas são mais custosas e morosas pra acontecer. Então eu comungo dessa mesa  
818 diretora, da mesa diretora do Conselho tomar essa decisão por ad-referendum. Mas  
819 quando eu falo que eu gostaria de fazer uma reflexão com relação ao Marcelo. Que eu  
820 gostaria de esclarecer para este Conselho também, que este Conselho não tem interesse  
821 nenhum, em indicar a Fundação Nacional de Mediação de Conflito. Ela só foi indicada  
822 por este Conselho, por que nós a conhecemos. E este Conselho está fazendo um curso  
823 com esta Fundação. Não existe outro interesse deste Conselho ter indicado a usina, a  
824 Fundação Nacional de Conflito. E também, sabe Marcelo. Eu acho que quando o  
825 empreendimento vai analisar a proposta, porque foi feito o acordo entre as partes aqui. A  
826 resolução está demonstrada ali. Porém no ato da Fundação apresentar a proposta. E o  
827 empreendimento, ele é regido por leis também. Pelo que eu percebi na leitura do ofício e  
828 na tratativa da reunião da mesa diretora essa semana. Com relação a esta questão.  
829 Identificamos que houve um problema de acordos. Não é? Mas eu penso também que este  
830 Conselho tem que entender e pensar nas questões colocadas do empreendedor, desde que,  
831 não interfira na resolução da pendência de Candonga. Com relação a indicação de A ou B,  
832 pra gente, é inexistente. Pode ser A, pode ser B ou pode ser C. Desde que, cria a comissão,  
833 desde que resolva dentro de doze meses. E o nosso receio é que já se passaram dois. Pra  
834 isso a gente está marcando uma reunião pra terça-feira. Não é isso presidente? É só isso  
835 que eu gostaria de falar. **Presidente:** Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Como  
836 é. Eu quero também concordar com toda a sua fala viu Juanita. Talvez na minha ansiedade  
837 em querer demonstrar o meu descontentamento. Talvez eu não tenha explicitado que eu  
838 também entendo que o Conselho Estadual, pra nós pouco importa qual a instituição que  
839 vai fazer esse trabalho de mediação. Pra nós, quando eu falei de Fundação, é porque ela é  
840 que está descrita na resolução. Se nós não chegarmos a um acordo, a um consenso na terça  
841 feira, sobre qual Fundação ou qual instituição que irá demandar. Que chegue então a outra  
842 instituição. Sem problema algum. Mas eu tenho um outro ponto de vista, no que diz ao  
843 acordo. Porque quando foi feita a reunião entre as partes presentes, ali foi o momento, que  
844 o empreendedor teria pra dizer: olha, eu não concordo e, portanto, eu não vou fazer este  
845 acordo agora. Eu quero então conhecer qual que é a tratativa que a instituição Fundação,  
846 vai trazer pra nós, pra gente ver se a gente pode aceitar ou não. Agora chega aqui, ela diz:  
847 não, estou de acordo. Isso da a entender. Pode até dar a entender que este imbróglio que  
848 vai acontecendo é para poder atrasar mais o resultado que se propõe. Essa que é a minha  
849 preocupação. Eu pra mim pouco importa qual a instituição, é importante é que tenha.  
850 Quanto ao acordo que foi feito, penso que eles teriam que ter tido essa oportunidade de

851 discutir este assunto naquela oportunidade. Como a lei não socorre os que dormem. Aqui  
852 a gente não trata de lei. Mas é por analogia. **Presidente:** Algum outro conselheiro quer  
853 manifestar? OK. Eu encerro as inscrições dos conselheiros e gostaria de fazer uma fala. E  
854 deixar muito claro, pra todos nós, que este Conselho, tem atuado com absoluta isenção,  
855 nas suas deliberações. Com o conhecimento de. Cada um com a sua individualidade, mas  
856 que é trazida para esta mesa, enquanto um colegiado. E dizer que, no nosso estado é  
857 sempre bem vindo, os empreendimentos. Nós entendemos a importância que tem  
858 fortalecer o nosso Estado, com novos empreendimentos que chegam e que abrem o  
859 mercado de empregabilidade. Quer na região ou quer fora da região. Mas também atrás  
860 dos empreendimentos vêm várias mazelas. E com elas, várias situações que é até bobagem  
861 entrar em detalhe aqui. Mas dizer que, no nosso entendimento, a gente sabe muito bem. O  
862 Capital em si, o mercantilismo em si, não tem memória e nem coração. Essa que é a  
863 verdade. Agora que representa o capital, quem representa o empreendimento, são pessoas  
864 humanas. E pessoas humanas devem ter o mínimo possível, de estabelecer uma boa  
865 relação humana. Saber que não é auferir o lucro a qualquer custo. Saber que, é ferir o  
866 princípio de quem por direito habita e vive e sobrevive com o suor do seu rosto, pra  
867 dignamente receber o pão de cada dia, tem que ser respeitado. Já sabemos que não é  
868 possível reparar as perdas de ordem sentimental. Porque elas não serão reparadas jamais.  
869 Mas ainda assim, não podemos levar outros tipos de constrangimento, outro tipo de pena e  
870 revitimizar uma vítima. Num processo que pessoas humanas representam um capital.  
871 Então é esse entendimento que a gente também quer fazer. E fazendo esse entendimento,  
872 com absoluta consciência de que cabe a este colegiado, que tem formação paritária,  
873 estabelecer o controle social. Estabelecer a proteção básica para os atingidos. E é por força  
874 de fundamentação legal, através de um decreto-lei do governo do Estado. E assim sendo,  
875 eu quero deixar muito claro. Que nós temos vistas sim, a trazer sempre, cada vez mais,  
876 empreendimentos e investimento para o nosso estado. Isso fortalece toda a sociedade  
877 mineira. Mas sem prejuízo, sem detrimento das pessoas que vão ser atingidas.  
878 Entendemos também essa proteção e não queremos exagerar em nada. Queremos tão  
879 somente estabelecer aquilo que é proteção básica. Não é porque, não queremos dar a  
880 tratativa, definitivamente, que os atingidos são coitadinhos, não. Não é essa a tratativa. É  
881 simplesmente dar para eles, o direito de igualdade e oportunidade. E o direito de exercer o  
882 caminho deste país nosso, que é tido pelo menos como estado de direito. Então, assim  
883 sendo, eu gostaria de passar para as duas partes. Gostaria que manifestassem a respeito  
884 dessa reunião de segunda-feira, da presença se é possível? Terça-feira, na parte da manhã,  
885 se é possível, às 9 horas aqui no Conselho, primeiro. Em segundo. Em função até dos  
886 comentários que foram feitos, vocês têm total liberdade de quere falar a respeito. Só  
887 gostaria que não houvesse citação. Porque se houver citação a respeito de comentário, eu  
888 terei que dar direito de resposta. E eu não gostaria que as tratativas pormenorizadas sobre  
889 essa questão que está sendo trazida, fosse tratada aqui agora. Porque não é o momento.  
890 Essa tratativa deverá ser conduzida na reunião de terça-feira, se o colegiado entender e  
891 deliberar, e dar a autonomia à mesa diretora de fazer. E antes de passar às partes, eu aqui  
892 me sinto na obrigação, de fazer a leitura também de uma carta. Que foi encaminhada a  
893 este colegiado. Por parte da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado. O  
894 município de Santa Cruz do Escalvado. Neste ato representado pelo prefeito, José Antônio  
895 dos Santos e Geraldo Aquino dos Santos, neste ato representando a comunidade atingida  
896 de Candonga. Vem informar e requerer o que se segue: o município ora requerente e os  
897 representantes acima nominados, da comunidade atingida, pela UHE de Candonga.  
898 Aderiram de boa fé, e com o mais alto espírito conciliador, a proposta do CEAS de  
899 mediação. Vontade esta consubstanciada na resolução 378, deste Conselho. As partes  
900 acima identificadas cumpriram o acordo na referida resolução e suspenderam todos os

901 processos judiciais que estão em trâmite nas comarcas de Ponte Nova e no Tribunal de  
902 Justiça de Minas Gerais. Tudo com a anuência dos procuradores do consórcio Candonga.  
903 Em petição nos vários autos dos processos judiciais. Em decorrência disto, várias ações  
904 judiciais já se encontram suspensas. Sobretudo as duas ações civis públicas... dois, que  
905 atuam em Minas Gerais, a exemplo da Brookfield Energia Renovável, responsável pela  
906 UHE de Barra de Braúna. Que se preocupa recentemente com os problemas sociais de  
907 seus projetos. Buscando a solução dos mesmos, resolvendo os mesmos, em conjunto com  
908 os atingidos. O Consórcio Candonga continua na mesma. Vai “empurrando” entre aspas,  
909 os problemas sociais e ambientais, esperando da ação do poder estatal. Ao nosso entender  
910 *data vênia*, brincam com coisa séria. Considerando que o artigo 3º da resolução 378/2011,  
911 condiciona a suspensão dos efeitos da resolução CEAS-MG 355/2011. A existência do  
912 processo de mediação, sendo este inexistente. Outro caminho não há que não o re-  
913 estabelecimento imediato dos efeitos da resolução CEAS 355/2011. Ao aceitar a mediação  
914 consubstanciada na resolução 378, o Consórcio Candonga, sabia dos seus deveres, para  
915 com todos os agentes envolvidos, bem como para com este Conselho, que não pode perder  
916 tempo, com agentes que não desejam a resolução dos problemas de seus projetos. Este  
917 Conselho não pode ficar inerte diante desta atitude do Consórcio Candonga, e deve agir de  
918 forma firme e enérgica. Afinal a lei deve ser aplicada pelas autoridades estatais, sob pena  
919 de, na omissão, ser ineficaz e perder a sua força social. Reiterando a nossa confiança neste  
920 Conselho, que tem atuado com retidão, ética e compromisso social nos processos de  
921 licenciamento ambiental de barragens hidroelétricas. Requer o imediato cancelamento da  
922 resolução CEAS, com fulcro no artigo 3º da mesma, determinando-se o retorno imediato  
923 dos efeitos da resolução 355, que trata da revogação da resolução CEAS 39/2003,  
924 tornando o empreendedor Consórcio Candonga, inadimplente, com a comprovação de  
925 implantação do plano de assistência social, da UHE de Candonga. Requer ainda seja  
926 oficiadas, caso o pedido acima seja acatado, as seguintes autoridades: Promotores de  
927 justiça da Comarca de Ponte Nova, Juiz da Primeira Vara Cível da Comarca de Ponte  
928 Nova, Coordenador do CAOMA no ministério público de Minas Gerais, Desembargador  
929 relator do processo, Dr. Vieira de Brito, Desembargador relator do processo, Dr. Brandão  
930 Teixeira, Desembargador relator do processo, Dr. Antônio Cergo. Nestes termos pede  
931 deferimento. Santa Cruz do Escalvado, 09 de dezembro de 2011. Muito bem, assim sendo,  
932 eu dei transparência e visibilidade ao que foi encaminhado a este Conselho. Vou me  
933 permitir aqui não fazer comentários sobre nenhuma das duas. Mesmo porque, no meu  
934 entendimento, todas duas têm reparos por fazer, todas duas têm informações por  
935 considerar. E assim sendo, eu as deixo para a nossa reunião de terça-feira. Eu ainda, antes  
936 de passar as duas partes para manifestação em respeito à reunião. Eu penso que é de bom  
937 tamanho, primeiro, a gente fazer uma votação nominal, a respeito da delegação, para  
938 decisão deste processo, à mesa diretora nesta reunião. Gostaria que nominalmente  
939 houvesse uma votação pra isso. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, de acordo. **Conselheiro**  
940 **Márcio:** Márcio, de acordo. **Conselheira Edir:** Edir, de acordo. **Conselheira Ana Paula:**  
941 Ana Paula, de acordo. **Conselheira Maria:** Maria, de acordo. **Conselheiro José**  
942 **Fernando:** José Fernando, de acordo. **Conselheira Maria de Lourdes:** Maria de  
943 Lourdes, de acordo. **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, de acordo. **Conselheiro**  
944 **Júlio:** Júlio César, de acordo. **Conselheira Juanita:** Juanita, de acordo. **Presidente:**  
945 Então, está por unanimidade. O colegiado, delega à mesa diretora, a decisão dos  
946 problemas, das soluções que haverão na reunião de terça-feira. Eu passo a palavra aos  
947 empreendedores, através do... Quem? Algum deles que quiser se manifestar. O Glauco ou  
948 o Sandro? Por favor. **Empreendedor:** Eu só queria acatar essa proposta da reunião. A  
949 gente só quer acatar esta proposta. Na terça-feira vamos estar presentes pra continuar as  
950 tratativas em relação a este estudo. Gostaríamos apenas de manifestar que nesses dois

951 meses nós estivemos envolvendo esforços no sentido de prosseguir com estes trabalhos. E  
952 tenho certeza que nos dez meses restantes, nós vamos conseguir concluí-los a contento.  
953 Vamos estar presentes aqui na terça, nove da manhã. **Presidente:** E agora da manifestação  
954 por parte da comissão de atingidos. Por favor, quem vai se manifestar? Fica à vontade.  
955 **Representante da Comissão dos Atingidos:** Meu nome é José Antônio, somos  
956 representantes dos atingidos de Candonga. E vou comparecer também. Se Deus quiser eu  
957 vou comparecer aqui também. Pra representar os atingidos. E espero que seja realmente  
958 uma solução definitiva nessa Situação. Sabe Sr. Presidente? Por que a coisa parece uma  
959 brincadeira. A gente terminar com essa brincadeira, porque a coisa está séria. **Presidente:**  
960 OK. Então, considera-se vencido este item de pauta. Eu agradeço a presença das duas  
961 partes. Empreendedor e os atingidos. Se quiser continuar conosco, por favor, fiquem à  
962 vontade. Caso contrário, também se sintam à vontade. Mas deixo claro aqui que, a nossa  
963 posição, é uma posição totalmente isenta, no que diz respeito, a tentar, pelo menos,  
964 estabelecer aqui, o princípio da justiça. Independente se vai agradar A ou B. Esse  
965 colegiado tem essa convicção. Essas discussões, já se afloram nas nossas comissões. E é  
966 dessa forma que a gente manifesta. Podem ter a certeza de que com a absoluta convicção  
967 nós vamos dar uma tratativa dentro do maior princípio de retidão, de ética e de moral.  
968 Muito obrigado. Nós gostaríamos de passar ao próximo ponto de pauta. Ainda dentro da  
969 letra D. Que trata da apresentação e relatoria da PCH Serra das Agulhas. Que ficou a  
970 cargo do Conselheiro Marcelo Armando. E eu quero mais uma vez manifestar. Porque nós  
971 temos conselheiros novos e presenças outras aqui, que faz parte. Toda relatoria de  
972 processo, de empreendimento hídrico, é feito aqui neste colegiado, por sorteio. Então nós  
973 sabemos quem fará a próxima relatoria de empreendimento e nem qual o  
974 empreendimento. Então assim sendo, é um sorteio, logo em seguida a relatoria vem, pode  
975 haver manifestação e pedido de vistas ao processo, por parte de qualquer um dos  
976 conselheiros. Por favor, Conselheiro Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Está projetado a  
977 minha relatoria. E por questão regimental, eu vou fazer a leitura. Nome do  
978 empreendimento: Pequena Central Hidroelétrica Serra da Agulha. O processo está aqui  
979 para aprovação do PAS. O nome do empreendimento: SIGMA Energia. Responsável de  
980 elaboração do PAS: Limiar Engenharia. Os municípios envolvidos: Diamantina de  
981 Monjolos, Minas Gerais. O tipo do processo é para apreciar o PAS BARRAGEM. Nós  
982 recebemos o processo em 05 de maio de 2011. E nós tivemos uma complementação em 11  
983 de julho de 2011. Houve uma necessidade de uma complementação do PAS. Porque não  
984 veio satisfatório naquele primeiro momento. Não foram solicitadas diligencias por este  
985 relator. E portanto eu passo a fundamentação do meu parecer. Ele está baseado nas  
986 diretrizes estabelecidas na lei 12812, que trata das barragens. Na resolução CEAS 317 e  
987 resolução 318/2010. Na lei orgânica de assistência social e na política nacional de  
988 assistência social. A pequena central hidroelétrica PCH Serra das Agulhas. A ser instalada  
989 no curso do Rio Pardo Pequeno. Localizada no município de Diamantina e Monjolos. Os  
990 dois municípios estão habilitados na gestão básica do SUAS. Essa hidroelétrica vai gerar  
991 28 Megawatts de energia. O empreendedor é a Sigma Energia, o prazo para entrega da  
992 obra é de 23 meses. O PAS em conformidade com o estabelecido pelas leis acima  
993 descritas. Há previsão de atingir três propriedades rurais. A Fazenda Andorinha, no  
994 município de Diamantina. A Fazenda Bueno, no município de Monjolos. A Fazenda da  
995 Larga, no município de Monjolos. Eu fiz um quadro mesmo, pra poder descrever o  
996 tamanho da propriedade, para um maior esclarecimento dos conselheiros. O tamanho da  
997 área que será afetada pelo empreendimento. A utilização da área a ser atingida. Aquilo  
998 que será atingida pelo empreendimento. E o uso da área a ser atingida pelo  
999 empreendimento. Então por exemplo: na Fazenda Andorinha, a utilização da área eles  
1000 utilizam com plantação de eucalipto. E o empreendimento vai usar como reservatório, o

1001 trecho de vazão residual. Da mesma forma da Fazenda Bueno e da Fazenda da Larga. Está  
1002 certo? Por exemplo, na que trata da pastagem e cultura de eucalipto, será a casa de força  
1003 de estrutura. Isso lá Fazenda Bueno. Pode passar. Nenhuma benfeitoria das três  
1004 propriedades, será atingida pela implementação da PCH. De forma que não haverá  
1005 necessidade de alocar famílias e moradias. E ainda, nem perda dos vínculos empregatícios  
1006 e das atividades produtivas. Uma vez que esse empreendimento não haverá tanto  
1007 problema. Está prevista a contratação de mão de obra. De aproximadamente 350 pessoas,  
1008 de trabalhadores. Que na maioria serão recrutados nos municípios de Diamantina e  
1009 Monjolos. A previsão do custo da obra é de aproximadamente 128 milhões de reais. E o  
1010 custo previsto para programas de minimização dos impactos sociais em 305 mil reais.  
1011 Constou no PAS os programas obrigatórios. Conforme disposto na resolução 317.  
1012 Destaca-se o programa de implantação do Posto de Atendimento Social. O Programa foi  
1013 elaborado em parceria com o órgão de gestão e de controle social local. Há e-mails, fotos  
1014 e correspondências que comprovam tal fato. A equipe técnica do Posto terá um assistente  
1015 social e um psicólogo. O local do posto será na sede urbana do município de Monjolos,  
1016 nove quilômetros de distância do local das obras. O posto de atendimento social deverá  
1017 entrar em funcionamento 30 dias da aprovação do PAS pelo CEAS. Considerando a data  
1018 da publicação da resolução do CEAS. Devendo manter-se em atividade, por toda a  
1019 implantação do empreendimento. E após a sua conclusão, por tempo determinado pelo  
1020 CEAS. Visita técnica da secretaria executiva do CEAS, aos municípios atingidos. Foi feita  
1021 uma reunião dia 09/11 e o conteúdo encontra-se na cópia da ata da reunião, em anexo ao  
1022 processo. Bem como a lista de presença dos participantes. Foram feitas visitas às  
1023 propriedades a serem atingidas, que aconteceram no dia 10/11/2011. Os instrumentais  
1024 utilizados para a realização das visitas também encontram no processo, anexo. Das três  
1025 propriedades foram entrevistados os responsáveis das duas propriedades. Fazenda  
1026 Andorinha. Foi entrevistado o administrador Carlinhos Leite e José Antônio Topinel. Na  
1027 Fazenda Bueno, entrevistado o Oto Miranda, administrador e filho do proprietário já  
1028 falecido. A Fazenda da Larga, foi visitada, porém não foi localizado nenhum responsável  
1029 pela propriedade, conforme explicitado no item 2, 3.1 da análise técnica. Vale destacar,  
1030 conforme pode ser observado nos instrumentais anexos. Que as informações contidas no  
1031 PAS foram confirmadas pelos entrevistados. E ainda que não haja alterações de grande  
1032 proporção nas propriedades, devido ao tamanho delas. Os entrevistados informaram que  
1033 não houve negociação. Apenas foram procurados pelos responsáveis pelo  
1034 empreendimento, para iniciar conversa sobre o assunto. O parecer deste conselheiro, é de  
1035 aprovar o PAS da PCH Serra das Agulhas. **Presidente:** Conselheira Juanita. Está aberto  
1036 aos conselheiros, se quiser fazer algum tipo de pergunta, questionamento,  
1037 complementação e/ou ratificação do processo. Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:**  
1038 Conselheiro Marcelo, eu não sei se eu perdi, na sua fala. A usina mesmo vai estar ela vai  
1039 atingir dois municípios, Diamantina e Monjolos. Mas a estrutura dela, onde vão ficar os  
1040 350 trabalhadores, que privilegialmente vão ser oriundos desses dois municípios, vai estar  
1041 em Monjolos, onde vai ser construído o PAS. Onde vai estar implantado o PAS. Não é  
1042 isso? Monjolos é quantos mil habitantes? Mais ou menos. Aproximadamente. Eu penso  
1043 que a gente deve. Que é uma sugestão na relatoria do Marcelo. Me trouxe uma idéia. Esse  
1044 Conselho utilizar como prática agora, informar ao Conselho e ao gestor municipal.  
1045 Sempre quando nós aprovarmos um plano, um PAS. Comunicar pra ele dessa aprovação,  
1046 eu sei que a gente já faz no Conselho. Mas comunicar ao gestor também a aprovação  
1047 desse PAS. E atentar ao gestor e ao conselho, para algumas implicações e alerta para o  
1048 gestor. Quando da implantação desse PAS. Porque a gente está vendo que é um  
1049 empreendimento muito tranquilo, não vai ter atingidos, enfim. Porém, vão ser contratados  
1050 350 trabalhadores. Então isso pode vir a trazer, um problema social no município se essas

1051 pessoas forem de fora. Alguma violação de direito, principalmente com relação à criança e  
1052 adolescente. Abuso, a gente sabe disso. Então é alertar ao gestor e ao conselho para essas  
1053 situações, que possivelmente pode vir a acontecer. Para agilizar os equipamentos CRAS e  
1054 CREAS, para trabalhar nesta perspectiva. Só isso presidente. **Presidente:** Algum outro  
1055 conselheiro? Conselheira Fátima. **Conselheira Fátima:** Eu prestei atenção ali. Parece que  
1056 uma pessoa da comunidade lá. Ela não foi ouvida. Não sei onde que é. Então eu queria  
1057 saber assim. Não foi ouvida porque não achou esse morador. Ou esse morador não tomou  
1058 conhecimento desse fato. Quais são as questões aí relevantes, para esclarecimento.  
1059 **Conselheiro Marcelo:** Técnica Rosa. Por favor. **Técnica Rosalice:** Bom dia a todos. Eu  
1060 sou a técnica responsável pela avaliação do PAS. Para quem não me conhece, eu sou  
1061 assistente social. Sobre isso Fátima. Essa propriedade ela é sem uso. Ou seja, não há  
1062 moradores. A propriedade, ela não tem uso. Então não há quem é responsável por ela lá.  
1063 Não tinha ninguém responsável por aquela propriedade no dia da viCITa. Porque ela não  
1064 tem uso. Ela é sem uso. **Conselheira Fátima:** Eu estou vendo neste questionamento. Eu  
1065 até pensaria nisso. Porque a gente saber. Depois vai ser mais um atingido. Porque de  
1066 repente a viCITa foi feita no local. Mas não achou o proprietário, não teve nenhuma  
1067 consideração e nenhum levantamento. Pra não haver problemas no futuro. Caminhar para  
1068 o futuro, eu penso assim. **Técnica Rosalice:** Eu tenho o diagnóstico. O PAS não está aqui.  
1069 Eu tenho o diagnóstico da propriedade. Aí se, quiserem eu vou ler sobre essa propriedade,  
1070 exatamente. Não há atingido, ta. Deixando claro que essa propriedade não tem moradores.  
1071 Eu só vou ler o diagnóstico dela, se o presidente autorizar. Só sobre esta propriedade, e  
1072 específica, a Fazenda da Larga. **Presidente:** Técnica Rosa, pode continuar. **Técnica**  
1073 **Rosalice:** Fazenda da Larga. Espólio de José Vicente Trindade. Os herdeiros: Renato de  
1074 Fátima Trindade. E o inventariante: é a Hilda Trindade. Não há moradores e nem  
1075 trabalhadores. Nenhum dos proprietários residem no imóvel. O senhor Renato Trindade,  
1076 49 anos, um dos herdeiros da Fazenda Larga. Reside no município de Gouveia. A  
1077 principal atividade econômica é a criação de animais para venda. A área que vai ser  
1078 atingida. Que é os 36,16 hectares. É uma área sem uso, da propriedade. Eles não residem  
1079 lá. É uma propriedade que está em inventário ainda. Não há moradores, não há  
1080 trabalhadores. Na propriedade. Não tem nada que indique pessoas lá dentro dessa  
1081 propriedade para ser o espólio já. **Presidente:** OK. Podemos fazer a votação. Por favor,  
1082 essa votação é nominativa. Geraldo, representando o SINTIBREF, sigo o voto do relator.  
1083 Me desculpe. Me permita aqui, embora já iniciou o processo de votação, mas eu vou  
1084 conceder a palavra a José Fernando. Porque ele fez a inscrição. Eu é que vacilei aqui, em  
1085 não dar a palavra. Por favor. **Conselheiro José Fernando:** Eu gostaria só buscar  
1086 esclarecimento tanto do Marcelo, quanto da Rosa. Em relação a essa procura, que foram  
1087 feitos a esses proprietários, pra com a negociação. Se vocês têm mais alguma informação  
1088 de como que isso está. Ou seja, eles não estão colocando em vulnerabilidade essa  
1089 Situação. Está tranquilo essa... eu queria só alguns esclarecimentos pra que eu pudesse  
1090 votar esclarecido. **Conselheiro Marcelo:** Pra esclarecer que. Para aprovação do PAS,  
1091 como é o início do processo. E está no início de negociação, não há necessidade de que já  
1092 tenha tido a negociação efetivada. E sim o início do processo de negociação. Por isso que  
1093 nós ficamos tranquilos pra poder aprovar esse PAS. Porque não há obrigatoriedade. Eles  
1094 estão num processo de negociação. E aí aproveitando já a minha fala. Essa questão do  
1095 terceiro item, da terceira, da Fazenda Larga. O empreendimento vai ter que entrar em  
1096 discussão lá com os herdeiros. Talvez até vai ter que ser uma questão judicial. Isso  
1097 ultrapassa os limites do Conselho. **Técnica Rosalice:** Geraldo, só complementando a fala  
1098 do Marcelo. Na realidade Fernando. Quando o empreendedor, pra iniciar uma negociação,  
1099 na realidade uma negociação efetiva, o projeto de negociação. Ele já tem que ter a licença  
1100 de instalação. Então ele está no processo da obtenção da licença de instalação. Só há início

1101 de conversa. E pelo que os proprietários que eu conversei, não há impedimento em relação  
1102 a essa negociação. Porque é uma área que não vai fazer muita diferença pra eles. Por  
1103 serem, eles trabalham na maioria pra criação de gado pra corte e exportação. **Presidente:**  
1104 OK. Então vencidas as colocações. Iniciamos o processo de votação. Geraldo Gonçalves,  
1105 siga o voto do relator pela aprovação. **Conselheira Juanita:** Juanita, SEDESE, com o  
1106 relator. **Conselheiro Márcio:** Márcio, ASPROM, com o relator. **Conselheira Edir:** Edir,  
1107 com o relator. **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula, Belo Horizonte, com o relator.  
1108 **Conselheiro José Fernando:** José Fernando, Cataguases, com o relator. **Conselheira**  
1109 **Maria:** Maria Ouro Verde, com o relator. **Conselheiro Júlio César:** Júlio César,  
1110 Sacramentinos, com o relator. **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, Secretaria de  
1111 Fazenda, com o relator. **Conselheira Maria de Lourdes:** Maria de Lourdes, Secretaria de  
1112 Agricultura, com o relator. **Presidente:** OK. Então está aprovado, por unanimidade,  
1113 nenhum voto contrário. Nós podemos passar ao próximo item de pauta. Que diz respeito à  
1114 distribuição do processo. Nós temos aqui. Eu já antecipei aqui que é por sorteio. A CGH  
1115 Santa Cleonice. Vai ficar pra avaliação do PAS, a conselheira Guilhermina, que representa  
1116 a Secretaria de Estado da Fazenda. A CGH Corrente Grande, comprovação da  
1117 implantação, a cargo do Márcio Caldeira. Conselheiro Márcio Caldeira. OK? Nós  
1118 pedimos uma inclusão do ponto de pauta. E que, foi aprovado. Está na letra D. E é o  
1119 seguinte: que é a inclusão de ponto, autorização de recesso dos postos de atendimento  
1120 social. De 24/12 a 06/01, PCHs Brejaúba, Monjolo, QuimQuim e Sumidouro. É, eu, por  
1121 favor, eu gostaria de chamar atenção dos conselheiros para a carta que nos foi  
1122 encaminhada. Que trata do assunto: informações e solicitações. Referentes aos postos  
1123 sociais das PCHs Brejaúba, Monjolo, QuimQuim e Sumidouro. A Peixe Energia S/A, vem  
1124 através desta, expor os fatos que seguem: para o posto social da PCH Monjolo. Estamos  
1125 tendo dificuldades de acesso ao local, devido ao tempo chuvoso. Quando a chuva é muito  
1126 forte a estrada fica inacessível. Sendo assim, os profissionais deste Posto, ficam lotados no  
1127 posto PCH Brejauba, até que a estrada tenha condições de passagem. Aproveitando ainda  
1128 a oportunidade e pelo fato de todos os profissionais, não residirem nos locais lotados. A  
1129 Peixe Energia irá conceder um descanso prolongado, entre o período natalino e ano novo.  
1130 Ficando os postos fechados no período entre 24/12/2011 a 06/01/2012. Assim sendo,  
1131 viemos solicitar a este estimado órgão vossa manifestação a esse descanso prolongado.  
1132 Caso o mesmo não se manifeste, iremos conceder o descanso a todos. Aproveitamos a  
1133 oportunidade para desejar boas festas, e um ano novo repleto de alegrias, a todos deste  
1134 Conselho. Desde já agradecemos a sua atenção e aproveitamos a ocasião para renovarmos  
1135 votos de estima e apreço. Por favor está aberto aos conselheiro, para manifestação a  
1136 respeito da carta. E/ou votação contrária a esta solicitação que é feita, se for o caso. Se não  
1137 a gente passa a aprovação. Alguma manifestação? OK. Eu quero fazer uma manifestação.  
1138 Eu estou entendendo então que a gente está de acordo com a carta dele. Mas eu quero  
1139 fazer um comentário. E agora eu vou fazer um outro de um item anterior. Que eu me  
1140 permiti aqui não fazer no momento, porque tinha representante de empreendedor. Eu  
1141 achei que pudesse influenciar na votação. Sobre esta carta, e sobre a minha fala. Eu disse  
1142 que o capital não tem memória e nem coração. Não é? É fácil esquecer e é fácil atuar com  
1143 a razão, sem o equilíbrio que é cabível ao ser humano. Quando a gente impõe alguns  
1144 sentimentos que vem do coração. E aí eu quero dizer o seguinte. Que nessa carta é muito  
1145 curioso. É muito curioso, a gente ver nesta carta, por entre linhas. Que eles solicitam um  
1146 período de descanso e intervalos de festas comemorativas natalinas. Mas eu acho que é  
1147 louvável. Porque o trabalhador também merece. No entanto, eu gostaria de ver essa  
1148 mesma manifestação, levando em consideração que os atingidos têm essa mesma Situação  
1149 chuvosa. Que eles não vão deixar de passar naquela Situação. Onde é que entra a política  
1150 pública, no que diz respeito ao transporte e a consideração dessa pessoa que é tratada

1151 como uma igual. E deveria ter as tratativas dos desiguais, para os desiguais. E aí, eu  
1152 gostaria ainda de manifestar. Qual a razão? Eu não estou contra. É só fazer um paralelo, é  
1153 o trabalhador ter um direito em razão chuvosa. Foi a fundamentação usada. Mas o  
1154 morador não. Então. E ele tem, fica sujeito a essa Situação toda. E aí o comentário, é só  
1155 pra mostrar aos senhores e as senhoras, que quando eu fiz o comentário do capital, é pra  
1156 mostrar essa Situação. E aí eu quero citar um caso que acontece. Pra gente ter isso nas  
1157 nossas mentes, quando das nossas considerações pra aprovação de empreendimento. Nós  
1158 temos uma Situação de degradação humana, no que diz respeito a trabalho quase que  
1159 subumano. Quando do corte de cana em canaviais. Em usinas de açúcar ou de álcool. Eu  
1160 queria dizer. Está muito lá na sua região Conselheiro André. O que a gente vê, são duas  
1161 situações. A primeira delas. Já é uma condição subumana a que são sujeitos esses  
1162 trabalhadores. Eles dão uma tratativa de como pessoas que não fizesse parte da classe  
1163 social brasileira. Existe uma exploração por completo. Além disso, retiram pessoas do seio  
1164 da família. No vale do Jequitinhonha e norte de Minas. E leva pro triangulo, onde a gente  
1165 tem o maior PIB do estado. E lê enriquece alguns em detrimento da maioria. Só que, aí  
1166 nós temos que ter duas visões. Você desconstrói o vinculo familiar de uma família lá na  
1167 origem, no município de origem. Onde a gente tem tipificado o fortalecimento de vínculo  
1168 familiar. Portanto a gente interfere, na política pública que deveria abarcar os  
1169 beneficiários e usuários dela. E ao mesmo tempo você constitui uma degradação, porque  
1170 essas pessoas que vão pro corte de cana, vão pra outros municípios e lá se estabelecem e  
1171 promovem a exploração sexual. E pra nossa tristeza, prioritariamente, a infanto-juvenil. E  
1172 aí você, mais uma vez, você joga pra essa Situação de degradação e violação de direitos. E  
1173 que Sá para se tornar um público, beneficiário da política pública de assistência. Essas  
1174 crianças e adolescentes com alto grau de vulnerabilidade, em razão de viver uma faixa  
1175 etária, da própria formação de personalidade. E assim sendo, o que eu quero chamar  
1176 atenção deste Conselho. É que a nossa visão, o nosso foco, tem que ser esse público alvo.  
1177 Esses empreendimentos, quando eu falo que não tem memória e nem coração, é por isso.  
1178 Porque pra nossa tristeza, são pessoas humanas que os representa. Mas são pessoas  
1179 humanas que incorporam o mercantilismo, e alto grau de materialidade, em detrimento do  
1180 sentimento. Não é? Então é só chamar atenção pra isso. Não quis fazer esta fala antes pra  
1181 não influenciar. Mas que a gente tenha esse olhar. E pior do que esta Situação, no caso do  
1182 corte de cana. Do canavial. E outras que a gente tem de desapropriação, por exemplo, para  
1183 estabelecer uma linha verde. De desapropriações que existe aí. Por força do poder público,  
1184 em detrimento de atingidos. Que no caso os desapropriados. Sem levar em consideração  
1185 esse lado emocional. E sempre em favor do capital. E agora principalmente, com uma  
1186 veemência maior, em função da copa. Porque que eu digo? Porque no caso do canavial.  
1187 Como você vê. O órgão que faz o censo, ainda se sente no direito de chegar no município,  
1188 não considerar aquele cidadão que foi para outro município, promover o corte de cana.  
1189 Como sendo um ser humano a mais, um munícipe a mais. Quando faz o repasse da união  
1190 para o município, no que diz respeito ao fundo de participação municipal. Então perde o  
1191 município com esta arrecadação. E aí, mesmo sabendo da união, se sente no direito de ir lá  
1192 naquele município que recebeu esses trabalhadores. E também não os considera porque  
1193 são de origem de outro município. Então existe no mínimo uma incompreensão pra essa  
1194 Situação. Então existe um prejuízo no município de origem, onde ficam as mazelas. Uma  
1195 família abandonada, uma família que vai ter uma Situação de degradação. E aí nós,  
1196 enquanto controle social é que temos que ter essa visão. Mas era só. Não é um desabafo  
1197 não. Era só uma compreensão. Mais. Pois não Conselheiro André. **Conselheiro André:**  
1198 Eu poderia pegar, vou dizer pegar carona na sua fala. Porque nós estamos vivenciando  
1199 isso, e na reunião da URCMAS, nós estamos envolvidos até o pescoço com relação a esta  
1200 questão. Eu gostaria de saber se a gente pode estar contando aqui com o conselho, pra que



1201 o município possa fazer alguma coisa. Porque há dois anos atrás teve uma discussão. E  
1202 acharam assim, uma aberração, a gente colocar isso. Numa reunião plenária que fizeram  
1203 com os empreendimentos. E aí nós sentimos na reunião da URCMAS, no início do ano,  
1204 que haveria possibilidade. Nós não tínhamos noção disso, de que poderia haver a  
1205 possibilidade de discussão, sobre esse assunto, cana de açúcar. Assim como a  
1206 hidroelétrica, com relação à cana de açúcar. Eu levantei essa questão há quase três anos  
1207 atrás. E aí, não quiseram compreender. Que eu estaria mexendo, com os grandes. E a  
1208 questão política também ficou meio assim, intermediária, sem saber o que fazer. A  
1209 Faculdade de Agronomia, de lá, da UEMG, também ficou assim. Você falou de capital.  
1210 Não é? Desumano. A gente foi pro lado da humanidade. Até pessoas lá no dia da reunião,  
1211 que nós tivemos na câmara municipal, não entendeu que poderíamos. Como eu não tinha  
1212 amparo. Não estava no conselho ainda. Então, a partir de agora, desse comentário seu e da  
1213 dificuldade que a gente viu aqui. Se eu poderia articular na URCMAS. Porque nós  
1214 estamos vivendo. Cachoeira vive isso. Ipiacu, Guriatã, Santa Vitória e Campina Verde.  
1215 Araguari está mais aqui. Mas assim, na nossa URCMAS, lá na ponta tem Canápolis.  
1216 Então assim, todas essas cidades que foram citadas, estão sendo implantadas usinas de  
1217 cana. E é complicado. E uma das placas que eu vi, da usina, dizia assim: Plante cana, o  
1218 meio ambiente agradece. Aquilo foi uma afronta. Eu me senti. Há dois anos quando eu  
1219 passei na zona rural e vi. Eu me senti assim, dilacerado enquanto humano. Eles pregam  
1220 isso, e vivem isso. E fazem seminários na cidade, quanto eles têm alguma notificação  
1221 ambiental. Aí eles fazem aquele seminário, num faz um grande evento. E as pessoas ficam  
1222 assim, à mercê. Eu gostaria de saber se a gente pode dar andamento. Não é uma briga.  
1223 Vamos dizer assim. Mas uma questão de sentimento. Porque, essas pessoas tanto deixam  
1224 as suas famílias, como elas criam, vamos dizer assim. Constroem novas famílias. Eu  
1225 trabalhei numa escola pública, que vocês devem conhecer que é o CAIC. Que é uma  
1226 região onde recebem essas pessoas. As pessoas chegavam lá dizendo. Vou só dar um  
1227 exemplo de que uma mãe me disse a vizinha de uma criança. André eu vim aqui ver como  
1228 está o fulano de tal. Eu falei: mas o fulano de tal é o que seu? Pelo que eu sei você não  
1229 tem nenhuma ligação. Ela falou assim: não, ele agora é meu. A família dele me deu. Me  
1230 deu ele pra mim. Ele agora é nosso. E falei assim: A senhora, não está. Como o filho da  
1231 fulana agora é da senhora. A senhora que vai responder por ele aqui na escola? É eles  
1232 foram embora, deixaram ele comigo e agora ele é meu. Então assim. Eu senti assim. Nem  
1233 um animal a gente faz mais assim isso. Dar meu cachorrinho, meu papagaio. Aí assim,  
1234 isso já tem algum tempo. Por isso eu me envolvi com o conselho, eu me transformei num  
1235 conselheiro assim. Eu fui lá no processo, como é que eu poderia estar influenciando. Eu  
1236 entendi que não era sendo político, na minha cidade, na minha região, que eu estaria  
1237 resolvendo isso. Foi quando eu tive contato com o conselho de assistência social. Foi por  
1238 causa dessas mazelas. Então eu gostaria de saber se a gente pode continuar, em relação à  
1239 URCMAS, para que a gente tivesse apoio deste conselho. Pra orientar tanto os gestores.  
1240 Que têm dificuldades porque é a questão do empreendimento, do dinheiro. Da  
1241 empregabilidade. Um doutor da Faculdade, da UEMG, na época disse que era inevitável  
1242 esse desenvolvimento. Nós questionamos a produtividade, essas questões. E nós ficamos  
1243 desamparados com relação a isso. **Conselheiro Marcelo:** Me permite presidente? André  
1244 você traz uma questão muito importante que é a questão da violação dos direitos. Eu até  
1245 estava conversando aqui com a Consolação. A violação de direitos, ela está prevista no  
1246 SUAS. Dentro dos dez direitos sócios assistenciais, a violação dos direitos está ali. Não é?  
1247 Então eu acho que nós temos, dentro dessa prerrogativa que está no sistema único. Não é?  
1248 Na política nacional de assistência social de poder atuar. Agora, a diferença que nós temos  
1249 hoje, da lei que nós temos no que diz respeito aos recursos hídricos. Isso está disciplinado,  
1250 isso é de competência do CEAS, é discorrer sobre esse tema. Quanto à questão das...

1251 como o presidente disse, dos atingidos por canaviais. Nós temos também a questão dos  
1252 carvoeiros, dos mineradores. Eu vivo numa cidade, extremamente de minério. E a gente  
1253 vê os atingidos por essas minerações lá. Como que ocorrem. Mas como não há relação  
1254 com recurso hídrico, eu não consigo. Eu nem trago essa questão aqui pro CEAS, porque  
1255 não é, não diz respeito à gente. Mas são questões que estão postas aí. E há fragrante,  
1256 violação de direito pra esses cidadãos. Acho que a gente tem que começar mesmo a  
1257 discutir, quem sabe talvez, nós já começamos a mobilizar junto com a comissão de  
1258 participação popular lá da assembleia. De criar uma lei. Não mexer nessa nossa. Porque se  
1259 mexer nessa nossa, podem querer até mudar a forma. Mas então, não de mexer na nossa.  
1260 Mas de propor uma outra lei, pra atender esses outros tipos de atingidos. Não é?  
1261 **Presidente:** Alguma outra consideração? OK. No meu entendimento. Conselheiro André.  
1262 Este colegiado está sim à disposição. Esse colegiado primou por fortalecer a União dos  
1263 Conselhos. Não é? E as uniões de conselhos por sua vez devem fazer essa tratativa. Nós  
1264 estamos falando de violação de direitos, nós estamos falando de uma possível, fabricação  
1265 de novos beneficiários da política pública de assistência social. E da degradação do  
1266 financiamento, que já são parques, para os municípios de origem. Então é uma Situação  
1267 perfeitamente cabível dentro da política. Eu acho que a gente deve dar a tratativa. E  
1268 tamanha é essa compreensão que eu estou fazendo. E faço questão de manifestar. Que nós  
1269 temos aqui, no estado de Minas Gerais, por decreto. Para o fórum nacional, onde se  
1270 discute todos os estados, através dos presidentes, vice-presidentes e secretárias executivas  
1271 dos conselhos. E lá foi aprovado e deliberado, que a gente estaria levando isso pra  
1272 conferência nacional. Então é uma aquiescência e apoio dos próprios outros estados, que  
1273 possivelmente vão sair com as mesmas legislação congênera. OK. A solicitação dele é de  
1274 encaminhamento, pra haver apoio. Não é isso? Eu passo pro Marcelo pra  
1275 encaminhamento. **Conselheiro Marcelo:** Pois é. Em cima da minha fala eu fiz um  
1276 encaminhamento que poderia ser deliberado para este Conselho. De encaminhar pra  
1277 comissão. Isso pra comissão de participação popular. Lá da assembleia legislativa, de  
1278 proceder um estudo de uma nova lei, pra atender esses atingidos. Não é? E presidente.  
1279 **Presidente:** Alguma Situação contrária? Então por unanimidade podemos considerar que  
1280 nós vamos estar encaminhando isso pra, comissão de participação popular? Nós temos  
1281 aqui, uma justificativa, por telefone, do conselheiro Luiz Jorge, que é do conselho  
1282 municipal de Lagoa Santa. Que ainda se encontra em atendimento médico e logo em  
1283 seguida, estará conosco aqui na plenária. Nós temos. O próximo ponto que é a  
1284 apresentação dos trabalhos. Qual Casio. Há sim. Não já autorizei. Já coloquei. Já está  
1285 autorizado. Já venceu. Está vencido. Foi. Por unanimidade até. Tá. O próximo item é a  
1286 apresentação dos trabalhos das. Há sim. Desculpe. Foi feita a inclusão. OK. Márcio. Sobre  
1287 visita. Pessoal, conselheiros, o Márcio pediu uma inclusão de pauta. Sobre visita a usinas.  
1288 E agora a palavra está com ele. Por favor. **Conselheiro Márcio:** É relacionado a uma  
1289 visita aos municípios de Gunhães e Virginópolis. No dia 30. 29 e 30 de novembro. Eu não  
1290 entrarei aqui no mérito, relacionado à questão dessa visita. Que é fruto de uma denúncia  
1291 que foi protocolada aqui neste conselho. Mas o que eu quero compartilhar aqui com os  
1292 demais conselheiros. Foi esta experiência relacionada a esta visita específica. Não é? Todo  
1293 o estado de Minas, ele vem construindo. **Presidente:** Só um minutinho Conselheiro  
1294 Márcio. Deixa o pessoal se acomodar. Bom dia. Sejam bem vindos. Conselheira Gilvânia,  
1295 Conselheira Nívia, nossa subsecretária de assistência social. Claudinha está com conosco  
1296 aqui. Seja bem vinda Claudinha. Está aqui conosco Sirlene. Pronto. Bom dia. Sejam todos  
1297 bem vindos. Conselheiro Márcio, por favor. **Conselheiro Márcio:** OK. Bom. É unânime  
1298 aqui. Toda essa evolução que o Conselho de assistência, tem tido no avanço para a  
1299 proteção dos direitos sócio assistenciais da população atingida por esses  
1300 empreendimentos. E a gente vem fazendo isso, a cada plenária, vem construindo novos...

1301 novas formas, as visões ampliando. A gente está construindo aqui, um capital humano,  
1302 fantástico, nesse aspecto. Se me permite me colocar dessa forma. Principalmente aqui na  
1303 nossa equipe técnica dessas avaliações. E é importante neste sentido, que eu trago para  
1304 este Conselho. E até pegando um pouco de uma, da carta apresentada por este  
1305 empreendimento que solicitou a interrupção do atendimento no posto. Em função desse  
1306 período chuvoso. Vivenciou uma Situação extremamente difícil. Quando nós tínhamos  
1307 que estar fazendo uma visita a um distrito. No município de Virginópolis. E nós tínhamos  
1308 prazos para que essa visita realizasse. Em função do próprio regimento do CEAS, nesse  
1309 aspecto. Nós realizamos essa visita. Numa área rural. Com uma estrada de terra, em  
1310 péssimas condições. Foi uma experiência muito desagradável. Porque o nosso veículo, ele  
1311 simplesmente perdeu o controle nessa estrada. Então nós passamos em torno de um  
1312 minuto dentro desse veículo. Não só o nosso veículo, como os dois outros veículos, que  
1313 estavam também conselheiros municipais, acompanhando nessa visita de fiscalização.  
1314 Nosso motorista não tinha governabilidade nenhuma sobre o nosso veículo. Ele ficou  
1315 dançando na pista. De um lado um barranco, do outro uma pirambeira de todo tamanho.  
1316 Então eu queria trazer isso para este conselho. Porque o que a gente tem acumulado aqui  
1317 de experiência. A gente tem que preservar também essa equipe que está desenvolvendo  
1318 este trabalho. E pra isso a gente tem que ter condições pra fazer esse trabalho. Aconselho  
1319 a qualquer conselheiro aqui, em processo de visita. Em tempo chuvoso. Dependendo da  
1320 estrada. Que ele não realize. Porque, por mais que os governos municipais fiquem atentos  
1321 a preservação dessas estradas. É impossível, a gente ter o sucesso de que todas as estradas  
1322 vão estar em boas condições de tráfego. Então essa experiência, foi muito angustiante,  
1323 porque, quando nós saímos do veículo. Um ficava olhando para a cara do outro,  
1324 espantado. Até aquele momento da adrenalina passar. Para que a gente pudesse dar  
1325 seqüência no trabalho. Mas foi uma experiência muito complicada. E eu gostaria até de  
1326 estar trazendo aqui. Até umas fotos, dessa estrada que a gente tirou. Só que a pessoa que  
1327 tirou as fotos. Não conseguiu enviar pra gente a tempo. Então a gente não tem como estar  
1328 demonstrando isso. As informações que a gente já tem tido aqui do Conselho e da própria  
1329 SEDESE. Que o veículo que está sendo encaminhado aqui pra compra. Que seria um  
1330 veículo de tração nas quatro rodas. Que já está sendo, desde o ano, acho que de 2010, foi  
1331 feita essa solicitação. E ao longo deste ano de 2011, também nós temos tido essas  
1332 informações. Que a gente trabalhe num processo de velocidade, uma melhor velocidade,  
1333 para que este veículo seja colocado à disposição deste Conselho. Porque, não só no  
1334 período de chuvas. Mas também em outra fiscalização que eu participei. O veículo que  
1335 estava a disposição deste Conselho, não conseguiu avançar em determinada região. Em  
1336 função da, condições da via. Então nós tivemos que, infelizmente, ir até no veículo do  
1337 empreendedor. Veículo justamente apropriado pra essa realidade. Então é importante que  
1338 a gente faça essa composição sim, junto com a SEDESE. Em relação a dar essa condição  
1339 de trabalho para essa equipe. Ta. Porque o... Eu acho que vocês aqui já viram o nosso  
1340 motorista. Pela primeira vez, eu vi, ele nervoso. E ele ficou completamente a mercê. Sem  
1341 controle nenhum do carro. É isso que eu queria compartilhar com vocês. Obrigado.  
1342 **Presidente:** Esse plano de inclusão, solicitado e aprovado. Eu acho que é muito próprio  
1343 para ser trazido. E não obstante de que, existe um item, dentro da comissão de orçamento,  
1344 nós vamos apreciar. Deliberáramos para apreciar sem que vocês chegassem. Mais  
1345 especificamente, até determinamos que fosse às 14 horas. Já pensando na justificativa suas  
1346 de atraso. Mas eu penso que a gente precisa abrir, para fazer uma compreensão sobre o  
1347 item. Porque foi um item muito discutido ontem nas comissões. E inclusive, por sugestão  
1348 de encaminhamento. Mas eu abrir pra outras considerações de conselheiros. Conselheiro  
1349 Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Ô Márcio, isso é preocupante. E eu inclusive, quando  
1350 nós começamos as discussões lá atrás. Sobre conselheiros irem fazer viCITas. Eu fui um

1351 dos que me posicionei contra ir fazer visita, porque eu já tive acidente com veículo. Então  
1352 eu morro de medo de pegar estrada. Principalmente estradas que a gente não conhece e tal.  
1353 Então eu tenho essas preocupações até por sentir na pele, o quê que é um acidente  
1354 automobilístico. Eu também não tenho dúvida de que, por parte da secretaria de estado,  
1355 não há dificuldade pra sanar essas questões. Não é? Mas você tocou dois pontos que são  
1356 importantes. Primeiro da equipe técnica, que vai fazer essas visitas. Eu entendo que hoje  
1357 não é equipe é EUQUIPE, falando pela Rosa. Então eu acho que há necessidade de  
1358 ampliar essa equipe, pra fazer essas visitas. Até mesmo pra fazer mais de uma se for o  
1359 caso. No que diz respeito a veículo. Também parece-me que já há proposta da aquisição  
1360 de um veículo com tração, com ar condicionado e essas coisas todas. Mas a gente sabe das  
1361 demoras e das burocracias da administração pública. E que colocam dificuldades pra que  
1362 haja essa atenção a contento. Então eu coloco aqui uma proposta, se for devida e se for, de  
1363 consenso. Que nós façamos a visita, quem sabe, a secretaria de estado, consiga, contratar  
1364 um veículo. Alugar um veículo, pra fazer este tipo de demanda. E que o Conselho só vá  
1365 fazer essas visitas, através. Seja através da equipe, seja com o conselheiro. Depois que  
1366 tivermos esse veículo pra poder atender, essa Situação das usinas. Porque o que não pode,  
1367 é nós colocarmos em risco a nossa vida. Presidente: Conselheira Gilvânia. Logo em  
1368 seguida a Conselheira Nívia. **Conselheira Gilvânia:** Bom dia, gente. Só para esclarecer,  
1369 Presidente, Marcelo também. Esse veículo já esta na última planilha do ano. Pra ser  
1370 adquirido. O processo de compra já está todo finalizado, só falta mesmo agora, o  
1371 processamento da compra e pagamento. Mas a questão é que a gente está aguardando a  
1372 liberação de cota, porque o governo estadual ainda não liberou cota de investimento. Ta.  
1373 No quarto. Nesta última planilha. Mas a previsão é para este ano ainda. **Presidente:** Nívia.  
1374 **Conselheira Nívia:** Boa Tarde já a todos. Peço desculpas, pelo. Não é atraso, na verdade  
1375 eu não pude por questões de agenda, estar aqui na parte da manhã. Eu tive que substituir o  
1376 secretário numa entrevista sobre população de rua. E eu queria só justificar, aproveitando  
1377 a fala do Márcio, o depoimento do Márcio. Que, a gente está com uma perspectiva boa.  
1378 Com relação ao carro. Já conseguir incluir na execução financeira deste ano. Que temos fé  
1379 em Deus que até. Semana que vem a gente consegue a liberação de um restinho de cota  
1380 financeira, que está pra sair. Mas já está tudo empenhado, já está toda parte burocrática  
1381 que a gente precisa fazer para garantir, pro orçamento deste ano. Nós já estamos com tudo  
1382 pronto. Só esperando mesmo sair o dinheiro. Está em trabalho de parto. A compra do  
1383 carro. Já está em contratação. E com relação aos técnicos. Também a gente está com uma  
1384 perspectiva positiva. Eu consegui ontem, a resposta do RH, sobre a substituição, da Inês.  
1385 Nós já vamos entrevistar uma candidata essa semana. Ta, Consolação. E aí, passando pela  
1386 nossa aprovação, eu gostaria que você, agendasse também. Eu vou te passar pra agendar  
1387 uma entrevista com ela. Porque a gente tem a questão do perfil. Na Situação da  
1388 substituição da Inês, é um caso mais, um pouquinho mais complicado. Porque ela é  
1389 efetiva. Então nós só podemos substituir por efetiva. E custamos a localizar uma técnica,  
1390 com esse perfil. Mas já está em andamento. E vamos torcer para o perfil ser adequado pra  
1391 gente não ter que, ainda esperar mais. E com relação à substituição da outra técnica. Pra  
1392 esse serviço de acompanhamento de PAS. Em janeiro a gente também já teve a  
1393 sinalização da MGS, que a gente vai ter a liberação, porque essa outra é MGS. A gente  
1394 tinha uma Situação em todo o estado. Houve uma interrupção das contratações da MGS,  
1395 mas que, a informação que nós tivemos ontem do RH é que janeiro, a gente retorna com  
1396 as novas contratações da MGS. Então provavelmente em fevereiro, acredito que a gente  
1397 vai estar com essas duas vagas preenchidas. Ta. **Presidente:** Em tempos não muitos  
1398 passado. Nós tivemos uma Situação aqui, inclusive de uma avaliação, de algumas  
1399 considerações, pra técnicos. Funcionários da secretaria executiva. Isso foi levado a nossa  
1400 secretária à época. E ela concordou, porém, alegou o problema e com fundamentação até

1401 de que estava em período eleitoral. Então gente, eu só quero chamar a atenção pra isso.  
1402 Em face dessa contratação. Porque a gente já tem um prejuízo acumulado. Em função da  
1403 não substituição de Leila, que já vai quase pra aniversário. A Situação de Inês não foi  
1404 recente. E eu não falo isso, para substituição, ou em detrimento da vacância não. É muito  
1405 mais em favor de uma técnica que hoje está assoberbada. Com um trabalho quase que,  
1406 assim, fora das condições normais. E eu penso que não é justo, da gente fazer isso. Que a  
1407 gente tenha essa consideração. Sobre o parto. Sobre o nosso carro. Eu quero estourar a  
1408 bolsa. Já que a ... e aliando essa Situação nossa que já está bem no finzinho da porteira. Eu  
1409 também tenho fé em Deus, que esse carro vai chegar. Mas aliar isso, a alternativa de  
1410 solução que o Marcelo nos traz de encaminhamento. Que era possível. Não Maria, não  
1411 precisa olhar. O seu nós vamos esperar os nove meses, se Deus quiser. E aí Nívia. A gente  
1412 podia na realidade, deliberar aqui que, em se tendo carro, ótimo. Nós vamos ter uma  
1413 caminhonete. E é bom que todos nós saibamos. O carro que vai chegar é uma caminhonete  
1414 dupla, por questões de necessidade. É tração quatro rodas, por questão de necessidade. Ar  
1415 condicionado, ABS é por questão de segurança e necessidade. Não tem luxo nisso não. Se  
1416 não é só fazer o paralelo e ver o cargo, o relato que o Márcio acabou de dar e o meu. O  
1417 meu ainda foi um pouquinho mais avante, porque eu retornei. Não é? Sobre pena de, até  
1418 de omissão do cumprimento da função. O desempenho da função de conselheiro. Eu  
1419 retornei, não segui viagem. Porque era um carro que não oferecia a menor condição, num  
1420 tempo chuvoso. Eu retornei e a técnica retornou comigo. Mas eu deixei eles inteiramente à  
1421 vontade pra se liberar e ficaria num posto pra voltar. Mas não prossegui. Esses carros não  
1422 nos traz segurança. Em Nívia, era assim. Enquanto não tiver, se a gente tiver demanda,  
1423 que precisamos atender. Que a gente loque um carro, ainda que alugado. Mas um carro em  
1424 condições de trabalho. Com ar condicionado e traçado. Mas que seja um carro... é que a  
1425 gente loque. Fora essa Situação, eu penso que a gente não deve realmente, colocar em  
1426 risco nem técnico e nem conselheiro deste Conselho. É o meu encaminhamento. Alguém  
1427 contrário? Pode ser encaminhado assim? Nívia? É possível? Não. Então. Por favor.  
1428 **Conselheira Nívia:** Não, nada contrário. Eu só peço que Consolação, me dê. Me informe.  
1429 Me mantenha informada com bastante antecedência, caso haja a demanda. Que eu estou  
1430 pensando aqui, Geraldo. A gente pode até tentar, um encaminhamento com outras  
1431 secretarias lá do governo. Que tenha esse tipo de carro. Da gente está tentando, uma seção.  
1432 Uma cooperação, principalmente com a secretaria de meio ambiente. A gente sabe que  
1433 eles têm esses carros lá. Não vejo nenhuma dificuldade da gente tentar viabilizar essa  
1434 alternativa. Ta. Até que o carro seja comprado. **Presidente:** Não sendo carros de algum  
1435 subsecretário, que também não têm condição. Pode. Ontem nós tratamos algumas  
1436 comissões. Ontem, no nosso período, foi um período rico. Muito rico, pra quem  
1437 participou. De entendimento, de autocapacitação, de troca de informação. Mas tínhamos  
1438 deliberado na parte da manhã, que faríamos a tratativa de algumas comissões. E a  
1439 eminência de a pauta não estar tão carregada. E a de orçamento ficaria pra tratativa em  
1440 plenária, em função de a gente não ter quorum pra aprovação. Logo em seguida, na  
1441 tratativa das comissões, nós tivemos a presença de outros conselheiros que chegaram. E  
1442 com quorum, então nós fizemos uma apreciação. De todas as comissões. Assim sendo, o  
1443 que eu queria que a gente avançasse, era o seguinte: a gente tem uma Situação, a gente  
1444 tem uma Situação das comissões de que: a tratativa da comissão de política, de normas e  
1445 de apoio. Foi dada, foi devidamente e encaminhada. Ela só precisa. Precisaríamos de  
1446 deliberação dessa plenária. E aí aqueles que estavam ausentes. Não vão votar sem  
1447 conhecimento de causa, ou poderão questionar. E aí eu pergunto: Se, pra maior clareza  
1448 daqueles que estavam ausentes. Se é importante a gente repassar, aquilo que foi  
1449 encaminhado ontem. A gente vai repassar de uma forma bem sucinta e rápida. Sem  
1450 nenhum demérito pra quem não esteve presente. Mas levando em consideração aqueles

1451 que estavam presentes. E aí então a gente promove essa alteração, para não gastar um  
1452 tempo desnecessário. Antes de entrar nessa questão. Nós temos um item da letra D. E que  
1453 é a alteração, do artigo oitavo da nossa resolução. E que a gente não tinha até então. Do  
1454 regimento interno. Que a gente não tinha até então um quorum pra aprovação. E agora  
1455 com esse quorum, a gente gostaria de submeter à apreciação do colegiado. Qual seja. Nós  
1456 temos uma tratativa para as comissões, que segue uma ordenação, do nosso ponto de pauta  
1457 das plenárias. E que a gente gostaria de fazer uma re-inversão. Que às comissões seja  
1458 dado, seja trazido a este colegiado, como primeiro ponto de pauta. Logo após a aprovação  
1459 da ata. Logo após a justificativa. Aí então, a justificativa de ausência. E a gente viria com  
1460 o ponto de pauta das comissões. Levando em consideração, tamanha é a importância, das  
1461 comissões, dos trabalhos que se desenvolvem nas comissões. E inclusive, dos  
1462 encaminhamentos que são feitos. Que é praticamente uma pré-aprovação, para deliberação  
1463 no plenário. E se a gente concorda com isso. A gente está lá na transparência, o item, e eu  
1464 passo ao Marcelo pra condução mais detalhada do processo. **Conselheiro Marcelo:** É.  
1465 Então a proposta de encaminhamento, que a mesa diretora está propondo. E de, o item  
1466 oito, passa a ser, o item sexto. Está certo? O que passaria então. Teve a verificação do  
1467 quorum, qualificou os conselheiros pra votar. Apreciou a votação da ata. Apresentação da  
1468 justificativa. Aprovação da alteração da pauta. Nós já vamos direto pras comissões.  
1469 Considerando a avaliação que a mesa diretora fez. Considerando que, quase que sempre,  
1470 infelizmente, no final da tarde. A plenária está esvaziada. E quando é necessário as três  
1471 comissões, precisam de votar. Tem questões que devem ser votadas. E é onde que é um  
1472 dos processos mais ricos, da plenária, são as comissões. E aí essa é a proposta de  
1473 encaminhamento, Sr. Presidente. Se nós pudermos colocar. Tem alguém que queira  
1474 manifestar? **Presidente:** Se alguém não quiser manifestar. Eu respeito à pergunta. Eu  
1475 pergunto se tem alguém contrário a essa posição? Não. Então OK. Nós. Então fica  
1476 deliberado por unanimidade, que vamos promover a alteração da resolução. Fátima. A sua  
1477 inscrição é pra esse ponto? **Conselheira Fátima:** Eu estou me solicitando pra gente  
1478 encerrar agora pro almoço, porque devido que não está chovendo. E a gente tem um prazo  
1479 maior, pra resolver o almoço. Porque às vezes está chovendo, a gente não tem tempo nem  
1480 de, almoçar sossegado. Devido à chuva. Poderia encerrar agora no momento. Pra voltar  
1481 mais tarde. E terminar. Aproveitar a oportunidade que não está chovendo. **Presidente:**  
1482 Bom a Fátima veio sugerir a gente para pro almoço. Pois não. **Conselheiro Marcelo:** O  
1483 Fátima eu concordo com você. Mas eu queria só fazer uma sugestão. Se você estiver de  
1484 acordo? Porque a eleição da mesa diretora é algo que vai ser. Parece-me que vai ser  
1485 rápido. Não, eu acredito que não. Eu acho que não deve demandar 10 minutos. De nós  
1486 fazermos a eleição da mesa diretora, e já definir os componentes das comissões de  
1487 orçamento, política e tal. Isso não vai passar de 10 minutos. Acredito. **Presidente:**  
1488 Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Eu também ia sugerir isso. Porque a gente vai  
1489 ficar, pra finalizar na verdade essa pauta está tranquila. Vai ser só as comissões. Aí a gente  
1490 fica somente com as comissões pra parte da tarde. Considerando que a gente tem o  
1491 problema que os conselheiros saem antes do final. Então a gente tem que manter as  
1492 comissões aqui. Porque a gente precisa de quorum pra votar. Eu sou de acordo de puxar a  
1493 eleição da mesa diretora. **Presidente:** Nós ouvimos as considerações. Fátima é a favor que  
1494 a gente saia pra almoçar agora. Existem duas posições aqui, de a gente deixar só as  
1495 comissões pra tarde. E aí a gente mataria a questão da mesa diretora e da eleição das  
1496 comissões. Eu estou perguntando a plenária. Alguma manifestação antes do processo de  
1497 votação. Nívia, Gilvânia que chegaram mais tarde. Não? Podemos fazer isso? Aí eu  
1498 pergunto então. Quem é a favor que a gente pare pra almoçar agora? Ninguém. Só Fátima.  
1499 Então a gente continua com a mesa diretora, e com as coordenações. E logo em seguida as  
1500 coordenações. Deixo só as comissões pra parte da tarde. OK. Muito bem. Então vamos lá.

1501 Nós temos uma Situação. Conselheira Fátima, embora você tenha sido voto vencido. Mas  
1502 você fique inteiramente à vontade. Se você estiver algum compromisso que hoje, em  
1503 detrimento do comparecimento da plenária. Mas fica à vontade. O processo é  
1504 democrático, então é democracia, não é unanimidade, é vontade da maioria. Vamos lá. A  
1505 Situação é a seguinte: a sociedade civil e organizada, que compõe de forma paritária este  
1506 colegiado. Em reuniões, em algumas conversas, inclusive no dia de ontem. Junto a  
1507 sociedade civil, nós deliberamos por: trazer a este colegiado, mais especificamente, até a  
1508 composição paritária, por parte governamental. Que é vontade da sociedade civil, que  
1509 exista a recondução da mesa diretora. A mesa diretora hoje. Nós temos uma alternância de  
1510 poder. A cada ano. O que o regimento não impede de haver recondução. A mesa diretora  
1511 tem uma presença governamental, na primeira secretária e na vice-presidência. E a  
1512 sociedade civil com a presidência e a segunda secretaria. OK. A presidência e a primeira  
1513 secretária estão na sociedade civil. A vice-presidência e o segundo secretário, com a parte  
1514 governamental. É uma manifestação da sociedade civil. Nós gostaríamos de colocar para o  
1515 colegiado. Eu acho que é de extrema importância. Que, sem nenhuma preocupação com  
1516 vaidade pessoal, com individualidade. É sempre pensando no coletivo, eu acho que nossas  
1517 manifestações, no meu entendimento. As nossas manifestações devem ser todas traduzidas  
1518 em palavras. Independente de que forma que cada um vai interpretar a tradução literal.  
1519 Independente das intenções que a gente tem, ao verbalizar aquilo que a gente tem vontade  
1520 de acontecer. Mas eu acho que este colegiado é maduro. Tem responsabilidade suficiente  
1521 pra fazer a tratativa aqui, de querer manifestar favorável, de querer manifestar contrário à  
1522 posição. De querer manifestar, porque quando se trata de mesa diretora, nós não tratamos  
1523 mais de entidades que compõem o conselho, nós tratamos de pessoas. E sendo assim, é  
1524 importante que exista uma variação nossa. É importante que exista uma transparência na  
1525 colocação que se faz. Porque todos nós estamos sujeitos a tipo de avaliação. E no meu  
1526 entendimento, como eu sou cristão por excelência. Nem Cristo conseguiu unanimidade.  
1527 Então fica aberto para as considerações. A medida da inscrição, cada um pode ficar à  
1528 vontade. OK. Eu gostaria de ouvir então a Conselheira Nívia. Ela fala depois da sociedade  
1529 civil. Então eu pergunto aos conselheiros que representam a sociedade civil organizada.  
1530 Na composição paritária deste Conselho. Se gostariam de manifestar? E era bom que se  
1531 manifestassem para que exista uma compreensão por parte dos conselheiros  
1532 governamentais, dessa Situação. E aí, já manifestei. Eu vou passar pro Marcelo aqui. Logo  
1533 em seguida ele vai passando pra sociedade civil organizada. É que é muito importante  
1534 dizer. Fica muito claro e transparente, por favor, manifestem. É muito importante que  
1535 vocês manifestem. Com a absoluta verdade. Eu gosto de falar que é verdade com amor.  
1536 Então que seja assim. **Conselheiro Marcelo:** Presidente, para aqueles conselheiros da  
1537 sociedade civil que não estavam presentes ontem. Ontem nós fizemos uma reunião,  
1538 discutimos bastante, sobre essa questão da recondução da sociedade civil na mesa  
1539 diretora, do Conselho. E entendemos que, por vários motivos, a sociedade civil tem, na  
1540 pessoa do nosso presidente Geraldo. A gente tem feito um trabalho muito interessante, em  
1541 prol da política de assistência social no nosso Estado. Acho que também, um dos motivos,  
1542 o outro motivo que a gente entendeu também muito relevante. É que hoje nós, o Conselho  
1543 Estadual na pessoa do Geraldo, está na presidência do Fórum Nacional de Conselhos  
1544 Estaduais. Que é o FONACEAS. E isso tem uma repercussão nacional muito grande. E  
1545 isso leva o Conselho Estadual de Minas, num patamar de à frente dos demais conselhos  
1546 estaduais do nosso país. Então esses foram os pontos pelos quais nós entendemos que, a  
1547 mesa diretora, que a presidência, continuaria na pessoa de nosso conselheiro Geraldo e por  
1548 conseqüência a recondução de toda a mesa. **Conselheiro Márcio:** Importante eu me  
1549 posicionar também. Em relação a essa recondução. Porque eu sou também, extremamente  
1550 favorável à recondução da mesa diretora. E também posicionar em relação ao

1551 aprendizado, pra mim foi extremamente importante. Principalmente, e referendado na  
1552 conferência nacional. Na perspectiva do SUAS. Não existe órgão gestor, não existe  
1553 trabalhador governamental, e nem do outro lado sociedade civil. Mas existe um único  
1554 objetivo, que é o sistema único. E eu acho que nesse aspecto, toda essa, esse crescimento,  
1555 que o conselho tem tido ao longo deste período. E é um momento extremamente  
1556 importante, para a consolidação do SUAS. E nesse sentido eu manifesto, com muita  
1557 tranquilidade, o meu posicionamento aqui, pela recondução. Tá. Não, colocando, no  
1558 sentido que, aqui existe sociedade civil ou governo. Mas sim pelo único objetivo. É o  
1559 fortalecimento do sistema único de assistência social no Estado de Minas Gerais.  
1560 **Conselheira Maria:** É... eu acredito que por mais pouco tempo que tenho acompanhado o  
1561 Conselho. E eu tive a oportunidade de ir à conferência federal de assistência social. E  
1562 informar de que como é que funcionavam os processos. Quem já era conselheiro, o que  
1563 fazia. Por mais que pessoalmente eu não conhecia ninguém. Até porque eu acho que, em  
1564 um conselho, a autorelação, ela é muito importante para construir processo e processo  
1565 com sucesso. E eu acredito que a recondução da mesa, diante do que eu já pude perceber  
1566 aqui, durante as reuniões, da que eu vim dessa. Eu acredito que deva permanecer, devido  
1567 ao crescimento e a abertura de como se dá as discussões. E também a abertura de como se  
1568 dá, independente de ser sociedade civil e governo, como já foi dito. Mas também, quando  
1569 a gente fala de uma mesa diretora e da posição de um presidente. A gente está também  
1570 numa sociedade que às vezes ela é um pouco burocrática demais. E aqui no conselho a  
1571 gente se sente à vontade para expor e colocar aquilo que a gente pensa e acredita. Eu acho  
1572 que isso é o que faz com que o conselho, tenha talvez, na visão dos que já está a mais  
1573 tempo. Crescido bastante. E eu concordo plenamente, e acredito que a gente vai poder  
1574 amadurecer muito. **Conselheiro Júlio:** Olha, as conversas de hoje, é caminho, na direção  
1575 daquilo que nós conversamos ontem. E naquilo que nós conversamos ontem, eu estou  
1576 totalmente favorável a recondução da mesa. Até mesmo porque eu estou chegando agora.  
1577 E as notícias que a gente tem, deste Conselho, dessa direção, é que está muito bem. A  
1578 gente tem boas notícias. Então, pela continuidade. E eu creio que como eu estou chegando  
1579 agora, eu vou ganhar muito em conhecimento, através dessa mesa diretora. **Conselheiro**  
1580 **José Fernando:** Queria manifestar que, a satisfação que é de estarmos neste colegiado.  
1581 Dizer da minha chegada em 2009 aqui. Quando então, a nossa presidenta era a Juanita. E  
1582 na mudança, na alternância dessa mesa, com a sucessão para com o Geraldo. É que  
1583 realmente, esse colegiado é um campo acadêmico. E eu queria manifestar, a grandiosidade  
1584 e na conduta desse pequeno tempo, talvez um pouco maior do que os recém chegados.  
1585 Tem muitos militantes aqui que estão a mais tempo. Mas o processo como foi colocado  
1586 aqui. E que sempre esse colegiado vem se manifestando. Acima de qualquer circunstância  
1587 governamental ou não governamental, mas com o olhar sempre, para os usuários. Para a  
1588 ponta que normalmente espera, de todas as deliberações desse colegiado. Então eu não  
1589 poderia deixar de me manifestar. Primeiro a grandiosidade que a gente está vivendo neste  
1590 momento. Do governo, também avaliar, o processo em que a sociedade civil veio  
1591 conduzindo. E com certeza eu não estou falando pela subsecretaria. Eu estou falando  
1592 enquanto governo. Mas acredito ser essa comunhão. Acredito estarmos comungando, do  
1593 amadurecimento, do equilíbrio, da competência e da lisura que foi conduzido neste  
1594 período. Que permite, com essa tranquilidade, a gente também, nós, sentirmos  
1595 contemplados com as deliberações, com a seriedade. Porque é um campo realmente aqui  
1596 formador. Vocês que estão chegando agora. Vocês verão isso. Agora, mais do que  
1597 estarmos, durante o momento aqui nessas plenárias. É a propositura que cada um deverá  
1598 fazer consigo mesmo. Porque isso demanda muito estudo, isso demanda muita leitura. E é  
1599 por isso que a gente chegou neste nível. É por isso que hoje a gente se sente, tanto  
1600 sociedade civil quanto governo. É realmente, abastecido, amadurecido. E com essa



1601 tranqüilidade. Pra estamos endossando, essa recondução da mesa. O meu apreço, os meus  
1602 agradecimentos. E o mando que cada um, pode continuar contribuindo, para com cada um  
1603 de nós, que estamos lá ponta, e nos municípios. O meu muito obrigado. E a gente é  
1604 favorável sim, a essa recondução. **Presidente:** É, Conselheira Fátima. **Conselheira**  
1605 **Fátima:** Boa tarde. Eu vou abster desse voto. Porque eu reconheço o trabalho do Geraldo,  
1606 reconheço a capacidade dele. Mas vou abster. **Presidente:** OK. Conselheira Nívia. Queria  
1607 ouvir a sociedade civil? Está ao vivo. Portanto agora eu abro pra você. Enquanto nossa  
1608 subsecretária. E logo em seguida pra quem quiser manifestar, por parte governamental.  
1609 **Conselheira Nívia:** Bom. Eu quero falar em meu nome. E em nome do Secretário  
1610 Wander. Porque nós tivemos discussões, avaliações, um tempo para pensar. E pra tomar  
1611 essa decisão, de reconhecer, que neste momento, em função de estarmos no final do  
1612 primeiro ano de gestão, de termos passado por uma mudança muito grande e muito  
1613 importante, na secretaria e no governo como um todo. Tanto da mudança de local, como  
1614 pela reforma, pelas alterações que nós sofremos na Secretaria de Desenvolvimento Social.  
1615 A minha chegada recente. Essa troca de subsecretárias. O secretário também, menos de  
1616 um ano neste governo. E reconhecendo a boa condução que não só o Geraldo, mas a mesa  
1617 diretora. E todo esse colegiado vem desenvolvendo nesta gestão. Nós avaliamos que seria  
1618 maduro seria prudente, nós não colocarmos nenhuma vaidade. E reconhecer que, neste  
1619 momento, seria interessante a gente manter a mesa diretora. Porque tem dado certo.  
1620 Porque, se nós tocássemos agora, a gente perderia como o Marcelo disse essa posição que  
1621 a gente ocupa hoje no FONACEAS, na pessoa do Geraldo. Talvez a gente pudesse ter  
1622 alguma perda, nessa representatividade e nessa participação, nessa construção do  
1623 FONACEAS. E por quê? No próximo período, no próximo mandato, nós já estaremos em  
1624 ano de conferência novamente. E aí se o governo assume agora, e sai na próxima. Nós  
1625 poderíamos ter também algum prejuízo por ser ano de conferência. Nós não sabemos  
1626 quem estará aqui. Principalmente por parte do governo. E eu particularmente, avalei com  
1627 o secretário. Ele gostaria de indicar o meu nome. Eu avalei com ele que eu não achava  
1628 madura, não achava que a gente estaria em condições. De eu assumir a subsecretaria e a  
1629 presidência deste Conselho. Que é muito pesado, que exige muito. E também, nem pra  
1630 Juanita, é muito pesada a superintendência da Juanita. E até mesmo o papel de vice-  
1631 presidente. Então nós ponderamos, o secretário conversou com o governador, conversou  
1632 com um conjunto de secretários. Que inclusive ele teve que fazer essa defesa. De espírito  
1633 de vaidade, de dizer: Não eu considero que é importante e é produtivo que nós deixemos  
1634 manter a mesa diretora conforme está. Desde que o Geraldo, desde que a sociedade civil  
1635 concordasse. Com esta proposta dessa forma. Então por isso que na última plenária, a  
1636 gente ainda não tinha chegado a uma conclusão. A gente queria analisar mais. Conversar  
1637 mais. Conversei muito com a Juanita. Ouvi a opinião da Juanita. E aí, chegamos a esta  
1638 conclusão então. Então a nossa proposta, do Governo. É de que a gente mantenha ainda  
1639 mais esse período, na condução da mesa diretora, conforme está. **Presidente:** Algum  
1640 outro conselheiro quer manifestar? Não? OK. Então em regime de votação a gente coloca  
1641 a recondução da mesa diretora. E aí, nós vamos fazer a votação qualificada. Por  
1642 conselheiro. Então vamos começar com a nossa. Vamos deixar a mesa diretora por  
1643 último? Pode ser? Conselheiro Márcio e seqüência. **Conselheiro Márcio:** Márcio,  
1644 ASPROM, pela recondução da mesa diretora. **Conselheira Edir:** Edir, pela recondução  
1645 da mesa diretora. **Conselheira Maria:** Maria, CONECSTAR, Pinheiro Reis, pela  
1646 recondução da mesa diretora. **Conselheiro Júlio:** Júlio. Pelo Instituto Sacramentinos. Pela  
1647 recondução da mesa diretora. **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, pela Secretaria de  
1648 Estado de Fazenda, pela recondução da mesa diretora. **Conselheira Maria de Lourdes:**  
1649 Maria de Lourdes, Secretaria de Agricultura, pela recondução da mesa diretora.  
1650 **Conselheiro José Fernando:** José Fernando, CMAS de Cataguases, pela recondução da

1651 mesa diretora. **Conselheira Nívia:** Nívia, SEDESE, pela recondução da mesa diretora.  
1652 **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula, Conselho de Belo Horizonte, pela recondução da  
1653 mesa diretora. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, CRES, 6ª região, também pela recondução  
1654 da mesa diretora. **Conselheira Juanita:** Eu gostaria só de esclarecer meu voto. É. Juanita,  
1655 SEDESE. Governo. Por ser de interesse da sociedade civil em manter na presidência, por  
1656 mais um ano. Pela recondução da mesa diretora. E por ser desejo e vontade do governo  
1657 também, que a sociedade civil permaneça. De acordo com a recondução. **Presidente:**  
1658 Geraldo, pela recondução da mesa diretora. E aí nós temos, portanto, uma votação  
1659 unânime, pela recondução da mesa diretora. Eu quero considerar que, aumenta muito, a  
1660 responsabilidade dos componentes da mesa diretora, com toda a certeza. Aumenta muito o  
1661 nosso grau de comprometimento, com este colegiado. Aumento muito a nossa. O nosso  
1662 poder de absorção, das colocações, dos pensamentos ideológicos de cada um. Porque,  
1663 como disse muito bem colocado, o Conselheiro Márcio. Nós somos UNO. Não é? Penso  
1664 que esse colegiado amadureceu muito neste quesito. Nós aprendemos muito com a  
1665 mediação de conflito. A gente saber, como é que é que esse colegiado dá as tratativas pras  
1666 nossas divergências. Tem sido sempre de forma muito construtiva. Eu diria até, que em  
1667 muitas deliberações deste colegiado, elas têm acontecido, visando sempre, em primeira  
1668 mão, aquilo que é prioridade, que é o avanço da normativa, no nosso Estado. Nós somos  
1669 entes desse Estado de Minas Gerais. E assim sendo, é muita das vezes, a gente tem essa  
1670 compreensão com muita nobreza. Nós temos um órgão gestor, que sempre esteve  
1671 presente. Um órgão gestor que sempre teve uma compreensão, dos vários entendimentos,  
1672 divergentes, daquele que é o entendimento governamental. Nós temos conselheiros  
1673 governamentais, que sempre se fizeram presentes, com muita, com muito  
1674 comprometimento, com muita competência e eficácia. Neste Conselho. E isso nos dá um  
1675 amparo e um suporte muito grande, Nívia. Pra que a gente possa, não só promover a  
1676 recondução. Como também promover pensando no conselho como um Conselho e não a  
1677 formação paritária. Nós temos pessoas que contribui hoje, nas várias secretarias. Portanto,  
1678 a gente tem uma visão, adversa. Uma visão intersetorial. Não é? E uma visão de pessoas  
1679 que traz conhecimento pra cá. Gostaria de agradecer, imensamente, as considerações que  
1680 foram feitas, principalmente pela sociedade civil. Mas prioritariamente por parte  
1681 governamental, através das palavras carinhosas. E que me envaidece muito. Me deixa  
1682 lisonjeados e Nívia e Conselheiro Fernando. Assim sendo, a mesa então fica reconduzida.  
1683 De acordo com o cumprimento regimental. E acho que todo o colegiado, merece uma  
1684 congratulação, através de umas palmas. Bom, então dando seqüência. Eu diria que, as  
1685 outras situações que nós discutimos ontem. São as representações, em vários seguimentos  
1686 que este tem a responsabilidade de assumir. Foram algumas deliberações tomadas ontem.  
1687 E aqui a gente precisa dar ciência a todos. Foi hoje? Foi hoje ou foi ontem? Foi hoje. É no  
1688 Interfóruns nós ficamos com o Conselheiro Júlio. Se não me falha a memória. No Pro  
1689 Jovem Urbano, o Conselheiro Márcio. OK. Vou parar. O Conselheiro Marcelo fez a  
1690 anotação, ele vai estar colocando. **Conselheiro Marcelo:** Está projetado. Mas ficou.  
1691 COGEMAS é CIB. Marcelo e Geraldo. COGEMAS, Fernando, Marcelo. Interfóruns,  
1692 Júlio. Poupança Jovem, Márcio. FECTIPA, Ana Paula. Bolsa Família, Edma. Os  
1693 representantes. E aí presidente, aproveitando que eu já estou com a fala. Nós temos que,  
1694 também definir neste momento. Os coordenadores das comissões. E aí só pra adiantar.  
1695 Que a sociedade civil reuniu ontem. E ontem na nossa reunião. A sociedade se reuniu  
1696 ontem, e nesta reunião. Como já disse o nosso presidente, foi feito um sorteio. E ficaram  
1697 as coordenações da seguinte forma: Coordenação de orçamento, coordenação de política,  
1698 com a sociedade civil. Coordenação de normas e coordenação de apoio, com o governo.  
1699 Isso através de um sorteio. E ontem, sociedade civil, reunida. Nós já definimos os nomes  
1700 dos representantes. Ficando com a coordenação da comissão de orçamento, pela

1701 Conselheira Cristiane. E pela coordenação de política, pelo Conselheiro Volney. E agora a  
1702 gente precisa de definir, as coordenações de normas e apoio, pelo governo. **Presidente:**  
1703 Eu não quero ser redundante. Mas, é só pra clarear pra quem estava ausente. E aí, os  
1704 Conselheiros ausentes ontem. Então coube a nós. Optamos por fazer um sorteio. E esse  
1705 sorteio, é que foi determinante. Pra dizer com quem ficou as comissões, na formação  
1706 paritária. Como vocês não estavam presentes, e nem agora na parte da manhã. A  
1707 sociedade civil teve tempo de se organizar. De fazer uma reunião e deliberar quem seriam  
1708 os coordenadores. Assim sendo, eu penso que é de bom tamanho, a gente deixar pras 14  
1709 horas. A parte governamental trazer, quem serão os coordenadores das comissões. E a  
1710 gente dá seqüência com a apresentação das quatro comissões. E é o último ponto de pauta  
1711 dessa nossa plenária de hoje. OK. Marcelo quer fazer uma fala. **Conselheiro Marcelo:** É  
1712 só também pra lembrar. Que hoje, daqui, nós temos que sair também. Não só os  
1713 coordenadores, mas os seus representantes. Então, seria interessante, no retorno da  
1714 plenária, presidente. Se o senhor tiver de acordo, depois do almoço. O governo já reúne, a  
1715 sociedade civil reúne e define os seus representantes. Onde que cada um vai ficar, e já traz  
1716 aqui pra mesa. **Presidente:** O Marcelo agora está falando não dos coordenadores de  
1717 comissões. Está falando dos conselheiros que vão compor as comissões. E aí é importante  
1718 como é que será. Pode ser pós o almoço? Quer fazer fala. Gilvânia? Está. As quatro  
1719 comissões apresentaram após o almoço. E três delas têm encaminhamento já de fala. É só  
1720 pra deliberação. Que a gente vai passar muito sucintamente. E a comissão de orçamento,  
1721 vai ficar a cargo de você. Pra dar todos os detalhamentos e explicações. OK. Bom apetite  
1722 a todos. Quem for ficar aqui em Belo Horizonte, nós vamos estar do lado, podemos ficar  
1723 junto. O retorno pode ser, retorno 13:30. OK? **Parte da Tarde – Presidente:** Ainda não  
1724 estão conosco à mesa. Mas independente disso, a gente dá continuidade pra gente otimizar  
1725 melhor o nosso tempo. A gente tem a presença, já a algumas plenárias. Sempre com muita  
1726 assiduidade, da promotoria pública aqui conosco. Através da Dra. Claudia. Que ela  
1727 sempre me pede pra dispensar o Dra. Então a Claudia está conosco. E hoje assim, em  
1728 função do que a gente discutiu. Em função da plenária de ontem. Do conselho de ontem,  
1729 que ela esteve atenta a isso. Eu queria ver se a Claudia queria manifestar alguma coisa,  
1730 pra. Inclusive, eu acho que é importante você falar um pouco da apreciação sua, ao longo  
1731 desses debates, essas pautas que a gente tem tratado. Inclusive, acho que bom também  
1732 clarear, para os conselheiros, o papel do ministério público. O papel da sua presença aqui.  
1733 A sua maneira de manifestar, enquanto Claudia, enquanto uma pessoa que tem informação  
1734 do segmento. E enquanto promotoria. Acho que pode clarear pra gente. É óbvio que não é  
1735 intimação não. É só um convite. Fique à vontade. **Cláudia:** Eu não estou acostumada. Boa  
1736 tarde. Meu nome é Claudia, eu sou assistente social do ministério público. Há alguns  
1737 meses, o presidente encaminhou um ofício ao procurador geral, solicitando a participação  
1738 de um membro, nessas, nas plenárias. Houve a decisão de encaminhar uma assistente  
1739 social, e eu fui indicada. Estou gostando muito. Vendo a qualidade do trabalho. O  
1740 comprometimento do presidente e de seus conselheiros. Mas eu acho importante eu estar  
1741 frisando, algo. Eu não estou aqui, representando, eu não posso falar pelo ministério  
1742 público. Essa autonomia eu não tenho. Isso é de competência do promotor ou do  
1743 procurador de justiça. Então estou vendo as ações. E muito feliz de ver, como a política de  
1744 assistência social está caminhando no nosso Estado. Até agradeço, o convite do presidente  
1745 para a reunião de terça-feira. Mas não posso vir, justamente porque a minha indicação é  
1746 para participar de alguma comissão e também das plenárias. Então aí se trata de uma  
1747 questão específica que eu não poderei participar. Obrigada. **Presidente:** Obrigada,  
1748 Claudia. O Marcelo está querendo uma colocação em cima da sua fala, Claudia. Por favor.  
1749 **Conselheiro Marcelo:** O Claudia é só uma dúvida. Ta certo e a gente compreende que,  
1750 você não pode falar pelo ministério público, considerando que você é assistente social.

1751 Mas essas questões que são postas aqui. E que causam clamor por parte do ministério  
1752 público. Eu acredito que estas demandas, essas questões, você pauta isso lá com aquele  
1753 órgão colegiado. Isso? **Cláudia:** Não, Marcelo. Essa é a segunda plenária. Então ainda  
1754 não houve nenhuma discussão, com o colegiado, ou com o meu coordenador. Até a  
1755 presente data. **Presidente:** Eu penso que é importante essa colocação, Cláudia. Nos traz  
1756 inclusive pra nós conselheiros, ter a compreensão de que, o ministério público, acompanha  
1757 esse colegiado, acompanha as nossas deliberações. Mas isso é também um histórico, que o  
1758 ministério público vivencia, através da presença da Cláudia aqui. O que não quer dizer,  
1759 necessariamente, que as nossas tratativas, independente, quando aprovado ou não. Que já  
1760 é denúncia para o ministério público. Então precisamos ficar muito claro essa Situação  
1761 aqui. Não é? Pra que a gente tenha essa compreensão. E existe também, pra nossa até  
1762 satisfação, manifestação por parte da própria procuradoria. Quando a promotoria, de estar  
1763 acompanhando, de entender que esse colegiado, é um colegiado que soma muito no que  
1764 diz respeito a cidadania. Da sociedade mineira em si. Porque é um espaço de muito  
1765 avanço na democracia participativa. E isso tem importância fundamental. Inclusive por  
1766 entender que o ministério público é parceiro, no que diz respeito ao cumprimento da  
1767 legislação. Uma vez que nós vivemos num estado de direito. E isso se faz necessário, pra  
1768 fortalecer o próprio órgão, chamado Ministério Público. Então, essa compreensão, é bom  
1769 que nós enquanto conselheiros, tenhamos, pra também ora achar que a gente está exigindo  
1770 demais da promotoria, eu razão da presença da Cláudia. Mas é óbvio que a gente precisa  
1771 ter essa compreensão. Muito bem. Dando seqüência, a gente pra assim, pra terminar a  
1772 questão da recondução da mesa diretora. E inclusive ter a deliberação à respeito das  
1773 coordenações. Eu gostaria de ouvir a manifestação, por parte, da nossa Conselheira Nívia.  
1774 Enquanto subsecretária. E a articulação que houve aí, por parte do governo, nas  
1775 composições. **Conselheira Nívia:** Geraldo. Nós fizemos uma discussão aqui. E eu vou  
1776 fazer já algumas indicações. E algumas alterações pra composição das comissões. Mas  
1777 quero deixar em aberto, algumas outras indicações que nós vamos fazer, de conselheiros  
1778 que não estão presentes aqui. Pra que a gente possa ter a concordância deles. Então pra  
1779 comissão de orçamento. Nós estamos incluindo a participação da Gilvânia. O José  
1780 Fernando, nós estamos trocando ele pra comissão de orçamento. Então ele sai da comissão  
1781 de apoio e vai pra comissão de orçamento. E permanece a Fernanda, da SEPLAG. A  
1782 comissão de política. Nós vamos fazer também a inclusão da Edir. A participação da Edir.  
1783 Vamos trocar a participação da Edma, que sai da. Há perdão. A Edma não é alteração, ela  
1784 permanece também. Ta. Na comissão de apoio, a gente mantém a coordenação e a  
1785 participação da Juanita. Inclui a participação da Lourdes. Permanece a Lourdes. E na  
1786 comissão de normas, entra a Ana Paula, sendo coordenadora também. E permanece a  
1787 Guilhemina. OK? E deixando em aberto que nós vamos fazer novas indicações. Ta. De  
1788 representação do governo, de conselheiros que não estão presentes. Inclusive, a Lourdes é  
1789 apoio. E eu gostaria de solicitar a avaliação e a autorização da mesa, pra uma sugestão que  
1790 nós. Tem alguma dúvida? Ta. Apoio, Juanita. Normas, Ana Paula. OK? Aí eu queria  
1791 aproveitar e pedir a avaliação e a aprovação, se for de acordo da mesa diretora. De nós  
1792 estarmos indicando, um técnico de cada diretoria, correlata. As temáticas das comissões.  
1793 Diretoria da SEDESE e da SUBAS, para participar como apoio a essas comissões.  
1794 Entendendo que muitas vezes nas discussões das comissões, é importante ter a  
1795 participação de um técnico, que trabalha diretamente, com aquele assunto. Naquela  
1796 diretoria, da SUBAS. Que pode estar trazendo informações importantes, até em termos de  
1797 capacitação, pros novos conselheiros. E que podem estar levando também, qualquer  
1798 suscitação que ele não tenha conhecimento e que compete à secretaria estar respondendo.  
1799 Pra que a gente possa estar preparando melhor as demandas, as justificativas pra estar  
1800 encaminhando pras comissões. OK? Aí se for da aprovação da mesa. Nós vamos então,

1801 depois fazer, essa definição desses nomes. Uma referência técnica pra cada comissão,  
1802 como apoio da SUBAS. **Presidente:** OK. Vou abrir pra mesma. Quero até entender que,  
1803 realmente esse apoio técnico. Com um técnico em cada diretoria eu penso que soma  
1804 muito. Soma muito, penso que contribui muito, não só no que diz respeito à qualificação  
1805 técnica. Com um conhecimento e propriedade pra trazer a temática. Mas, mesmo porque  
1806 esse colegiado aqui, já está bastante enfrornado com todas as questões das temáticas. Eu  
1807 acho que soma e fortalece esse colegiado. É o meu entendimento. Mas eu quero abrir pra  
1808 quaisquer que for os conselheiros. Que quiser manifestar a respeito desse  
1809 encaminhamento que Nívia traz como solicitação. Alguém quer manifestar a respeito?  
1810 Conselheiro Marcelo. **Conselheira Nívia:** Você me permite fazer só mais um adendo,  
1811 Marcelo. É nós discutimos essa reunião gerencial lá na SEDESE. E eu devia ter falado que  
1812 foi recebido assim, com muito interesse por parte dos técnicos. Por compreender também,  
1813 que vai ser um aprendizado muito grande, pra eles também. Que ficam muito distantes do  
1814 CEAS. Então a gente. É uma relação muito distante, vai ser uma troca, um aprendizado,  
1815 tanto, por parte dos conselheiros, mais por parte dos técnicos. Já tem até uma  
1816 concorrência. Quem que vem, quem que vai ser indicado. Vários técnicos já se  
1817 manifestaram interessados em participar. Então colocar que é interessante pra nós  
1818 também, em termos de aprendizado. **Conselheiro Marcelo:** Presidente. É só pra dizer que  
1819 isso só vem realmente fortalecer, as nossas comissões. É muito importante sim, a  
1820 participação. Mas é porque no primeiro momento, eu fiquei pensando se nós teríamos que  
1821 mexer no regimento. Pra fazer constar essa participação desse técnico. Mas eu acho que  
1822 não, porque virão mesmo é como suporte e como apoio. Não é? É porque num primeiro  
1823 momento, no início, eu fiquei em dúvida, talvez se tivesse. E aí como a gente tem. Mas  
1824 então não. É isso mesmo. Parabéns e isso é ótimo. **Presidente:** Algum quer saber? Quer  
1825 manifestar? OK. No meu entendimento, Nívia. É bem aceito, acho que é com bons olhos.  
1826 Estou entendendo que o colegiado concorda com isso. Eu acho que enaltece muito e vai  
1827 enriquecer com certeza, muito, esse colegiado. E aí eu parabenizo a iniciativa, por parte  
1828 dos conselheiros governamentais, e inclusive do órgão gestor. Que enxerga e quer  
1829 credibilizar esse Conselho, dando esse apoio técnico. É nós tiramos ontem, nas comissões  
1830 e encaminhamentos. E aí tem uma comissão que, eu gostaria só de reprisar aqui. Parece  
1831 que nós não temos um encaminhamento de uma das comissões. Não é isso? Eu vou passar  
1832 pra Consolação e ela vai colocar isso pra gente. Por favor. OK. Desculpe. Deixa eu só  
1833 voltar um pouquinho. Que a Nívia colocou a parte governamental. Na composição dos  
1834 conselhos da coordenação. Nós só tínhamos colocado na parte da manhã, as coordenações  
1835 das nossas comissões e não a participam efetiva, dos conselheiros da sociedade civil em  
1836 cada uma delas. Então eu vou passar ao Marcelo, Conselheiro Marcelo, e ele vai fazer  
1837 isso. **Conselheiro Marcelo:** Pra comissão de normas. Marcelo e Márcio Caldeira. Pra  
1838 comissão de política, Fátima. Mais algum? O Júlio ficou pra comissão de política também.  
1839 Não é Júlio? Júlio, comissão de política. Mais alguém da sociedade civil? Não. E o  
1840 Geraldo, comissão de apoio. Não é Geraldo? E Cristiane como coordenadora da comissão  
1841 de orçamento. A política é o Volney. E também no próximo encontro, aqueles que não  
1842 tiverem presentes. A Maria ficou na comissão também de política. A Maria ontem,  
1843 quando nós conversamos? Normas. É normas. A Maria é com normas. **Secretária**  
1844 **Executiva:** Ontem, a comissão de normas e política. Não teve uma pauta pra ser discutida.  
1845 Quanto reuniu todas as comissões, juntas. Continuando a capacitação que tivemos na parte  
1846 da manhã. Então tratamos as matérias de uma forma coletiva. Aí teve uma matéria na  
1847 comissão de apoio. E seguimos com a prestação de contas na comissão de orçamento.  
1848 Então presidente, eu acredito agora. A gente podia passar a comissão de apoio, que é só  
1849 um item. Em seguida a comissão de orçamento. Para a qual também, eu faço um  
1850 indicativo de metodologia. Se a gente pudesse, como, a maioria estava presente. Talvez já

1851 ir à ação. E todo mundo recebeu previamente. Talvez, assim. Só na ação e nos  
1852 encaminhamentos. Porque acho que aí é que, né, da gente até utilizar o tempo também.  
1853 **Presidente:** Eu passo então a Conselheira Juanita. Que vai falar pela comissão de apoio.  
1854 **Conselheira Juanita:** Bom. Bom retorno a todos do almoço. Ontem na nossa discussão  
1855 as comissões conjuntas. A comissão de apoio teve uma pauta pra deliberação. Que foi no  
1856 que diz respeito ao Conselho Municipal de Assistência Social de Santos Dumont. Esse  
1857 CEAS recebeu da SEDESE, um ofício, solicitando que, encaminhando o plano de  
1858 providências, que o município. Que o município de Santos Dumont tinha assinado  
1859 juntamente com a SEDESE, pra adequar o equipamento CREAS. Para sanar as  
1860 dificuldades. E a SEDESE encaminhou pra este Conselho, um ofício, solicitando o apoio  
1861 do CEAS, no sentido de mobilizar o conselho municipal de assistência, pra acompanhar a  
1862 execução do plano de providências. Diante disto, esse CEAS solicitou ao Conselho  
1863 Municipal de Santos Dumont que acompanhasse a execução do plano de providências e  
1864 encaminhasse pra esse CEAS, como é que tava a execução do plano. Diante disso, o  
1865 presidente do Conselho Municipal, encaminhou algumas documentações á nossa  
1866 solicitação. Porém, a documentação que ele encaminha, não diz respeito a nada da  
1867 melhoria, da questão da execução do plano de providências do CREAS. Ele trata de outras  
1868 questões. Como CRAS, como solicitação a SEDESE, mas não tem nada a ver com a  
1869 solicitação que nós fizemos. Então o encaminhamento da comissão, das comissões  
1870 conjuntas foi: retornar ao conselho municipal de Santos Dumont informando que, as  
1871 documentações solicitadas não foram encaminhadas por aquele conselho. E que o  
1872 Conselho vai receber a visita desse CEAS, por meio dos Conselheiros José Fernando e  
1873 Marcelo. Pelos dois estarem próximos de Santos Dumont. Ele vão lá fazer uma visita no  
1874 conselho do municipal. Acompanhar o equipamento CREAS e outros equipamentos se der  
1875 tempo no horário da visita. Até pra orientar o conselho, de que forma que ele fiscaliza a  
1876 rede pública. Na mesma lógica da rede privada. Foi somente isso presidente, que nós  
1877 decidimos ontem. **Presidente:** Algum comentário, alguma manifestação por parte dos  
1878 conselheiros? Podemos ir para a deliberação? OK. Podemos iniciar? Não. Então eu  
1879 acompanho a aprovação da conselheira Juanita. Tem alguém que manifesta ao contrário?  
1880 Ao encaminhamento? Vamos fazer ao inverso, fica mais fácil. Não? Então fica aprovado  
1881 por unanimidade o encaminhamento da comissão de apoio. Então está vencida a comissão  
1882 de política. Que não tem encaminhamento. Não é isso? Apoio. Que teria esse  
1883 encaminhamento. Normas, não tem. E tem a comissão de orçamento e financiamento.  
1884 Então conforme já foi colocado aqui por Consolação. Ontem. Eu quero só fazer um breve  
1885 relato aqui. Que ontem, foi uma riqueza muito grande de discussão. Principalmente na  
1886 comissão de orçamento. Como foi uma reunião de comissões conjunta. Então eu penso  
1887 que houve uma riqueza maior de compreensão e de manifestação sobre encaminhamento.  
1888 Inclusive nós deliberamos aqui, deliberamos não, encaminhamos, tivemos  
1889 encaminhamentos que eu achei assim, que foi até pioneiro, eu diria. Porque a visão  
1890 quando das ações e da discussão das ações. Ela extrapolou o relato da comissão de  
1891 orçamento. No quesito de controle social, e no olhar deste colegiado, para os conselhos  
1892 municipais. Então achei que, assim, isso foi uma riqueza muito grande. E aí eu quero só  
1893 focar isso aqui, porque aqueles que não tiveram, nós não vamos fazer a apreciação  
1894 detalhada do relato da comissão. E vamos tentar otimizar em função da discussão rica e  
1895 demorada de ontem e ir direto para a ação. E pra o encaminhamento dado pela comissão.  
1896 Pelas comissões, que ontem foi. Eu vou falar em nome da comissão, mas foram todas  
1897 juntas. A primeira ação foi a qualificação de recursos humanos, para a gestão do SUAS.  
1898 Pós-apreciado e debatido. O encaminhamento foi: registrar o atraso em relação ao envio  
1899 da prestação de contas pela SEDESE. Que prejudica o exercício do controle social. Ainda  
1900 manifestar que a baixa execução das ações, impacta diretamente no orçamento para o

1901 próximo exercício. Pode levar inclusive a sua redução. Podemos ir ponto por ponto. Vocês  
1902 preferem assim? Ou vamos fazer. Ponto por ponto. OK. Está colocado então  
1903 manifestação. Conselheira Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Boa tarde gente. Então é. Eu  
1904 também fiquei surpresa presidente, quando eu vi, hoje de manhã. Primeiro é registrar, que  
1905 a gente só recebeu essa análise que vocês fizeram ontem da prestação de contas e os  
1906 encaminhamentos, hoje. Ele não chegou a tempo pra gente ontem, na SEDESE, até a hora  
1907 em que a gente estava na secretaria. E que nós tínhamos fechado, eu e a Nívia. Que nós  
1908 traríamos então a prestação, como ela já estava pronta, até ontem. Pra estar aqui. Pra  
1909 entregar. E que os encaminhamentos que nós recebêssemos hoje, da plenária, nós nos  
1910 comprometeríamos a ajustar e encaminhar posteriormente pra vocês. Caso seja acertado  
1911 aqui, com este colegiado. A segunda questão que eu gostaria de registrar. A prestação, ela  
1912 veio pra este conselho, na quarta-feira, a partir de um combinado telefônico que eu fiz  
1913 com a Consolação. Este não é o prazo. A gente está ciente disto. Foi em função de um  
1914 acúmulo de atividades, incluindo a conferência nacional, que deslocou muitos de nós para  
1915 Brasília. Mas eu entendo que esse não é o prazo. E pretendo não fazer isso mais. Eu sei  
1916 que o Conselho merece receber a prestação antes, e ter o tempo adequado pra fazer a  
1917 análise. Outra questão que eu queria colocar, com relação a essa prestação de contas. É  
1918 que é a segunda que eu apresento a este Conselho, enquanto superintendente de  
1919 monitoramento e avaliação. E que nessas duas prestações, eu fiz, de acordo com o  
1920 modelo que eu recebi na superintendência, até porque a gente assume o setor e muda tudo  
1921 no mesmo mês. Mas, eu percebi hoje, após ver a avaliação que vocês fizeram ontem. Que  
1922 vocês já têm, já perceberam mais detalhes nessa prestação, do que nós, que estamos  
1923 fazendo. Ainda não tínhamos dado conta dele. Achei muito interessante isso.  
1924 Compactuando com a sua fala Geraldo. E que é muito bom. Muito interessante que tenha  
1925 sido feito essa perspectiva dos detalhes, pra gente poder melhorar mesmo na apresentação  
1926 dos dados. E que numa hora oportuna a gente pode até conversar, mais detalhadamente  
1927 sobre essa apresentação e sobre os dados a serem incluídos. Bom, com relação à ação  
1928 específica de qualificação. Ela, realmente, quando você faz uma avaliação da prestação de  
1929 contas, até a execução do terceiro trimestre. Parece que há uma baixa na execução da ação  
1930 e que a gente não vai conseguir cumprir com o planejado até o final do ano. O que  
1931 acontece é que a maioria do cumprimento da execução, ele está no quarto trimestre. E  
1932 chegará ao conhecimento deste conselho então, na próxima prestação de contas. Essa  
1933 questão do impacto, da não execução neste ano, de impactar o orçamento do próximo ano,  
1934 não tem esse risco. Dado que as ações foram concentradas no quarto bimestre. No quarto  
1935 trimestre. E que o orçamento do próximo ano, também já está discutido com o governo  
1936 estadual. E que nós tivemos nessa ação, a manutenção do mesmo valor de 2011. Seria  
1937 isso. **Presidente:** OK. Feito o esclarecimento. Eu solicito a manifestação da plenária.  
1938 Algum questionamento a respeito? Estão devidamente esclarecidos? OK. Eu só queria  
1939 fazer um comentário. E aí, mais uma vez, é só até reforçar, a nossa compreensão quando  
1940 Nívia trouxe essa colocação dos técnicos. Penso que é importante aqui, nesse queCITO,  
1941 agora, pós até a justificativa sua. A gente enxerga mais uma vez, a importância de um  
1942 técnico estar, conosco no apoio, nas comissões. Porque é muito importante, primeiro, que  
1943 os técnicos entendam que a nossa contraposição é muito mais divergência. E em função de  
1944 que, a visão deste colegiado. E a gente já fez essa fala aqui antes. É uma visão de estar  
1945 focado no objetivo fim, do conselho. Que é o beneficiário e o usuário. As atividades  
1946 meios. E aí quando existe essa Situação, se o nosso foco está no controle social, enquanto  
1947 órgão colegiado estadual. Que os questionamentos são em função de esclarecimento.  
1948 Então quando houver esse entendimento, aí nós vamos ver que realmente é com nobreza  
1949 que este colegiado quer fazer a determinação. E a gente também já discutiu, inclusive  
1950 sabendo que este colegiado é UNO. Então que aqui, a mera composição, não vai fazer

1951 com que ele seja dois conselhos. Não é? O ponto dois. A ação dois é a operacionalização  
1952 de conselho estadual de assistência social. E o encaminhamento foi: solicitar que, nas  
1953 próximas prestações de contas, os recursos sejam discriminados por ação e fonte. Ainda,  
1954 solicitar esclarecimentos sobre a compra de carro do conselho, e sobre o carro anterior, o  
1955 Fiat Uno. E que também os recursos humanos da secretaria executiva, seja repostos. Dois  
1956 técnicos. Eu penso que, ficou vencido este encaminhamento já com os devidos  
1957 esclarecimentos da manhã. Até fora da discussão. Aí o conselheiro Márcio fez a inclusão.  
1958 Nós tínhamos feito uma discussão ontem. Mas penso que não foi redundante, era  
1959 importante para clareza dos conselheiros. Mas ainda assim eu passo a fala pra você,  
1960 Conselheira Gilvânia. A respeito desse quesito. **Conselheira Gilvânia:** Então. Eu vou  
1961 acostumar com isso. Então, de manhã a Nívia colocou da questão da reposição dos  
1962 técnicos. Das vagas na secretaria executiva. E a gente explicou que a compra do veículo  
1963 só está dependendo da liberação da cota. Nosso colega da SEPLAG chegou a tempo de  
1964 nos confortar. Que é a cota de investimento. Que a gente está aguardando a autorização,  
1965 mas que está pra sair. Está em discussão entre a SEPLAG e a SEDESE. E a outra questão  
1966 que vocês colocaram, é da falta de identificação da fonte para as ações. Que a gente pode  
1967 sim atender. A partir das próximas prestações de contas, incluir, ação e fonte. Incluir essa  
1968 informação. Vai ficar registrado. Fernando quer manifestar? **Presidente:** Conselheira  
1969 Juanita. Você evocou aí o nome de Claudinha, ela não está. Mas Sirlene. OK.  
1970 **Conselheira Juanita:** É porque na verdade. Só eu ontem apanhei aqui. Porque eu  
1971 sozinha, o governo e o estado. Então eu vou defender o governo aqui. Esse fato saiu  
1972 porque? Nós fomos lá no detalhamento de despesas. E a despesa está por fonte. Então  
1973 nessa ação, não tem este quesito. Não é isso Consolação? Na ação de qualificação não tem  
1974 a questão de discriminação de fonte. O quê que foi gasto. Nós estamos no conselho? Há  
1975 não ta desculpa. Oh. Uga louca. **Presidente:** Sem problema. Aqui, é só pra clarear mais  
1976 uma vez aqui. Também Gilvânia e principalmente Nívia. A Conselheira Nívia. A Situação  
1977 que a gente colocou aqui, entre parênteses, inclusive o encaminhamento do FIAT. É  
1978 porque o colegiado entende, que o carro pra viagem. Não é? É de suma importância que  
1979 ele tenha a qualificação dada, quando da aprovação, até pelo secretário. Ele teve o cuidado  
1980 e o carinho grande com este Conselho. Quando fez questão de me ligar no celular, pra  
1981 dizer que tinha assinado a compra do veículo. E o colegiado entende também, que  
1982 independente desse carro. É de suma importância ter o outro veículo consertado. Porque  
1983 ele estragou numa viagem. Ficou vários meses parado numa cidade do interior. Quando  
1984 trouxe pra cá, até então está sem conserto. Nós temos um serviço pra executar dentro da  
1985 cidade. E que ele é pequeno, é um carro pequeno. Portanto com grande mobilidade pra cá.  
1986 E segundo, por que o custo dele, é infinitamente inferior ao custo da caminhonete. Se for  
1987 usar a caminhonete aqui pra dentro, não só é um uso desnecessário, como é até inviável.  
1988 Você fazer aqui e com um custo três, quatro vezes maior do que o carro. Então daí a  
1989 importância de estar isso no encaminhamento. O meu entendimento é que. Veja bem. Aí  
1990 eu pergunto? Sobre esse item dois. Alguma manifestação por parte dos conselheiros? Não.  
1991 OK. Então, como a gente está aprovando ação por ação. Eu estou entendendo que na não  
1992 manifestação consideremos aprovados. E por unanimidade, na falta de alguém se apontar.  
1993 Então item um, dois, passou. E nós vamos para ação de número três. Que diz respeito ao  
1994 co-financiamento de serviços e benefícios, para os municípios, na execução da proteção  
1995 social básica. E aí nós temos vários encaminhamentos. Eu penso que a gente pode fazer  
1996 letra a letra. Ou preferem que a gente faça todas de uma vez? OK. Pergunto outra vez? Por  
1997 bloco? Pode ser o bloco? OK. Mais até pra quem vai justificar. Eu estou pensando que a  
1998 Conselheira Gilvânia. Melhor é por letra. Eu também acho que sim. Pra vocês que vão dar  
1999 a resposta, eu acho que sim. Porque aqui. Vamos lá. O encaminhamento então foi:  
2000 primeiro, solicitar correção do número de metas físicas das planilhas. Serviços um e dois.



2001 Co-financiamento do estado. **Conselheira Gilvânia:** OK. Esses encaminhamentos, só  
2002 para a nível de orientação. Eles são formalizados. Ta. A SEDESE. OK. Essa é uma  
2003 Situação delicada. Eu já falei no início. Então, vou repetir. Esse relatório vem pra cá no  
2004 modelo que eu peguei pronto. **Presidente:** OK. Tudo bem. **Conselheira Gilvânia:** Então  
2005 agora eu me comprometo, em prestar mais atenção nestes detalhes da quantificação de  
2006 metas físicas e financeiras, e fazer esse acerto, pra encaminhamento a este colegiado.  
2007 Gostaria de, eu me esqueci. Mas ontem, eu e a Claudia, que somos da diretoria financeira.  
2008 Nós estávamos vindo pra cá. E em função daquela chuva, e do trânsito infernal de ontem.  
2009 A Juanita nos ligou e falou: não precisa vir porque também nós estamos sem quorum aqui.  
2010 Pra discussão do relatório. E aí voltamos. E depois vocês conseguiram quorum, e por isso  
2011 esse relatório foi discutido só com a Juanita apanhando. Mas nós estávamos dispostos a  
2012 vir aqui. **Presidente:** OK. Na verdade foi uma palmada que educa. **Conselheira Juanita:**  
2013 Sim, eu aceito. **Presidente:** Eu acho que é interessante este quesito aqui. Penso até, que  
2014 nós precisamos retificar o relatório, pra que exista a aprovação. Porque aí a gente  
2015 entendeu também que foi muito mais um erro de digitação do que a técnica. Porque a  
2016 gente via logo embaixo, o valor e a explicação da execução. A letra B, ofício ao CMAS de  
2017 Aiuruoca. Solicitar esclarecimento sobre a baixa execução do serviço de convivência e  
2018 fortalecimento de vínculo, dos idosos. E reforçar a importância do controle social.  
2019 Encaminhar o caso para acompanhamento da comissão de apoio. Ta. Penso que dispensa  
2020 comentário. Se quiserem fiquem à vontade. Ta bom? A letra C, encaminhar ofício ao  
2021 Conselho Municipal de Assistência Social de Ibitaré, Ribeirão das Neves e Vespasiano.  
2022 Solicitando esclarecimentos sobre a não apresentação da prestação de contas do gestor.  
2023 Também Poços de Caldas, Manga, Muriaé e Uberlândia, solicitando esclarecimento sobre  
2024 o não preenchimento do SIM. Cobrar posicionamento em relação ao controle social local.  
2025 Os esclarecimentos devem ser presenciais, plenária de janeiro. Alguma dúvida?  
2026 **Conselheira Gilvânia:** Eu só queria esclarecer uma questão. Que, com relação ao  
2027 preenchimento do SIM. Quando a gente registra na prestação que o município não foi  
2028 pago, dado o não preenchimento. É após vários procedimentos de cobrança do  
2029 preenchimento. Porque a diretoria faz esse monitoramento para o preenchimento. Mas  
2030 ocorre do município às vezes, não responder mesmo. **Presidente:** OK. A letra D.  
2031 Convidar o COGEMAS para reunião com o CEAS, bem como participar das plenárias  
2032 ampliadas e descentralizadas do Conselho em 2012. Objetivo: Fortalecimento da gestão, e  
2033 do controle social nos municípios. E até, seguindo uma própria diretriz nacional, de  
2034 melhor qualificação da gestão. OK. Letra E. Solicitar a SEDESE a relação dos 360  
2035 municípios, com seus respectivos planos de providências. Que deverão adequar aos  
2036 CRAS. Encaminhar para a comissão de apoio, aos municípios. **Conselheira Gilvânia:**  
2037 OK. **Presidente:** Letra F. Criar procedimento de informações sobre a condição de  
2038 municípios. Pra quando o conselheiro for participar de reunião, de união de conselhos.  
2039 Informar aos conselhos municipais dos municípios, cancelamento dos coletivos do pro  
2040 jovem adolescente, pelo MDS. Por falta do envio da frequência dos SIS Jovens. Há pelo  
2041 menos seis meses. Reforçar a importância do controle social, solicitar justificativa da não  
2042 oferta do programa. **Conselheira Gilvânia:** Ok. **Presidente:** Pois não? OK. Já ta. É  
2043 redundância. Muito bem José Fernando. Professor é assim. Ta bom professor. OK. Como  
2044 um todo. Contudo. Só um minuto então. Vamos rever aqui. Informar aos conselhos  
2045 municipais, o cancelamento dos coletivos do pro jovem adolescente. Por falta do envio da  
2046 frequência do SISJovem. Há pelo menos seis meses. Ta. Considerando todas as letras. E a  
2047 retificação do envio dos números dos municípios na letra E. Penso que consideramos  
2048 vencido esta Situação. É isso? OK. A ação de número quatro. É o co-financiamento aos  
2049 municípios, na execução da proteção social especial. E aí os encaminhamentos foram:  
2050 Seis. Letra A. Informações sobre a qualidade dos serviços prestados nas casas lares. Letra

2051 B. Informação sobre todos os serviços que foram passados da SEPICAD pra a SUBAS. E  
2052 o plano de execução da SUBAS, em relação a eles. Considerando a política de assistência  
2053 social. Letra C. Relação dos 108 municípios que apresentam inconformidade em relação à  
2054 implementação dos CREAS. Funcionamento. E seus, os planos de providência.  
2055 Encaminhar, para o acompanhamento da comissão de apoio. Letra D. Solicitar  
2056 justificativa da ação de acolhimento institucional. Letra E. Que complete a meta física.  
2057 Pois não. Letra D. Solicitar justificativa da ação de acolhimento institucional.  
2058 **Conselheira Gilvânia:** Eu também fiquei pensando. Justificar o quê que é a ação de  
2059 acolhimento. Quem que opera. É isso que é a questão? Não sei. **Presidente:** Deixa eu me  
2060 lembrar aqui. OK. Enquanto ela chega, nós vamos passar. Letra E, que complete a meta  
2061 física do PET no relatório. **Conselheira Gilvânia:** Complete a meta física do PET?  
2062 **Presidente:** Hum, hum. No relatório. **Conselheira Juanita:** É no quadro que vem a meta  
2063 pactuada do co-financiamento federal. A meta pactuada está não se aplica. Mas depois nos  
2064 trimestres está um tracinho. E depois manda a relação nominal, por município e a meta de  
2065 cada um. Aí, pela avaliação da secretaria executiva. No relatório dos outros meses, essa  
2066 meta vinha no quadro. Dando uma visão geral do Estado. E não específica por município.  
2067 É só uma questão de adequação mesmo. É lá onde a Consolação vai localizar.  
2068 **Conselheira Gilvânia:** Viu Sirlene? **Conselheira Juanita:** Aí embaixo. É lá no quadro.  
2069 Embaixo. Aí. Onde tem não se aplica. PET. **Conselheira Gilvânia:** É porque, aquele  
2070 quadro se refere às metas financeiras pactuadas com o governo federal. É isso?  
2071 **Conselheira Juanita:** Não, é física. Aí. É só colocar a quantidade de município que estão  
2072 executando o PET. Que lá só colocou um tracinho. Aí na análise dos relatórios de  
2073 prestação de contas dos trimestres anteriores veio que eles vieram preenchidos. Entendeu?  
2074 **Conselheira Gilvânia:** Sim. **Conselheira Juanita:** Só isso. Agora quanto à questão da  
2075 onde cabe a justificativa. No acolhimento institucional. Sobe lá de novo, Consolação. Não  
2076 é encima. Pra enxergar daqui é difícil. Não é naquele quadro lá em cima, Consolação. É  
2077 no serviço de acolhimento institucional, Gilvânia. É Casa Lar. A meta pactuada veio 71. E  
2078 a executada nos outros meses, veio 70, 70, 70. Aí, na observação, está assim. Liberação  
2079 das parcelas dos serviços de acolhimento Casa Lar será em novembro. Mas não houve a  
2080 justificativa porque não pagou o um. **Conselheira Gilvânia:** Porque diminuiu de 71 pra  
2081 70. **Conselheira Juanita:** É isso. Não é isso presidente? **Conselheira Gilvânia:** Um, não  
2082 é que não foi pago. É que houve uma redução de uma Casa Lar de Uberaba. Que diminuiu  
2083 de 71 pra 70. Mas eu concordo com vocês, que a observação não justifica a diminuição do  
2084 número. **Presidente:** OK. A letra F. Que é a informação sobre a forma de repasse dos  
2085 recursos das várias ações. Entre parênteses, se convenio ou outra. E os motivos pelas quais  
2086 vários municípios não receberam parcelas. Coloca pra mim, por favor. **Conselheira**  
2087 **Gilvânia:** Em que parte do quadro está isto? Vocês lembram? É do piso? **Conselheira**  
2088 **Juanita:** Não, Não. Da proteção especial. Naquela relação que vem de pagamento. Os  
2089 conselheiros querem que, melhore a informação no sentido de informar. Se o município  
2090 recebe por piso. Essa planilha, onde discrimina essas ações aqui em cima. Então está.  
2091 Serviço de acolhimento institucional Casa Lar. Por exemplo, Barroso, uma unidade. Aí  
2092 pagou a parcela de julho, não pagou agosto e nem setembro. O que os conselheiros  
2093 pediram é para informar, se Barroso recebe por piso, ou se convênio. E porque que ele  
2094 recebeu a parcela de julho e dos outros meses não. E têm municípios que recebeu as três  
2095 parcelas. Porque na avaliação, foi informado que foi por contingenciamento. Não é isso?  
2096 Se foi por contingenciamento, a conselheira pediu pra saber, porque que priorizou  
2097 município pra receber as três parcelas. E outro município uma ou duas parcelas. Consegui  
2098 fazer a fala presidente? **Conselheira Gilvânia:** Conseguiu. Posso passar pra Claudia?  
2099 **Cláudia –SEDESE:** Boa tarde. Na verdade, o que eu entendo que a gente vai ter que  
2100 esclarecer. É porque Casa Lar é pago trimestralmente. Acho que na verdade, ficou

2101 faltando embaixo, colocar a informação. Então não é porque priorizou. É como o  
2102 convenio é trimestral, então não têm o pagamento de parcelas todos os meses. Eu até  
2103 sugeri no caso, de a gente colocar em frente ao município agora. Quando for plano de  
2104 serviço e quando for convenio. Aí a gente vem com essas informações embaixo. Porque a  
2105 gente já colocou em prestações anteriores. Mas a gente tem que replicar pra todas. Não é?  
2106 Então foi uma falha de informação mesmo. **Presidente:** OK. Pois não. Conselheira Nívia.  
2107 **Conselheira Nívia:** Só uma informação. Eu queria explicar aqui, que na verdade não foi  
2108 contingenciamento. Nós passamos por uma orientação da secretaria de planejamento. E se  
2109 for necessário eu vou pedir ao Fernando, pra explicar de uma forma mais apropriada. Que  
2110 ele é da SEPLAG. Nós tivemos uma orientação em setembro. Que nós deveríamos fazer  
2111 uma reorganização, das execuções financeiras. Priorizando a cada quinzena. E aí incluiu  
2112 até as despesas do CEAS. Nós deveríamos indicar, priorização de liberação de cotas. A  
2113 SEPLAG teria que fazer, uma reorganização, até 31 de dezembro. Dos pagamentos até 31  
2114 de dezembro. Priorizando. Nós não poderíamos fazer pedido de pagamento cheio. Do jeito  
2115 que estava no nosso planejamento. Nós teríamos. A SEPLAG liberaria cotas financeiras.  
2116 Dentro dessas cotas financeiras, nós iríamos priorizar, o que seria pago naquele período.  
2117 De 15 dias. Da proteção especial, de piso mineiro e de CEAS. Em todas as liberações  
2118 quinzenais. Agora no caso desse pagamento de Casas Lares. Como a Gilvânia disse, ele é  
2119 trimestral. Então não houve nem atraso. Nós tivemos um atraso de uns dias de uma  
2120 instituição. De uma Casa Lar. Mas foi por questões lá de, documentação no convênio. Foi  
2121 questão de uma, duas semanas só. E aí eu queria informar, a partir desse questionamento  
2122 que teve. Que foi por falta de informação. Mas que nós já estamos discutindo lá na  
2123 SEDESE, com o Secretário, que já está quase certo. De que pro ano que vem, nós já  
2124 vamos começar a fazer esse repasse desses recursos, da proteção especial, fundo a fundo,  
2125 mensal. Porque dá muito trabalho pra nós também. Pra área financeira é muito trabalhoso.  
2126 Porque se atrasa uma semana, as entidades começam a ligar. E às vezes o atraso, não por  
2127 questões nossas. É por questão de aperto lá de outros setores finalísticos, que não  
2128 dependem de nós. Que são os convênios. O setor de convênios, o setor jurídico, o próprio  
2129 setor de liberação financeira, lá da SEPLAG. Então às vezes, acaba acarretando um atraso  
2130 aí de uma semana, de alguns dias. E a gente sabe que isso prejudica lá ponta. Mas eu  
2131 queria fazer esses dois registros. De que nós priorizamos, e aí fomos eu, a Gilvânia, a  
2132 Juanita, a Claudinha, que sentávamos toda semana, e cobrávamos da Consolação. Manda  
2133 as nossas despesas do CEAS, que nós vamos incluir na próxima planilha. E trabalhamos  
2134 assim, até na semana passada. De modo que, a última planilha já está lá, aguardando só a  
2135 liberação de cota financeira. Então não deixamos de pagar nenhuma despesa de custeio da  
2136 proteção especial, de piso e do CEAS, do Conselho. **Presidente:** OK. Devidamente  
2137 justificado. Lógico, nós estamos na ação. O importante aqui. Eu vou frisar até antes até da  
2138 colocação das outras ações. Como é que é importante a gente ter em tempo hábil, o  
2139 relatório. Porque várias situações dessas que estão colocadas aqui, é por falta de  
2140 informação ou até de esclarecimento. Então não justificava nem estar em plenária. Porque  
2141 existe uma comissão pra isso. Então a gente. Mas já está entendido isso, que os próximos  
2142 já virão em tempo hábil. O Conselheiro Fernando quer manifestar a respeito dessa ação?  
2143 **Conselheiro Fernando:** Eu gostaria de manifestar. Mas de forma geral. Porque a  
2144 Conselheira Nívia disse. O que ela falou a respeito das cotas quinzenais da SEPLAG. Na  
2145 verdade não é da SEPLAG. Foi um comitê. Era da câmara, coordenado pelo vice-  
2146 governador. Não era a SEPLAG que. Isso não foi instituído pela SEPLAG, foi instituído  
2147 por um decreto do governador. E quanto a contingenciamento. Não existe  
2148 contingenciamento. Porque que não existe contingenciamento? Nós vemos  
2149 contingenciamento no SIAF. E se analisarmos o SIAF, como até mesmo eu pude perceber  
2150 aqui na rápida análise que eu fiz, desse documento. Que devida a minha agenda estar

2151 extremamente apertada. Eu não consegui, eu não consegui participar e não consegui atuar  
2152 da forma que eu gostaria. Não existe contingenciamento. Pede-se para ver o decreto na  
2153 ação do piso. Que de fato, você cancela um orçamento através de decreto. Se não existe  
2154 decreto, não existe contingenciamento. Então não podemos falar em contingenciamento  
2155 de forma alguma. Até porque não existe um decreto falando de contingenciamento. O que  
2156 existe talvez, o que pode ser discutido. Como vocês falaram, pelo que eu entendi, é de  
2157 priorização de investimentos. Dessa planilha que está na SEPLAG, que está sendo  
2158 discutido, isso sim. Agora contingenciamento eu entendo que contingenciamento só existe  
2159 com decreto do governador. Sem decreto do governador, falar em contingenciamento, não  
2160 existe, na minha humilde opinião. **Presidente:** OK. Eu penso que esse item então está  
2161 vencido. Com uma justificativa de que: O que incomodou muito, foi realmente alguns  
2162 municípios não terem recebido. E aí está claro. Claudinha explicou aqui, eu acho que  
2163 ficou devidamente entendido. A ação cinco. Foi o fortalecimento dos instrumentos  
2164 descentralizados de gestão do SUAS. E aí nós tivemos dois encaminhamentos. A letra A  
2165 foi, enviar correspondência aos conselhos municipais de assistência social dos municípios  
2166 que tiveram sugestão alterada. Orientando-os sobre o que devem atentar no exercício do  
2167 controle social. Conselheiro José Fernando. **Conselheiro José Fernando:** Eu não sei se  
2168 também, colocaram outro encaminhamento. Mas houve uma inversão no gráfico estatístico.  
2169 Só lembrando isso. Que inverteram. **Presidente:** OK. E a letra B foi solicitação a  
2170 SEDESE que troque o gráfico. Sobre a gestão dos municípios que esta sendo errado.  
2171 Então já acabou de ser manifestado. É o item B. É o José Fernando é. Não é assim  
2172 também não. Não é conselheiro. Muito bem. A ação de numero seis. É manutenção e  
2173 atualização do sistema de informação e monitoramento, SIM. Não tivemos nenhum  
2174 encaminhamento. Foi só entendimento. O item sete é o Piso Mineiro de Assistência  
2175 Social. E aí tivemos duas letras no encaminhamento. A letra A, solicitação de  
2176 esclarecimento em relação a contingenciamento ocorrido no trimestre, que seja  
2177 apresentado decreto relativo ao mesmo. E aí já foi feito. E a justificativa que o  
2178 Conselheiro Fernando trouxe aqui já aliviou. A letra B, ainda solicitar os critérios  
2179 utilizados para ocorrência de pagamentos de alguns municípios em detrimento de outros.  
2180 Eu penso que aí na letra A, a gente precisa sim, não do contingenciamento, que já está  
2181 esclarecido. Mas de entender a priorização que foi dada. E aí a justificativa mesmo que a  
2182 gente precisa. **Conselheira Nívia:** Vou explicar. Nos meses de agosto e setembro. Foi  
2183 quando começou esse trabalho que a câmara estava fazendo das reuniões de priorização.  
2184 Então a gente teve uma cota liberada no dia 29, e houve uma alteração para o dia primeiro.  
2185 Então nesse período entre 29 e primeiro, os nossos processos foram todos encaminhados.  
2186 E fez naquela seqüência. Aí a gente parou, em razão da câmara, parou um tempo, e depois  
2187 o recurso foi retomado. Então não teve priorização de municípios. O que aconteceu é que  
2188 todos os processos foram pegando em seqüência, então aqueles, deu para empenhar antes  
2189 dessa decisão da câmara, da gente estar fazendo a re-adequação. **Presidente:** A  
2190 informação é primordial. Leva a gente a um entendimento que não tem nada a ver com a  
2191 Situação. Há priorizou, tem município que foi pago, por quê? Aí os municípios estão na  
2192 mesa aqui também, graças da Deus. **Conselheira Nívia:** Na verdade, quando. Na verdade  
2193 o que aconteceu de priorização foi esse trabalho que fez, quando todo mundo sentou.  
2194 Falou assim: nós vamos fazer isso, mas as decisões de prioridade, quanto toma pra tuso,  
2195 são pra todos os municípios, quando toma pra básica são todos. É em cheio. **Presidente:**  
2196 OK. Conselheiro André já queria saber por que o dele não recebeu também. A ação de  
2197 número oito. É a proteção e amparo às mulheres em Situação de violência. O  
2198 encaminhamento foi, solicitar a coordenadoria da mulher. Viu SUBAS? Esclarecimentos  
2199 quanto a questão da não utilização dos recursos. **Conselheira Nívia:** Eu queria esclarecer  
2200 que nós até, chegamos a fazer contato ontem, com a coordenadoria da mulher. E convidar

2201 alguém pra participar dessa plenária. Até pra esclarecer de uma forma mais, apropriada,  
2202 com mais expertise sobre este convênio. A qual este recurso se destina. Mas estão todas  
2203 em Brasília, na Conferência Nacional da Mulher. Toda a coordenadoria da mulher. Eles  
2204 devem estar chegando agora aí. Mas aí eu vou explicar pra vocês o seguinte: essa  
2205 execução vai vir toda, 100% no quarto trimestre. Porque nós acabamos de. Quer dizer, a  
2206 coordenadoria acabou de executar três desses convênios. Os problemas que elas estavam  
2207 tendo com os municípios. Destes convênios. Dessas entidades desses convênios. É por  
2208 questão de documentação, pra fazer o convênio. Era documento pendente no nosso  
2209 CAGEC, com CNPJ. Nós temos uma reunião mensal. Que a gente chama de Status  
2210 Report, que é do acompanhamento da execução do nosso FEAS. E aí todos os meses, a  
2211 gente reúne junto com uma equipe da SEPLAG, e junto com o coordenador de cada  
2212 projeto. E aí, a todo mês, a gente chamava alguém da coordenadoria para nos dar notícia  
2213 de como estava a execução desse recurso, uma vez que ele estava locado no FEAS. Só que  
2214 eles estavam tendo muita dificuldade dos municípios adequarem de forma jurídica, pra  
2215 formalização dos convênios. Então os convênios ficaram o ano todo. Vai pra um setor,  
2216 volta porque falta documento. Volta pro município. A entidade não deu conta ainda de  
2217 providenciar aquele documento. E agora no final, a gente, deu uma. Sentamos e  
2218 conversamos assim: Olha de uma forma mais decisiva, vocês vão perder esse convênio,  
2219 vocês vão deixar de executar. Vocês têm que estar cobrando mais dos municípios. Um  
2220 município desistiu. Não deu conta. Uma entidade, quer dizer. Porque esse convênio é com  
2221 entidade. Os municípios, eu falei aqui, na última reunião. E aí, de modo que, por esses  
2222 dias agora, foi que eles deram conta de finalizar a tramitação dos convênios. E já está pra  
2223 execução. Não é Claudinha? Está empenhado e liquidado três convênios. De três  
2224 municípios. Então de modo que nós vamos executar a maior parte desse recurso aí. Tem  
2225 que ser através da SUB DH. Da coordenadoria da mulher. **Conselheiro Fernando:**  
2226 Gostaria de contribuir aqui com a discussão. É. Subsecretária Nívia, não estava presente  
2227 no momento que isso aconteceu. Então eu vou socializar. Não sei se ela já sabe, contudo.  
2228 Porque essa equipe da SEPLAG, que vai nas reuniões mensais, na SEDESE. Eu faço parte  
2229 dessa equipe e eu vou lá. Então eu sei que esse recurso aqui. Como elas disseram que está  
2230 sendo conveniado. Na próxima prestação de contas, poderemos ter a surpresa da não  
2231 execução desse recurso. Porque esse recurso com certeza não for utilizado. Por quê?  
2232 Porque esse recurso é do Fundo da Infância e do Adolescente, do FIA. Não é possível  
2233 pagar a reforma do abrigo da mulher, dentro desse recurso. Porque é fonte 29. Fonte  
2234 específica. Que não será possível. Então, um esforço dentro da própria secretaria, para  
2235 conseguir recursos de fonte do tesouro. E com fonte do tesouro, foi realizado este  
2236 conveniamento para reforma dos abrigos. Só por que. Então não vai ser utilizado esses  
2237 150 mil nessa fonte. **Conselheira Gilvânia:** É porque essa Situação ocorreu no último dia  
2238 de fechamento do exercício, e a Nívia estava já em Brasília. Foi uma solicitação do  
2239 gabinete. A gente vai formalizar pra este Conselho. Mas, eles chegaram com os três  
2240 convênios, solicitando o apoio nosso. E a gente se comprometeu em ajudá-los, desde que  
2241 nós tivéssemos saldo após todos os nossos pagamentos. E foi o que ocorreu. Isso vem  
2242 comunicado pra vocês, junto com esse remanejamento da fonte, pra ação 36. OK?  
2243 **Presidente:** É. Teve uma manifestação aqui, veemente sim. Nesse quesito. Primeiro é  
2244 porque um tratamento de parte da política, que envolve os desiguais. Então é bom  
2245 ressaltar que a nossa preocupação, na execução, é em função de: continuar a precariedade  
2246 no que diz respeito à discriminação, aos desiguais. Isso é discriminação. E aí nós temos  
2247 que lembrar e não podemos esquecer. E aí Fernando, você que está lá dentro e que está  
2248 com um pezinho também dentro da SEDESE. Tem esse importante papel de fazer essa  
2249 representação. Por quê? Porque no quesito mulher, a gente sabe que, se são a maioria hoje  
2250 do mercado de trabalho. Em percentual. Também são a maioria, com o que diz respeito à

2251 violência domestica. Se são a maioria no ensino de 3º grau, também são a maioria na  
2252 discriminação e na falta de igualdade e oportunidade, principalmente na remuneração. Já  
2253 que são a maioria, não recebem em igualdade de condição com o homem. É a questão de  
2254 gênero. Então quer dizer. É inadmissível a gente ver, que não se execute um aporte pra  
2255 defesa da mulher. E combater uma violência que está caracterizada. Então esse é o  
2256 entendimento do colegiado. E aí se não houver a execução, o aporte desse recurso. Nós  
2257 vamos brigar sempre por isso. Não é? É o nosso papel. OK. Vencida esta questão. Nós  
2258 passamos então pra ação de número nove. E eu penso que é a última desse relatório. Que é  
2259 o recurso do IGE e do IGDE. E o encaminhamento foi que a SEDESE, e os próximos  
2260 relatórios, discrimine a utilização dos recursos e os saldos. Ainda incluir no quadro  
2261 resumo, com somatória dos saldos. Pra facilitar a compreensão, e inclusive no que diz  
2262 respeito a proporcionalidade da relação percentual. **Conselheira Gilvânia:** Não, esse aqui  
2263 nós fizemos uma pergunta aqui. Não foi? Porque a gente especifica o detalhamento da  
2264 execução. E qual que é a questão então? **Conselheira Juanita:** É igual nas ações acima,  
2265 Gilvânia. Os conselheiros querem saber a discriminação de cada recurso. Porque foi  
2266 colocado lá, pagamento PVC, telepresencial, tudo junto no bolo. Eles querem saber.  
2267 20.000 telepresencial, 50 PVC. Com relação ao saldo. Eles querem um sintético no final,  
2268 do saldo. Porque nós tivemos que sair fazendo conta. Porque são várias contas por ano. E  
2269 aí tem vários saldinhos. Aí eles querem saber o saldo dessa conta hoje. Independente dos  
2270 anos. Mas os anos também que ficar. Aí no finalzinho eles querem somente a soma dos  
2271 saldos. Não é isso presidente? Isso. O saldo que tem hoje. E esse Conselho tem que  
2272 orientar o gestor a gastar. É isso. OK. Ta certo. **Presidente:** Claudinha que vem? Seja bem  
2273 vinda, Claudinha. Você viu que aqui o olhar é de lince. Então ta bom. Vencendo então  
2274 todas as letras, e os encaminhamentos dados no relatório. Estou entendendo que foi letra a  
2275 letra. Todos eles considerados aprovados. É isso? Muito bem. Vencemos as comissões. E  
2276 eu colocaria um outro item aqui que, não era um informe, eu considerei que seja um  
2277 informe. Como nós demos os informes na parte da manhã. Eu queria socializar com vocês,  
2278 em função de: foi manifestado de forma escrita pra este Conselho. Uma Situação, mas  
2279 que, verbalmente, nós recebemos em tom de denúncia, em tom de informação. Por vários  
2280 municípios, não só quando das conferências, mas também quando do encontro dos  
2281 delegados que foram para a nacional. A Grazielle, da secretaria executiva do CMAS de  
2282 Muriaé. Manda a este Conselho. Cumprimentando e dizendo que gostaria de informar-nos  
2283 e expressar o descontentamento com os serviços prestados pelo MDS, no que se refere a  
2284 orientação e encaminhamento para a nova política de senhas, e preenchimento do censo  
2285 SUAS, do Conselho. O Conselho Municipal de Muriaé, já realizou a atualização do CAD  
2286 SUAS. Já enviamos a rede SUAS, com indicação do administrador titular adjunto. A  
2287 senha do SUAS é enviada, pela rede SUAS. Mas no momento de autenticar a senha no  
2288 município, não avançamos. Dá erro no sistema, acesso negado. Já, enviamos e-mail para a  
2289 rede SUAS. Estamos tentando ligar a quinze dias. E por repetidas vezes, não conseguimos  
2290 sequer atendimento do telefone e nem retorno por e-mail. Sendo assim, fica inviável dar  
2291 continuidade ao processo, tendo em vista a data estipulada do dia 22/12. Se não temos  
2292 retorno do órgão competente. Solicitamos a intervenção do CEAS. No sentido de fazer  
2293 com que o MDS disponibilize a equipe necessária, além de orientação técnica. Para que  
2294 possamos de fato, contribuir com a implementação da política de assistência social.  
2295 Conselheira Juanita. E logo em seguida, Conselheira Gilvânia e Conselheira Nívia.  
2296 **Conselheira Juanita:** Eu tenho uma sugestão de encaminhamento pra essa plenária.  
2297 Presidente. Porque a gente que é gestor a gente sabe que essa questão, da política de  
2298 senha, está seriíssimo. A gente entende que o sistema é novo. A gente entende do avanço  
2299 do SUAS. Mas eu penso que a gente como controle social no Estado. Tem que fazer uma  
2300 intervenção junto ao Conselho Nacional. No sentido de: solicitar o apoio do conselho

2301 nacional, juntamente com o órgão gestor federal. Pra que apóie mais os municípios, no  
2302 sentido. Eu sei que esse papel é nosso, porém, a gente também está tendo essa dificuldade  
2303 com o gestor federal. A gente manda um e-mail. Porque o município tem um problema, só  
2304 pede socorro ao estado, a SEDESE. Que a gente não tem acesso ao sistema. Na política de  
2305 senha a gente não tem. A gente tem o gestor máster da senha que é a Sirlene, no Estado.  
2306 Porém ela não tem governabilidade de resolver o problema. O que ela pode fazer é  
2307 reportar ao MDS, que infelizmente a gente tem ficado sem retorno. E comprometendo  
2308 inclusive plano de ação. Eu gostaria de dividir com vocês aqui. **Presidente:** Tem gente  
2309 brincando por causa de pedaço maior do que outro. Fora do microfone. ...Ela tomou de  
2310 mim. Aqui. **Conselheira Juanita:** Bom, retornando. Foi aberto o plano de ação esse mês.  
2311 E plano de ação é um instrumento jurídico, que dá cobertura para o repasse do  
2312 financiamento em 2012. Então assim, 2011 que acoberta. Então assim, os municípios não  
2313 estão conseguindo validar. Eu penso que a gente deve sair desse conselho uma  
2314 deliberação. Uma solicitação ao CMAS, pra fazer uma intervenção junto ao MDS, com  
2315 relação a essa Situação. **Presidente:** Conselheira Gilvânia. **Conselheira**  
2316 **Gilvânia:** A colega Juanita, já me adiantou um pouco. Porque eu ia pedir a fala pra  
2317 colocar uma Situação. Que seria um informe. Eu sei que está fora de hora, mas é porque  
2318 eu não estava aqui de manhã. Que é sobre o plano de ação do Estado. Que o MDS colocou  
2319 no ar. Junto com o preenchimento do Censo SUAS 2011. Foi colocado no ar o plano de  
2320 ação estadual, depois da reunião da CIT que a Nívia estava lá no início do mês. E aí a  
2321 gente traz aqui pra ver com este Conselho, o encaminhamento. Porque é o seguinte: no dia  
2322 sete de dezembro, a Sirlene pediu ao MDS, que abrisse o sistema para o estado, a medida  
2323 que nós estávamos sem acesso ao plano de ação. E consegui acessar o nosso plano no dia  
2324 12. Um plano de ação, como a Juanita disse. É um pacto do governo estadual com o  
2325 governo do estado. Com o Governo Federal. Ele traz dados que estão incorretos. Com  
2326 relação a Minas Gerais, então a gente tem que alterar. Temos que fazer uma discussão  
2327 interna, que a gente ainda não pode fazer. E nós teríamos que estar com ele aprovado, por  
2328 este Conselho, no dia 30 de dezembro. É impossível o prazo. Porque vocês não têm nem  
2329 plenária até lá, agendada. Então a gente traz essa Situação, pra discutirmos e tirarmos um  
2330 encaminhamento conjunto aqui. **Presidente:** Conselheira Nívia e a Conselheira Gilvânia  
2331 ainda vai se considerar inserida neste contexto. **Conselheira Nívia:** Eu queira registrar  
2332 que, na última reunião da CIT, ocorrida no dia. Se não engano no dia três de dezembro.  
2333 Eles chegaram com essa informação, já no finalzinho da tarde. No finalzinho da reunião.  
2334 Que o plano de. O sistema seria aberto no dia seguinte. Nem foi no dia seguinte. Foi na  
2335 semana seguinte. E aí houve lá um descontentamento de todos os gestores estaduais, que  
2336 estavam na mesa. Porque, em cima da hora, em cima do final do ano. O plano de ação  
2337 deveria estar sendo disponibilizado pros municípios e pros estados, pelo até o final do  
2338 primeiro semestre. E aí, isso foi esse descontentamento, essa crítica ao MDS, foi feita lá  
2339 na hora. E houve uma cobrança muito grande também, em cima do preenchimento do  
2340 Censo SUAS. E foi até colocado lá, na frente de todo mundo, que Minas era o estado que  
2341 estava com o maior número de municípios, com as informações ainda inadimplentes. E aí  
2342 eu coloque já lá, na mesma hora, pro diretor dessa área, que é o Luiz Otávio. Que a nossa  
2343 equipe da diretoria da vigilância sócio-assistencial. Nós reforçamos já há quase um mês,  
2344 nós fizemos um mutirão. Nós pegamos os técnicos da diretoria de capacitação. Que agora  
2345 já esta mais ou menos tranqüila. Porque a gente finalizou as ações de capacitação agora no  
2346 início de dezembro. Então nós fizemos um mutirão, a Gilvânia está em contato direto com  
2347 o celular do Luiz Otavio. O problema não é com os municípios, o problema é com o  
2348 acesso ao sistema. O problema é com o sistema de senhas. Eu liguei na mesma hora pra  
2349 Gilvânia de lá, porque eles falaram na frente de todos. Eu falei assim: Olha Luiz Otavio,  
2350 porque que Minas está sempre com um número maior. Porque ele sabe que tem o maior

2351 número de municípios. E de municípios de pequeno porte, 1 e 2. E aí se subentende que  
2352 com dificuldade de acesso a internet, de banda larga. E aí com essas dificuldades de  
2353 acesso ao sistema do MDS, essas dificuldades aumentam mais ainda. E agora, em cima da  
2354 hora, vocês também colocam um prazo curtíssimo pro acesso ao plano de ação. Então,  
2355 mais uma dificuldade pros nossos municípios. Mas mesmo assim, eu queria deixar claro,  
2356 que as nossas duas equipes estão, o tempo todo. Elas não saem nem pra lancha. Tem hora  
2357 que eu chamo na minha sala, chama fulano na minha sala, não pode, ela está por conta de  
2358 atender os municípios. Porque o telefone não para. E a gente não para de ligar para os  
2359 municípios para dar orientação. Para oferecer acessória, apoio e suporte pros municípios.  
2360 Mas nós não vamos dar conta. Nem os municípios e nem o próprio estado, não vai dar  
2361 conta de cumprir este plano. Esse prazo. E tem essa questão da aprovação pelo CEAS.  
2362 Então eu acho que a gente tem que manifestar. O ENDESE não pode fazer isso, eles  
2363 prometeram que pro ano que vem, em fevereiro, o plano de ação já vai estar aberto. Mas,  
2364 eu duvido. Se esse ano eles abriram quase que no meio de dezembro. Então era essa  
2365 informação, e essa reivindicação que eu faço aqui. E colocar da nossa dificuldade também  
2366 e dos municípios principalmente. Porque hoje, é humanamente impossível, nesse curto  
2367 espaço de tempo. Mesmo com o mutirão, a gente da conta de assessorar todos os  
2368 municípios. E que dirá pro município, de nos acessar e acessar o sistema lá do MDS.  
2369 **Presidente:** Conselheiro Márcio. **Conselheiro Márcio:** Eu queria estar até informando ao  
2370 Conselho também. Porque o censo SUAS da rede privada, também apresentou as mesmas  
2371 dificuldades em relação ao sistema de senhas. Então. E também a própria divulgação do  
2372 Censo SUAS da rede privada, também foi muito precária. E só pra ter uma idéia, há uma  
2373 expectativa na rede privada, que seja contemplado em torno de 14000 entidades no Brasil.  
2374 Quanto o Censo SUAS da rede privada de 2010, apontou em torno de 9300 entidades.  
2375 Então há um avanço muito pequeno no número de entidades. E muito em função do  
2376 sistema, que realmente foi muito precarizado, o sistema de senhas. Então isso, realmente,  
2377 é uma Situação complicada, que pode estar inviabilizando, mesmo que sendo da rede  
2378 privada, não obrigatório o preenchimento. Mas é um processo de construção, pra  
2379 identificação dessas entidades, que precisa realmente ser aprimorado. **Presidente:**  
2380 Conselheira Ana Paula. **Conselheira Ana Paula:** Presidente, eu queria só partilhar aqui  
2381 da opinião da Conselheira Nívia e do Conselheiro Márcio e da Conselheira Gilvânia. Em  
2382 relação a política de senhas e os prazos, pra preenchimento do plano de ações 2011. O que  
2383 é, torna-se até complicado, porque nós já estamos no final do exercício de 2011 e vamos  
2384 planejar 2011. O Plano, falo em nome do Conselho de Belo Horizonte, a dificuldade  
2385 sentida pelos municípios de pequeno porte, 1 e 2. É compartilhada pela metrópole em  
2386 relação, não só em ao acesso, quanto a logística pra aprovação. Porque nós sabemos que  
2387 final de ano, os conselhos municipais estão em recesso. Nós já fizemos as ultimas  
2388 plenárias ordinárias. E o critério, a aprovação do conselho, pra que ele envie ao ministério.  
2389 Além da dificuldade e do próprio instrumento. É um instrumento de planejamento, que  
2390 requer uma atenção especial da gestão, no preenchimento. Pra explicação e discussão no  
2391 conselho. E o próprio controle social, em minha opinião fica prejudicado, porque ele não  
2392 tem tempo pra apreciar. A peça, porque vai e volta. E tem que voltar algumas vezes, se  
2393 necessário. Até que os conselheiros se sintam suficientemente capazes pra deliberar. Então  
2394 eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento. Que se possível, o CEAS, fizesse a  
2395 recomendação ao ministério, que no mínimo adiasse o prazo. Pra que os conselhos  
2396 municipais e o estado pudessem apreciar melhor. Isso vai facilitar do ponto de vista da  
2397 gestão, do ponto de vista do controle. E mesmo da rede privada, porque a rede privada em  
2398 Belo Horizonte, também passa pelos mesmos problemas de acesso. Então é uma sugestão  
2399 de encaminhamento. **Presidente:** OK. Ao término da minha fala, eu encerro as inscrições  
2400 para este quesito. Mas eu gostaria agora de falar. Ainda, na eminência de não ter nova



2401 inscrição. Eu, enquanto presidente deste conselho e a nossa secretária executiva, do  
2402 Conselho, tivemos a mesma Situação. Três dias aqui. Em dias diferentes do conselho  
2403 nacional. Eu pessoalmente aqui com Consolação. E o pior é o seguinte: é a má qualidade  
2404 da informação no corpo técnico do MDS. Porque a resposta é que estava no meu e-mail  
2405 pessoal. Eu abri o meu e-mail pessoal, aí já não era. Segundo, foi um dia pro outro, pra  
2406 conseguir uma resposta de que estava num e-mail, aqui do conselho. Que tinha dois e-  
2407 mail's. Não era verdade. Na terceira vez, Consolação. Então passa por e-mail. Criamos e-  
2408 mail pra eles mandar. E não chegou. Então a Situação foi essa. E aí um testemunho que eu  
2409 estou dando, enquanto presidente deste Conselho. Então quer dizer, houve uma Situação  
2410 dessa. E essas várias manifestações que houveram aqui. Eu também as ouvi, dos  
2411 conselhos estaduais. Enquanto fórum nacional. E já fiz um encaminhamento junto à  
2412 secretária executiva do Fórum Nacional. Pra gente verificar o quê que está ocorrendo com  
2413 os outros estados e a gente fazer essa manifestação. Essa é a minha colocação. Fica  
2414 parecendo que, algumas situações lá dentro de um ministério. Está atrelada e  
2415 personalificada. Porque quando você não tem uma pessoa, quando você não tem. Aí  
2416 parece que a coisa dificulta. Eu acho que é lamentável para um órgão como o ministério.  
2417 No meu entendimento, é mais perverso ainda, é não aceitar. Ninguém é obrigado a ser  
2418 perfeito. E eu quero aqui comungar, com uma possibilidade de erro por parte do  
2419 ministério também. Mas uma coisa é eles aceitarem o erro. E a outra é determinar,  
2420 partindo do princípio de que o sistema está correto, que as coisas funcionam. E determinar  
2421 prazo. Aí não, é querer demais. Então eu penso que o encaminhamento é de muito bom  
2422 tamanho, o encaminhamento tem muita consciência, do que a gente está fazendo. Que é  
2423 realmente informar a eles, primeiro: que não se determina prazo. Não se pode determinar  
2424 prazo, em cima de uma possibilidade, já comprovada de erro. Por parte do próprio  
2425 ministério. Segundo: que é inadmissível que determine um prazo, sem considerar que o  
2426 órgão colegiado de controle social, tem planejado, de um cronograma, de reuniões e  
2427 assembléias. E portanto, não existe prazo mais pra deliberar. E sendo assim, o Estado de  
2428 Minas Gerais, não pode compactuar e muito menos aceitar. Aceitar que determine um  
2429 prazo, em prejuízo de um Estado, que representa, mais de 15% dos municípios brasileiros.  
2430 Queremos ser justos, mas não podemos ser injustiçados. Não é em função do nosso órgão  
2431 gestor, enquanto secretaria de estado. Mas em função de estabelecer o controle social,  
2432 visando a proteção dos 853 municípios deste Estado. E pensando nos beneficiários e  
2433 usuários da política pública de assistência. Alguma posição contrária a esse  
2434 encaminhamento? OK. Muito bem. Tranquilo. A deliberação é que, a proposta é de  
2435 encaminhar realmente uma correspondência desse colegiado pra lá. Não concordando com  
2436 a punição em função da imperfeição do sistema. E em função do prazo, que não deu, não é  
2437 suficiente pra que esse colegiado delibere, em cima de uma Situação, em prejuízo do  
2438 Estado. OK. Você quer fazer colocação? Pois não. **Conselheira Juanita:** É por que. Eu  
2439 peço desculpa por estar solicitando nova explicação, que eu tive que, tomar uma decisão  
2440 lá na diretoria da básica agora. Por isso que eu me ausentei. Mas tem uma outra Situação,  
2441 eu acho que o Márcio, na hora que eu estava saindo, ele colocou, que é a questão da rede.  
2442 E penso que essa é mais grave ainda. Sabe presidente? Aí eu sugiro um outro  
2443 encaminhamento. Da gente encaminhar um ofício do COGEMAS, pra presidente do  
2444 COGEMAS. Porque a responsabilidade de organizar a rede do município é do gestor do  
2445 SUAS. E a gente está percebendo, pelo menos lá na SEDESE, eu tenho recebido vários e-  
2446 mails de entidades, que não recebeu comunicado de ninguém. Porque o conselho não  
2447 comunicou, o gestor tão menos ainda. Ela então ela nem sabe que tem que entrar e fazer  
2448 senha. E ela inclusive, ela não recebe recurso, mas ela é de assistência social. Então eu  
2449 acho que a gente podia, sair uma deliberação daqui, de um ofício para o COGEMAS,  
2450 pedindo o apoio do COGEMAS. Pra mobilizar os seus gestores municipais, no sentido de:

2451 organizar a rede privada do município, para que eles tenham acesso, a entrar no sistema.  
2452 Senão eles vão ficar por fora. **Presidente:** Alguma posição contrária? Então. OK. Isso.  
2453 Esse encaminhamento, esse encaminhamento da... Esse encaminhamento que a Juanita  
2454 traz é de bom tamanho, e lembrando-se que: nós precisamos fazer um voto de protesto e  
2455 não aceitação. Na questão do fechamento de prazo já pra rede conveniada. Pra rede sócio-  
2456 assistencial. E lembrando-se que, esse encaminhamento é pro conselho nacional, que é o  
2457 órgão de controle social do MDS. Então ele tem a responsabilidade de estabelecer o  
2458 controle social enquanto instância federal. E aí nós temos que chamar a atenção dele pra  
2459 isso. Não é possível, ficar, receber uma punição, receber um não cumprimento. E até uma  
2460 fala dessa que aconteceu lá. Parecendo que nós é que estamos errados. Então é uma fala  
2461 irresponsável no mínimo, ou senão capciosa. Não é? Mas OK. Está feito o  
2462 encaminhamento. E é bom que exista consenso neste quesito. Porque a mesma Situação  
2463 está sendo vivenciada pelos outros estados. Pelo menos por vários estados, com certeza,  
2464 porque foi manifestado isso lá na conferência nacional. Vencendo então as comissões. Eu  
2465 penso que, enquanto ponto. Eu só gostaria aqui de manifestar, que. Primeiro é considerar  
2466 que a confiança de todos, depositados na recondução da mesa diretora. Gostaria muito que  
2467 a nossa Conselheira Nívia, enquanto Subsecretária de Estado. Levasse ao nosso Secretário  
2468 de Estado, a confiança depositada. O agradecimento pela recondução da mesa. A gente  
2469 entende, compreende e vai fazer valer, é o voto de confiança, dado a este colegiado na  
2470 recondução da mesa. Quero dizer que, depois os meus pares podem manifestar à vontade.  
2471 Mas no que diz respeito a minha pessoa. Me considero lisonjeado. Considero o voto de  
2472 confiança de cada um, manifestou aqui, e aqueles que não manifestaram, com toda  
2473 certeza, é com firmeza e sabendo-se do nosso comprometimento com a causa. Pensando  
2474 na recondução da mesa diretora. Nós pensamos que temos várias propostas, inclusive  
2475 entendidas como prioritárias. Para o planejamento do ano de 2012, que nós precisamos  
2476 debruçar sobre ele. Mas eu gostaria só de socializar com os senhores. Que a gente pensou  
2477 em alguns itens e dentre eles, eu queria fazer a leitura. A realização de quatro plenárias  
2478 ampliadas e descentralizadas. De acordo com o que foi deliberado no pacto de  
2479 aprimoramento da gestão. Duas marcadas ontem. Então ontem nós deliberamos que seria  
2480 em abril, a primeira no leste mineiro. Bem provavelmente, dependendo de alguns  
2481 levantamentos técnicos, na cidade de Caratinga. A segunda seria no mês sete. Em Montes  
2482 Claros, pra atender o norte de minas. As outras duas para o segundo semestre. Nós  
2483 ficamos de pensar, qual o mês e quais as cidades. E quais as regiões que é que a gente vai  
2484 estar fazendo. Então a gente tem um tempo aí pra degustar, essa Situação aí das duas  
2485 primeiras. E saber se a gente deliberou, de pensar de forma não equívoca. Na segunda: é a  
2486 organização pró-ativa com calendário pra solicitação de prestação de contas. Objetivando  
2487 o seu envio com tempo suficiente para a deliberação. A gente possa realmente, isso já foi  
2488 discutido aqui, eu penso que, está de bom tamanho. A terceira é a criação de alternativas,  
2489 para o monitoramento dos PAS. Elaborados e implantados pelos empreendedores hídricos.  
2490 Então aí é uma Situação que a gente aprendeu muito, tem aprendido, e continua  
2491 aprendendo. Cada empreendimento é uma Situação nova. A gente precisa pensar de uma  
2492 forma planejada, para esses quesitos. A quarta é a articulação com o CNAS, com o  
2493 FONACEAS, e as uniões de conselhos, para o fortalecimento do controle social. Penso  
2494 que nisso aqui, a gente tem sido um articulador importante, na esfera nacional. Quinto é a  
2495 elaboração de cartilhas, para os conselhos municipais. Com temas fundamentais ao  
2496 controle social, como inscrição em usina, entre outros. Divulgação do espaço aberto de  
2497 plenária, para entidades de usuários de assistência social e de trabalhadores. Inclusive,  
2498 pode ser avaliada a possibilidade de transmissão simultânea na internet. Ontem, sobre esse  
2499 quesito, foi aqui, por muitos manifestados. Porque nós perdemos uma bela oportunidade  
2500 de estar sendo feito uma gravação, inclusive em CD pra socializar. Porque foi realmente

2501 uma aula, sobre o colegiado. E outra Situação, é a Situação de verdadeiramente,  
2502 empoderar os usuários e beneficiários. Porque a gente tem assistido, e numa esfera que até  
2503 a gente não gostaria de ver. Que é um suposto empoderamento dos usuários e  
2504 beneficiários, e na verdade, uma utilização de forma nefasta. Como foi manifestada na  
2505 conferência. Isso é uma avaliação minha, e eu me sinto no direito de fazer. Inclusive  
2506 enquanto presidente do Fórum Nacional. Porque, esse negócio de julgar o usuário e  
2507 beneficiário, contra uma plenária em função de um mau uso. Eu acho que não faz sentido.  
2508 Então nós precisamos corrigir alguns equívocos que tem. Em detrimento do próprio  
2509 usuário e do próprio beneficiário. Ele não pode ser massa de manobra. E muito mesmo  
2510 trocar programas por número de título de eleitor. Então a gente tem assistido essa  
2511 Situação. E eu penso que a gente não pode ficar calado, frente a uma Situação dessa. Se a  
2512 gente quer, verdadeiramente, uma política de estado que não seja uma política de governo.  
2513 A criação das uniões de conselhos nas regiões. Que ainda não estão assim organizadas.  
2514 Penso que esse estado, com o tamanho que é, precisamos organizar, aquelas que não  
2515 estão. E fortalecer as que estão enfraquecidas. A interlocução com os demais órgãos de  
2516 controle sociais. Demais conselhos de direitos, assembleia legislativa, ministério público,  
2517 defensoria pública, entre outros. Trabalhando a intersectorialidade das ações. Que por  
2518 natureza, são transversais e necessitam do esforço conjunto para a tratativa. E aqui eu  
2519 ressalto mais uma vez, a presença do ministério público. A intimidade que, de uma forma  
2520 muito, transparente, com que foi feita a tratativa dentro da realização da nossa conferência  
2521 estadual. E a participação efetiva, com o comprometimento do ministério público. Isso pra  
2522 nós, deu muita visibilidade, no que diz respeito à transparência. E a própria maneira de  
2523 trabalhar desse colegiado. Dez. A articulação para implementação da NOB-RH. No  
2524 estado, com instituição da mesa de negociação. Eu penso que isso nós precisamos fazer,  
2525 deixar de falar. Está uma falação danada. Eu penso que, não pode ser falação, tem que ser  
2526 uma falácia. E a gente dar uma tratativa, verdadeiramente, estabelecendo a mesa e  
2527 inclusive com o nosso órgão gestor, pra que seja espelho, pros órgãos gestores municipais.  
2528 A onze, seria a criação do GT, de um GT. E diria que CEAS, SEDESE e COGEMAS.  
2529 Para instituir novas formas de capacitação para os atores da política de assistência social  
2530 no estado. Também mais uma vez, a gente tem assistido. Pra nossa tristeza, pra minha  
2531 pelo menos. Em esfera nacional. É uma tratativa, dada com relação à capacitação do  
2532 mundo acadêmico. Sem nenhum demérito para o mundo acadêmico. Acho que ele é  
2533 importantíssimo, mas sozinho, não se faz acontecer. O que a gente tem visto, são  
2534 direcionamentos por ideologia política e filosófica da política de assistência. Ser passadas,  
2535 como se fosse realmente necessário, tão somente ela. Não é esse o meu entendimento. Eu  
2536 penso que aqui, a gente precisa levar a prática. Junto. Quem sabe, como operacionalizar e  
2537 como tornar viável a aplicabilidade da normativa. É quem está na base. É quem está na  
2538 gestão. Então nós vamos deixar de bobagem. O muito acadêmico é bem vindo e sempre  
2539 necessário. Mas concomitantemente com o mundo prático. Não dá pra estabelecer essa  
2540 Situação. Assim como foi pensado nos trabalhadores, no primeiro momento, dos  
2541 trabalhadores de formação de terceiro grau. E hoje enxerga-se, que tem os outros. Fora da  
2542 formação daquela específica e também os formadores de ensino médio. Então precisamos  
2543 trazer isso. Nós temos ferramentas aqui, que só o estado tem. Que é, por exemplo, uma  
2544 tele presencial. E nós precisamos fazer uma utilização dele, realmente com propriedade.  
2545 Nós fizemos, dei um exemplo desse aqui, penso que foi um exemplo bom. Quando este  
2546 conselho aqui teve, a sociedade civil representada por mim. E o governo, governamental,  
2547 representado por Juanita, enquanto vice-presidente. Fizemos uma tele presencial, ao vivo.  
2548 E que foi muito elogiado. Então entendemos elogio, não como vaidade, pra esse  
2549 colegiado. Mas entendemos como sendo, uma necessidade que existia da praticidade.  
2550 Então nesse quesito, eu penso que a gente precisa avançar. E de repente, quem sabe mais

2551 uma vez, a gente vai irradiar isso pros outros estados. E por fim, a disponibilização da  
2552 assessoria jurídica, PROCEAS. E aí minha cara secretária, nós precisamos gastar um  
2553 pouquinho mais. Mas eu penso que é um gasto justificado. Nós precisamos de uma  
2554 assessoria jurídica. Não necessariamente, a gente tem a compreensão que não tem que ser  
2555 *full time*. Mesmo porque, pode ser por tempo determinado. Num tempo. Desde que seja  
2556 prioridade. Pra atender a este Conselho. Nós podemos ser via MGS, pode ser via  
2557 contratação de um assessor jurídica. Não é? Mas o que a gente não pode mais, e eu acho  
2558 que a gente vai ficando em prejuízo. É utilizar a formação de um conselheiro, pra que ele  
2559 dê a técnica dele aqui dentro. Então nós fizemos muito isso aqui, usando o Dr. Marcelo e  
2560 o Dr. José Ismar. Agora eu vou falar o Doutor, porque na formação, e usando realmente o  
2561 campo do direito, muito dos dois. E aí, na falta dos dois e na falta até de querer manifestar  
2562 essa formação que tem a especialidade que tem. Para o conselho, a gente fica realmente de  
2563 pé e mão quebrado. A gente tem enfrentamentos aqui, que é de ordem jurídica, é do  
2564 campo jurídico. E que a gente apanha muitas vezes. Embora o colegiado é muito esperto,  
2565 tem formação aqui pra dar show. Mas a gente também tem articulado com a OAB,  
2566 Ministério Público, com Procuradoria, com vários outros organismos que podem  
2567 contribuir no processo. Mas é importantíssimo que a gente tenha isso aqui, pra melhor  
2568 desempenho do colegiado. Essas são as propostas pensadas pela sociedade civil, quando  
2569 solicitou a recondução da mesa diretora. Agora, uma vez socializado com cada um dos  
2570 conselheiros, inclusive os governamentais, temos que pensar como o Conselho, e não  
2571 mais as partes sociedade civil e governo. E assim sendo, em janeiro a toma proveito disso,  
2572 pra complementar e pra ou, esticar, ou ampliar ainda mais esse planejamento de trabalho.  
2573 Abro para os conselheiros, para manifestação que quiser, inclusive considerações finais, já  
2574 que a gente tem a pauta encerrada. Conselheira Nívia e logo depois Conselheira Gilvânia.  
2575 **Conselheira Nívia:** Eu queria dar duas informações que eu acho importantes, por ser a  
2576 última plenária deste ano. Mas eu quero primeiro, parabenizar e agradecer com que a  
2577 equipe do CEAS nos trata nas plenárias. Eu peço uma salva de palmas, pras meninas,  
2578 tanto da secretaria executiva como dos serviços gerais. Viu, como é que ela chama? Sueli.  
2579 Muito obrigada, pelo carinho que você tem conosco. Continua assim o ano que vem.  
2580 Estão de parabéns. A primeira informação que eu queria dar, é sobre o concurso. E eu  
2581 queria até esclarecer, que lá na conferência nacional, passou no grupo que eu e a Gilvânia  
2582 estávamos. Uma moção de repúdio a SEDESE, pelo não edital ainda publicado do  
2583 Concurso. Então eu queria informar, eu deixei uma carta pra mesa, da plenária final,  
2584 Geraldo. Justificando, e até pra informar, mas me parece que não foi lida. Mas justificar  
2585 que o concurso, nós tivemos um pequeno atraso no edital. Na publicação do edital, por  
2586 questões, da adequação da carga horária, em função da legislação federal. Em  
2587 cumprimento a legislação federal. Por quê? O concurso ele não é assistente social. Ele é  
2588 para o cargo de analista de alguma coisa da área social, que eu não estou lembrando. De  
2589 gestão e políticas públicas, mas que é para a formação de serviço social. Então nós  
2590 tivemos que mandar que remeter, tudo o que já estava pronto, toda a normatização do  
2591 plano de carreira pra esse cargo. Para a procuradoria geral do estado, analisar e emitir um  
2592 parecer, para que nós não descumpramos a legislação federal. Ta. De modo a não ferir a  
2593 legislação federal, pra que a gente não venha a ter problema. E pra que a gente, enquanto  
2594 órgão da política de assistência social, seja justo. Há que defina 30 horas pra assistente  
2595 social. E aí nós estamos aguardando, eles ficaram emitir um parecer até hoje. A Carla,  
2596 ontem ainda cobrou lá pra nós. Mas na verdade a previsão, nós já temos um cronograma  
2597 todinho do concurso. E pelo cronograma, esse edital deveria sair publicado no dia 20 de  
2598 dezembro. Não podemos garantir. Nós acompanhamos essa semana junto a SEPLAG,  
2599 reunimos a comissão novamente. Estamos acompanhando este cronograma. Mas tudo  
2600 agora depende desta avaliação da corregedoria. Pra que a gente possa bater o martelo,

2601 acima da questão da carga horária e do salário, deste plano de carreira pra essa função.  
2602 Então o que eu queria informar é que pode ser que a gente consiga publicar no dia 20. Mas  
2603 pode ser que a gente tenha que adiar um pouco. Mas, o importante é que já está tudo  
2604 definido. É a FUNDEP que vai realizar o concurso. Já está tudo definido com a FUNDEP,  
2605 bibliografia, a grade, as provas. Não posso dar mais informações porque nós temos  
2606 candidatos aqui na plenária. Ta gente. Então é isso. Mas a informação é boa. Talvez em  
2607 janeiro a gente já esteja aí com o concurso já na rua. Com o edital já publicado. A segunda  
2608 informação que eu acho importante é sobre o seminário que nós realizamos anteontem. No  
2609 Centro Mineiro de Resíduos, sobre a divulgação e sobre a discussão da pesquisa, sobre a  
2610 Situação da população em Situação de rua no estado. E tivemos a participação na mesa, da  
2611 representação do CEAS. Geraldo indicou a Gilvânia para representá-lo. Da CNBB, da  
2612 Pastoral do Povo de Rua. Juanita que representou o Geraldo desculpa. O secretário, quem  
2613 mais? O movimento nacional da população em Situação de rua. É o bispo representando a  
2614 CNBB. E foi um seminário muito rico, muito bom. Foi muito divulgado na mídia. Todas  
2615 as emissoras de televisão estavam lá. Todos os jornais falados. Hoje fui numa entrevista  
2616 numa outra emissora, pra falar sobre a pesquisa. E o que eu queria passar pra vocês. E  
2617 que, os dados da pesquisa e a pesquisa como um todo, vão estar disponíveis no site da  
2618 SEDESE, a partir, provavelmente da semana que vem. Porque nós já fizemos a inclusão  
2619 das propostas que foram tiradas no seminário. No conteúdo da pesquisa. E eu queria se  
2620 vocês acham válido, estar lendo pra vocês as propostas que foram tiradas, na oficina na  
2621 parte da tarde do seminário. Vocês acham interessante? E informar também que no  
2622 primeiro semestre do ano que vem, nós vamos estar realizando um outro seminário maior.  
2623 Com uma participação mais ampla dos municípios. Dessa vez, nós chamamos só as  
2624 prefeituras da região metropolitana e Belo Horizonte. Juntamente com os representantes  
2625 que eu disse aqui, que eu citei aqui. E com uma participação muito grande de população  
2626 de representantes, da população de rua. Então as propostas, foram tiradas a curto prazo,  
2627 foram a publicação do relatório da pesquisa que a gente já vai fazer. Vamos fazer um  
2628 encadernado pra ser distribuído, pra ser trabalhado no próximo seminário também. Pra ser  
2629 enviado pros municípios. Outra proposta. Foi a realização de seminário para apresentação  
2630 do resultado da pesquisa da política nacional e planejamento de ações. Que também já esta  
2631 planejado pro primeiro semestre do ano que vem. Efetivação de convênios, visando à  
2632 mobilização do estado, com o objetivo de organização de fóruns regionais, por três anos.  
2633 Inclusão em programas de inclusão produtiva. A médio prazo. Estabelecer parceria com  
2634 centro nacional de defesa para potencializar a ação no Estado de Minas Gerais. Aí o  
2635 Centro Nacional de Defesa dos direitos da população em Situação de rua. Inclusão em  
2636 programa de moradia, programas de moradia. Alocação de recursos para implementação  
2637 de mais CREAS POP, em serviços de acolhimento institucional. Seminário de capacitação  
2638 de técnicos, agentes e da própria população em Situação de rua. Implantação de comitê  
2639 estadual para acompanhamento e monitoramento dessa política. E a longo prazo.  
2640 Seminário Estadual para discussão da política para a população de rua. E continuidade da  
2641 política habitacional e de trabalho e renda. Para essa população. Então essas foram as  
2642 considerações finais tiradas do seminário. E os dados da pesquisa aqui, mas a gente vai  
2643 divulgar no site. Sugiro que vocês acessem. São dados muito interessantes, que não vão  
2644 muito de encontro com as impressões que a gente tinha. Tem dados muito, positivos. Do  
2645 ponto de vista da formulação de políticas. Como, por exemplo o grau de escolaridade da  
2646 população. É grau de escolaridade muito bom. São pessoas que têm sonhos, dois por cento  
2647 da população pesquisada, não têm mais sonho de vida, não têm mais neto, não têm mais  
2648 objetivos. Nós temos 98% dessa população ainda com a perspectiva de promoção, de  
2649 melhoria de qualidade, de melhoria de vida. Então fica melhor pra gente oferecer essas  
2650 perspectivas, através de políticas públicas, através de ações. Então são essas as

2651 informações que eu queria dar, que eu acho que é importante esse Conselho ter ciência. E  
2652 a última informação, é que eu recebi uma correspondência do CEAS. Pedindo  
2653 informações sobre o diagnóstico do projeto porta a porta. E aí eu queria pautar pra  
2654 próxima plenária, primeira plenária do ano que vem, é Consolação. Já convidei a  
2655 subsecretária Roberta. Ela estará vindo, pra apresentar o projeto como um todo. Não só o  
2656 diagnóstico do projeto. Porque eu acho que fica muito mais rico. E muito mais claro, pra  
2657 este colegiado entender e conhecer a realidade desse projeto que tem dado resultados já  
2658 muito bons, onde ele está acontecendo. **Conselheira Fátima:** Eu gostaria de saber, qual é  
2659 a margem da população de rua? Quanto por cento assim. Mais homens, mais mulheres?  
2660 Qual é a porcentagem da população de rua. Faz o favor. **Conselheira Nívia:** É noventa e  
2661 Espera aí. Deixa eu te falar. É mais homem na faixa etária de 25 a 45 anos, solteiros. Viu  
2662 Ana? ... Nuuuuuu. **Conselheira Nívia:** Oitenta e seis vírgula quatro por cento. É do sexo  
2663 masculino. Ta. Entre 26 e 45 anos. E sessenta e dois vírgula cinco por cento, solteiros.  
2664 **Presidente:** Muito bem. Está respondido Fátima? OK. Eu acho legal, eu acho legal essa  
2665 estatística aí, que é bom entender o seguinte. Conselheira Gilvânia, por favor.  
2666 **Conselheira Gilvânia:** Então, eu queria. Fazendo parte desse colegiado. Propor então,  
2667 uma nova data de apresentação da prestação do quarto trimestre de 2011. Não porque eu  
2668 não consigo cumprir o prazo. Vocês já estão na reunião de comissão no dia 12. E o prazo  
2669 é de quinze dias. Vamos propor? Vamos combinar? Fevereiro. Eu quero ficar bem na fita  
2670 com o conselho. Com esse colegiado, meu colegiado. Fevereiro então? Ta bom, obrigada.  
2671 **Presidente:** OK. Pessoal. Alguma outra manifestação, consideração final? Muito bem.  
2672 Então eu não tenho procuração de todos, mas, vocês já conhecem a minha fé é cristã. Eu  
2673 realmente peço a Deus que ilumine o caminho de cada de nós. Eu peço que o mistério da  
2674 trindade, que está exatamente, numa Situação de a gente ter, o divino espírito santo, que  
2675 possa iluminar os nossos caminhos, clarear as nossas mentes. Para que possamos fazer uso  
2676 dos sentidos perfeitos. E sendo assim, que este colegiado possa estar iluminado no ano de  
2677 2012, para que a gente possa cumprir um planejamento. E prioritariamente,  
2678 preferencialmente, não esquecer jamais, em nenhuma discussão, em nenhuma discussão  
2679 de divergência. De quem e pra quem, a gente trabalha é o usuário e o beneficiário.  
2680 Independente da política, independente da politicagem, independente dos organismos. Eu  
2681 penso que essa é a nossa missão. Esse é o nosso dever. Eu quero mais uma vez agradecer  
2682 a todos. Desejar um feliz natal. Uma excelente passagem de ano, pra aqueles que a gente  
2683 não encontrar antes desta data. Que possam todos gozar de toda a qualidade de vida, junto  
2684 aos nossos familiares. Que é a nossa coisa mais importante. E especialmente a nossa  
2685 querida Conselheira Maria, que possa dentro do seu ventre, continuar dando  
2686 fortalecimento a esse ser, que com toda a certeza, foi constituído de um querer. Por isso,  
2687 um novo, prioridade absoluta, que nasça querida. Então sejam bem vindos, e até o  
2688 próximo se Deus quiser. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que  
2689 após lida e aprovada será assinada pelos presentes.